

Os impérios e suas guerras

Relações internacionais contemporâneas (séculos XIX e XX)

João Fabio Bertonha



João Fabio Bertonha

Os impérios e suas guerras

Relações internacionais contemporâneas
(séculos XIX e XX)

Prefácio de Virgílio Arraes

Copyright © 2017 João Fabio Bertonha
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Preparação: Sérgio Holanda
Revisão e coordenação: André Gattaz
Diagramação e capa: Helena Phillip
Ilustração da capa: ©Nejron | Dreamstime.com

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy
Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães
Zeila de Brito Fabri Demartini
Zilda Márcia Grícoli Iokoi

Coordenação editorial

André Gattaz

www.editorapontocom.com.br

CATALOGAÇÃO NA FONTE (CIP)

B545 Bertonha, João Fabio

Os impérios e suas guerras: relações internacionais contemporâneas (séculos XIX e XX) / João Fabio Bertonha — São Paulo: Pontocom, 2017.

Prefácio de Virgilio Arraes

200p.:

ISBN 978-85-66048-90-3

1. Imperialismo. 2. História. 3. Mundo antigo. 4. Mundo contemporâneo. I. Título.

CDU 94(100)

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	11
Parte I	
O Império Romano e Bizâncio: guerra e estratégia na Antiguidade	
A Grande Estratégia do Império Romano	17
Fronteiras do Império Romano	27
Em nome de Roma: os homens que fizeram o Império Romano	33
A Grande Estratégia do Império Bizantino	39
Parte II	
Impérios e Imperialismos no longo século XIX: o caso britânico	
Imperialismo ou <i>Realpolitik</i> ?	
Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai	49
<i>A Pax britannica e a Pax americana</i>	55
Império. Como os britânicos construíram o mundo moderno	63
Parte III	
A Primeira Guerra Mundial: atores e personagens	
O genocídio armênio (1915-1923) e as relações internacionais no Oriente Médio	71
O Império otomano e a Primeira Guerra Mundial	81

Por trás da farda: quem eram as pessoas que lutaram na Primeira Guerra Mundial? 87

O Império Austro-Húngaro: o ator desconhecido da Primeira Guerra Mundial 97

Parte IV

A Segunda Guerra Mundial: história e historiografia

Sobre a necessidade de uma história social da guerra: notas sobre a II Guerra Mundial em alguns livros didáticos 131

A Guerra das Embaixadas: as grandes potências e a propaganda estrangeira no Brasil do entre guerras 141

O cotidiano dos civis durante as guerras mundiais 149

Ideologia ou *Realpolitik*: A formação das duas grandes alianças durante a Segunda Guerra Mundial 161

Parte V

Impérios e Imperialismos no século XX

Diplomacia, de Henry Kissinger 181

Hobsbawm e a globalização 189

Bibliografia citada 193

Prefácio

Virgílio Arraes
Universidade de Brasília

Nos últimos anos, a percepção da sociedade brasileira sobre a forma de inserção internacional do país modificou-se bastante, ao valorizar mais a atuação da diplomacia, especialmente em grupos como o G-20, voltado essencialmente para as negociações da Organização Mundial do Comércio. Não somente a avaliação da opinião local alterou-se, mas também a de inúmeras chancelarias e de veículos de comunicação.

Um dos efeitos mais perceptíveis da mudança da condução do Brasil nos assuntos globais tem sido o aumento dos cursos universitários na área, mesmo nas universidades estaduais ou federais. Como extensão disso, há a notável ampliação de trabalhos acadêmicos, devido à progressiva consolidação dos programas de pós-graduação, e estudos bastante especializados e qualificados têm aflorado por todo o território nacional. Não obstante o mérito de boa parte da produção local de relações internacionais, falta a ela a presença de análises de síntese sobre temas gerais ou longos períodos de tempo – a estrutura – normalmente derivada da conjugação de experiência e expertise na qual poucos estudiosos do campo habilitar-se-iam.

Os estudos de João Fábio Bertonha, professor da Universidade Estadual de Maringá, encaixam-se nesta última vertente, ao tratar com tirocínio de assuntos aparentemente distantes entre si, por não enfeixá-los de maneira circunstancial ou conjuntural. Em vista disso, nada mais adequado do que se iniciar a obra com uma análise historiográfica do

olhar anglo-americano sobre o *modus operandi* militar durante a existência da Roma antiga, notadamente na fase imperial, referência seminal para estudos sobre a atuação contemporânea das grandes potências, ainda mais dos Estados Unidos.

Ao ter como ponto de partida os posicionamentos de Luttwak, Ferril, norte-americanos, e Whittaker e Goldsworthy, britânicos, Bertonha pondera sobre o modo por que o império romano compôs sua forma cotidiana de proteção, de maneira que abarcasse da contenção de tentativas de invasões à necessidade de punições, extensivas indistintamente a pequenos grupos ou Estados. Com o transcorrer do tempo, o sistema de defesa aperfeiçoou-se, de sorte que Roma pôde prescindir dos pequenos Estados clientes, considerados zonas de segurança, ao incorporá-los diretamente a sua própria estrutura política – o império. Devido à crescente falta de coesão interna, resultado de disputas fratricidas de poder, de transmutações socioeconômicas e de uma separação administrativa rígida entre civis e militares, somada a novas ondas invasoras, a composição militar transformar-se-ia a datar do século III, sem lograr, no entanto, êxito duradouro. A dramática derrocada da parte ocidental do império romano no final do século V teria contribuído para uma postura de maior cautela da parte oriental, Bizâncio, que desprovida de poderio militar robusto e de muitos inimigos potenciais, desenvolveu um sistema diplomático mais sofisticado no qual a formação de alianças, mesmo de modo *ad hoc*, teriam sido fundamentais para a maior duração daquela civilização.

Como fio condutor do tema, o autor analisa outras formas de império, como o turco, em que houve em sua fase última, a de esfacelamento territorial, a execução de um projeto, ainda que não centralizado administrativamente, de eliminação de parte da sua própria população: a armênia, majoritariamente cristã. Em sendo o primeiro genocídio do século XX, Bertonha analisa o modo como os dois lados tratam do

fato, questionado até mesmo em sua existência pelo governo turco até os dias de hoje. Estende sua avaliação no tocante ao conturbado relacionamento germano-turco até a I Guerra Mundial. Dele, emergem temas como a chamada guerra santa ou o antissemitismo, de tão trágicos resultados anos depois.

Sob a bandeira do imperialismo, o autor aborda o maior evento negativo do século XX: a II Guerra Mundial, em que aflorou de modo intenso a crueldade coletiva, sob o signo da defesa irrestrita de ideologias políticas de cunho simultaneamente nacional e universal/ imperial, econômicas e culturais, expressas no racismo. De forma pertinente, o autor avalia a maneira como os livros didáticos tratam do conflito. Em vários, há a desconexão entre a confrontação e suas raízes imperiais de extração política e econômica. O isolamento de uma expressão ideológica como nazismo das origens pela primazia na Europa também aparece. Além disso, visões dicotômicas se manifestam como um caminho seguro para explicar o período – bem versus mal – ou o simples arrolamento de batalhas, gerais e territórios perdidos ou conquistados. Em suma, faltaria a visão de longo prazo na explicação do mais marcante momento do século passado, relacionada mesma com a participação do Brasil a partir de 1942.

Como fecho do instigante trabalho, o leitor depara-se com ensaios relativos à geopolítica médio-oriental na nova ordem mundial (neoliberal) e globalização, este último tema resenhado a partir da visão de Hobsbawm.

Concernente ao primeiro, Bertonha avalia as diferentes formas de representação imperial das duas superpotências no mais longo período de tensão da história contemporânea, ao passo que no segundo ele se inclina a esmiuçar causas e consequências do conturbada relação entre Ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos, e países locais com efeitos econômicos importantes.

Apresentação

O presente livro reúne textos publicados nos últimos quinze anos. A decisão de reuni-los em um único volume deriva de dois fatores. O primeiro é a praticidade, permitindo a um leitor interessado ter acesso a todos os textos de uma vez, sem a necessidade de busca em várias revistas ou livros. O segundo fator, contudo, é ainda mais importante. Os artigos abordam temas diversos, mas respondem à mesma preocupação, ou seja, trazer contribuições para o estudo da história das relações internacionais. Os artigos isolados, assim, acabam por adquirir um novo sentido quando agrupados, pois discussões apenas esboçadas em um texto adquirem um novo significado em outro. O valor do conjunto, aqui, é bem maior do que a soma das unidades.

O primeiro eixo desse livro é o Império Romano e, especialmente, a estratégia e a história militar desse Império. Temporalmente, os textos e resenhas que compõem esse primeiro eixo estão fora da contemporaneidade que caracteriza os outros. Não obstante, a sua inclusão nesse livro justifica-se até pela questão do contraponto. Estratégia nacional, relações civis-militares ou geopolítica são termos modernos e, portanto, não haveria sentido esperar, dos romanos ou bizantinos, que eles utilizassem os mesmos em suas vidas. As atitudes e pensamentos por trás desses conceitos, contudo, estavam presentes nas pessoas daquela época e o contraponto com o mundo atual pode trazer *insights* úteis para o pesquisador da era antiga e também da contemporânea. Além disso, o olhar que dei aos acontecimentos antigos, e os instrumentos analíticos utilizados, foi o do historiador contemporâneo, o que justifica ainda mais a inclusão desses textos nessa coletânea.

Acompanhar e avaliar a construção e/ou desenvolvimento de alguns Impérios do século XIX é o eixo dos textos seguintes, os quais abordam centralmente o Império Britânico. O olhar, novamente, é para aspectos da construção e decadência desse Império, mas com idas e vindas contínuas na direção dos problemas contemporâneos.

Trabalhar com o imperialismo no Ocidente é, em boa medida, recuperar os mitos imperialistas romanos. Ao explorar a história romana e o imperialismo britânico, por sua vez, boa parte da discussão acaba por nos remeter aos Estados Unidos da América, herdeiros simbólicos de Roma e, de forma muito mais direta, do Império Britânico, tanto na sua formação como nos seus dilemas atuais. Esse é um ponto de contato entre vários dos textos que compõem essa coletânea.

O terceiro e o quarto eixos do livro têm como tema as duas guerras mundiais, incluindo análises sobre os impérios turco-otomano e austro-húngaro e a sua participação no primeiro conflito mundial, e amplas discussões sobre o caráter do segundo. Aqui, uma preocupação essencial foi a de discutir a presença dos interesses geopolíticos e das questões ideológicas durante os dois conflitos mundiais.

Esse, aliás, é outro dos pontos de contato que unificam o presente trabalho. Afinal, qual a motivação da ação dos Estados no campo internacional? A oposição e/ou complementação entre supostos “interesses naturais” e o conjunto de ideias do seu grupo dominante num dado período na delimitação da política exterior é uma das discussões centrais da teoria das relações internacionais. Nessa publicação, ela aparece nos textos que apresentam a Guerra do Paraguai e, especialmente, naqueles que abordam as guerras mundiais e, ainda mais especialmente, a segunda.

Uma última sessão, enfim, reúne algumas reflexões sobre Impérios e conflitos pós-1945, o que inclui um texto sobre Henry Kissinger e outro sobre a globalização pelo viés de Eric

Hobsbawm. Mais uma vez, nesses itens, a presença do Império norte-americano é uma constante, indicando como é esse realmente um ponto de contato central dentro do livro.

Um problema com o qual tive que me confrontar foi o fato que, já que os artigos aqui presentes foram escritos num arco temporal limitado e abordando questões semelhantes, as repetições de temas e argumentos são inevitáveis, assim como a bibliografia utilizada. Para ao menos aliviar as notas, providenciei uma bibliografia unificada, ao final do volume, englobando e substituindo as individuais de cada artigo.

Um dilema muito mais importante foi o que fazer com a evidente desigualdade dos textos. As resenhas mais simplificadas foram eliminadas e/ou integradas em outros artigos, enquanto as mais densas foram mantidas. Alguns trabalhos são textos acadêmicos mais densos, enquanto outros foram publicados com o intuito de atingir um público geral. Além disso, dado o longo período em que foram publicados, diferenças de estilo, profundidade e outros são inevitáveis. O mais correto seria simplesmente atualizar e reescrever os artigos, garantindo uma uniformidade em termos de densidade e estilo.

O grande problema dessa opção, porém, é que ela eliminaria a temporalidade do escrito. Dessa forma, mesmo com meus estudos relacionados ao tema prosseguindo e, portanto, tendo à disposição novos dados e informações sobre o tema em questão, optei por não atualizar os artigos, deixando-os, em essência, como foram publicados na primeira vez. Dessa forma, além de uma revisão gramatical e estilística, fiz modificações apenas nas citações e notas, uniformizando-as. Esses textos, afinal, representam um momento da pesquisa do autor relacionada ao tema e, pela sua própria historicidade, devem ser deixados como eram, sendo o espaço correto para correções ou novas reflexões novos livros e artigos a escrever e publicar.

Parte I
O Império Romano e Bizâncio:
guerra e estratégia na Antiguidade

A Grande Estratégia do Império Romano*

Edward Luttwak é um importante analista internacional e de estratégia militar. Nascido na Romênia em 1942, vive nos Estados Unidos há muitos anos, onde tem assessorado o Pentágono e o governo americano em questões estratégicas e internacionais (sempre numa perspectiva conservadora) e produzido um sem-número de livros e análises sobre a questão da guerra, a geopolítica contemporânea e a posição dos Estados Unidos no mundo.

O presente livro, publicado originalmente em inglês em 1976, é uma tentativa de usar seus conhecimentos nessa área para a compreensão da geopolítica romana e do papel das opções estratégicas e militares do Império na sua própria decadência e queda. A originalidade desse tipo de abordagem e as questões que ela suscita, até hoje, tanto para o historiador da Antiguidade clássica como para o pesquisador interessado em questões estratégicas contemporâneas, justifica uma resenha desse livro e também a ousadia de um autor não especialista no tema (mas com longa experiência no campo da história militar e das relações internacionais contemporâneas) em adentrar a história romana.

Na verdade, o tema da história militar romana não é, de forma alguma, uma novidade, e existem muitos trabalhos estudando a organização das legiões romanas, as razões de sua

* Resenha de LUTTWAK, Edward. *La Grande Strategia dell'Impero Romano. L'apparato militare come forza di dissuasione*. Milão: Rizzoli, 1995. Publicado originalmente, numa versão simplificada, em *Boletim do Centro do Pensamento Antigo da UNICAMP*, n. 8/9: 243-248, junho/2000.

enorme eficiência no campo de batalha, sua infraestrutura, etc. (apenas para alguns mais recentes, ver HACKETT, 1990; LLOYD, 1996; WARRY, 1995; WEBSTER, 1976). Também existem autores que atribuem aos aspectos militares a chave para explicar a própria decadência e destruição do Império (FERRIL, 1989). A abordagem de Luttwak, contudo, é muito mais abrangente, pretendendo compreender a visão estratégica dos romanos e a maneira pela qual eles organizaram seus recursos militares e usaram seu poder por séculos para manter e ampliar seu Império.

Luttwak argumenta que nos inícios do período imperial, Augusto optou por não sobrecarregar o Império com a criação de um número exagerado de legiões, o que seria, porém, financeiramente possível. Somando-se essa pequena disponibilidade de tropas para uma defesa cerrada das fronteiras com a disposição psicológica dos romanos para a criação de um Império mais hegemônico do que de domínio direto, a dinastia Júlio-Cláudia teria optado por criar um sistema de defesa baseado em Estados clientes. Estes protegeriam o Império de “ameaças de baixa intensidade” (grupos de bandidos, migrantes, tribos revoltosas, etc.) e serviriam como “Estados tampões” capazes de absorver golpes de “alta intensidade” (como uma invasão em larga escala) até a chegada das tropas imperiais, que, estacionadas próximas aos Estados clientes, teriam também a função de mantê-los sob controle indireto (pela ameaça e persuasão), o que permitiria um sistema de defesa e projeção de poder altamente eficiente e pouco custoso.

Tais Estados clientes absorveriam, assim, parte substancial do ônus da defesa das fronteiras e sofreriam o grosso dos danos provocados por invasores antes da chegada das tropas imperiais. Eles deveriam ser suficientemente fortes para poderem resolver pequenos problemas de segurança e apoiar o esforço de guerra romano quando necessário (sendo clássico o exemplo das tropas enviadas pelos Estados clientes orientais

para apoiar a repressão romana contra os judeus, em 70 d.C.), mas suficientemente fracos para poderem ser controlados e supervisionados pelo poder romano. No Oriente, a organização política mais avançada do que a dos povos nas fronteiras ocidentais do Império permitia Estados clientes mais eficientes e funcionais para os objetivos romanos, e isso explicaria o motivo do grosso das legiões romanas estar na parte ocidental do Império nesses anos, apesar do único Estado organizado a se opor aos romanos, a Pártia, estar no Oriente. Uma prova, pois, da eficiência do sistema.

Toda a estrutura militar romana seria um reflexo desse posicionamento e desse pensamento estratégico. As tropas dos Estados clientes lidariam com pequenos problemas e seriam adaptadas a estes (pequenas unidades prontas à luta no deserto ou nas montanhas, etc.), enquanto as legiões imperiais só seriam usadas contra grandes contingentes de tropas e inimigos organizados, contra os quais sua capacidade de organização, concentração, logística e técnicas de assédio seriam determinantes.

As legiões romanas seriam muito mais adequadas, assim, ao combate contra inimigos mais organizados e sofisticados, que tinham objetivos fixos (grandes cidades, plantações) a defender, o que não era o caso de boa parte dos vizinhos dos romanos. Essa estrutura estratégico-militar delimitaria, inclusive, os limites do expansionismo imperial, pois os romanos teriam dificuldades enormes se tentassem se expandir para lugares onde não era possível criar Estados clientes e desfrutar o peso (diplomático e militar) determinante das legiões romanas. Pelo seu próprio atraso, portanto, os desertos da África e da Arábia, as florestas da Germânia e da Sarmátia e os áridos planaltos da Pérsia ficariam longe do controle romano. Ainda assim, esse sistema de Estados clientes era tão econômico e eficiente que permitia a reunião, quando desejado, de forças maciças para ataques destinados a expandir o

Império, como teria acontecido no ataque romano à Boêmia em 6 d.C.

A partir dos Flávios, a política de defesa imperial foi substancialmente alterada, com os Estados clientes sendo absorvidos e os poucos remanescentes assumindo simples função de Estados tampão. A defesa do Império foi atribuída diretamente às tropas imperiais, que defendiam agora uma fronteira claramente demarcada e coberta por fortificações e linhas de defesa. Essas linhas, contudo, não previam o fechamento completo do Império às invasões, mas uma simples barreira contra “perigos de baixa intensidade”, enquanto serviriam de base para ataques móveis além das fronteiras que anulariam as investidas dos inimigos principais.

No século III, os perigos externos ao Império aumentaram, enquanto as guerras civis corroeram os seus recursos militares. Nesse contexto, o sistema de “defesa territorial” foi considerado insuficiente e substituído, ainda que com hesitações, por um de “defesa em profundidade”. Surgiu aí a combinação de tropas móveis e fixas substituindo as antigas legiões, a busca de linhas de fronteira “científicas” e as maciças fortificações de fronteira (diferentes daquelas do I e II séculos, que eram apenas bases para ataques ofensivos das tropas móveis). Este sistema de defesa, no limite, não funcionou e dado o seu custo, acabou por esgotar ainda mais os recursos do Império, colaborando, assim, para a sua queda.

Luttwak é claramente favorável, dessa forma, ao primeiro sistema que, na sua visão, era muito mais econômico e permitia a manutenção de uma reserva contínua de poder militar nas mãos dos romanos. Essa reserva era o que permitia aos romanos exercer seu poder diplomático e simbólico sobre seus rivais e manter um alto grau de segurança com relativamente poucos gastos para o Império. Quando isso se dissolveu e a segurança imperial teve que se basear direta e completamente nas próprias forças do Império, as alterações militares

requeridas fizeram a eficiência militar desabar e os custos se tornaram excessivos. Tendo perdido sua habilidade de garantir a segurança coletiva com relativamente poucos gastos, e com os próprios cidadãos romanos questionando a sua utilidade, o Império foi decaindo, assim, até seu colapso final.

Um ponto positivo do livro de Luttwak é mostrar alguns dos riscos do anacronismo. Ele é muito hábil ao demonstrar, por exemplo, como a análise que muitos analistas fazem do sistema de defesa romano está contaminada por um preconceito contra linhas de defesa fixas, contra os *limes*, como se estes fossem exatamente iguais à linha Maginot francesa do século XX. Ele consegue mostrar, assim, que a concepção romana de linha defensiva e de projeção de poder era diferente e que não faz sentido analisar tais concepções a luz da experiência militar do século XX. A contínua crítica de técnicos militares modernos à ausência de uma “reserva estratégica” romana também é refutada nesses termos.

A análise das especificidades do pensamento estratégico romano também permite entender, por exemplo, as guerras dácias e orientais de Trajano (que ele analisa pensando na concepção estratégica de defesa romana e não nas bravatas do Imperador), as retiradas de alguns territórios nos séculos III e IV, a construção dos *limes*, etc.

Por mais que possamos achar interessantes e procedentes, porém, alguns aspectos da análise de Luttwak, é difícil aceitar suas teses como um todo e isso justamente pelo mesmo anacronismo que ele ajuda a combater em outros momentos. Fica difícil acreditar, por exemplo, que o fim da expansão das fronteiras do Império reflita uma e exclusivamente um tipo especial de pensamento estratégico* e que esse pensamento

* Ver WHITAKER (1997), para quem os romanos só suspenderam sua expansão ao perceberem que haviam atingido os limites das possibilidades de exploração econômica e desenvolvimento cultural. Esta também foi a crítica central do historiador israelense

tenha sido tão articulado e coerente através de gerações de césares e augustos.*

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos verificar a validade de seu trabalho ao apresentar um contexto maior que explica as transformações do próprio aparato militar imperial (a criação das tropas móveis, o aumento do papel da cavalaria e das fortificações, etc.), as quais, em trabalhos como os de Ferril, parecem excessivamente aleatórias e conjunturais. Ainda assim, ele repete o mesmo erro de Ferril ao desconectar as mudanças estratégicas e militares do conjunto econômico, social e mental do Império.

Ao lermos o livro de Ferril, de fato, não é difícil concordar com o autor que a importância da decadência militar na queda do Império Romano tem sido subestimada e que boa parte das origens dessa decadência devem ser buscadas nas alterações na estrutura do Exército. Ficam sem resposta, po-

Benjamin ISAAC (1990) e uma das críticas de John MANN (1979) já em 1979.

- * Essa, de fato, foi uma das críticas chave ao trabalho de Luttwak: como seriam transmitidas as diretrizes da “grande estratégia” de imperador para imperador e como estes poderiam conhecer tão bem as fronteiras para elaborar tal estratégia num mundo de conhecimentos cartográficos limitados? Ver GRUEN (1990); WHITAKER (1997) e ISAAC (1990). Por outro lado, é possível que maiores conhecimentos de cartografia estivessem disponíveis nas províncias e que conceitos gerais de estratégia e sistemas de defesa fossem mantidos seguidamente a nível local, conforme propõem POTTER (1992) e WHEELER (1993), o que apenas reforça a ideia de que as análises de Luttwak tem mais valor local e regional do que geral. Também é razoável acreditar que algum tipo de pensamento estratégico estivesse presente na cultura política e militar de cada geração de romanos, extravasando os limites do pensamento de um único imperador ou general e fornecendo uma continuidade – como salienta WHEELER (1993) – de ação. No entanto, para uma “grande estratégia” coerente e lógica para todas as fronteiras e por séculos, há uma grande distância.

rém, as causas de tais alterações e parece pouco provável que as condições econômicas, sociais, políticas e mentais vigentes no Império nos seus últimos anos não tenham influído nas mesmas e, portanto, na sua própria decadência.

Luttwak ajuda a explicar as mudanças da concepção estratégica romana, o que é um grande avanço, mas não só não consegue convencer que essa concepção estratégica era tão uniforme e coerente como ele propõe, como continua a subestimar o papel da estrutura econômica e social, do sistema de poder imperial, das ideias e crenças expansionistas no Império e de outros fatores nas modificações militares e estratégicas romanas, o que é um claro limite na sua análise. Ele, obviamente, não ignora essas questões para explicar as alterações na "grande estratégia" do Império, mas elas poderiam e deveriam ser ressaltadas.

Nesse sentido, seu trabalho, que nos ajuda a nos livrar do anacronismo em muitos momentos, mergulha novamente nesse erro se analisado como um todo, inserindo no mundo romano conceitos e maneiras de ver a segurança*, o poder e o próprio Império** que dificilmente eles teriam. A análise de

* Seria o objetivo do Estado e do Exército romanos, de fato, a segurança da população civil, nos termos modernos? Gruen (1990), por exemplo, afirma que as conquistas militares eram pensadas, acima de tudo, como consagradoras do poder dos imperadores, enquanto Benjamin ISAAC (1990) considera que o Exército estava mais preocupado em controlar revoltas e ameaças internas e em expandir o Império do que em efetivamente proteger as populações que viviam nele. Nesse ponto, os críticos de Luttwak parecem ter se equivocado, pois, se é certo os conceitos de defesa e de segurança do Império não eram os mesmos das modernas democracias ocidentais, dificilmente o Império poderia permitir que sua população e suas províncias fossem devastadas impunemente, o que seria prejudicial para ele e também para sua classe dirigente.

** Nesse ponto, abre-se um outro debate, que é se efetivamente o Império percebeu e aceitou, após a dinastia Júlio-Cláudia, que a

Luttwak, na verdade, parece refletir os debates geopolíticos nos EUA pós Guerra do Vietnã e a sua própria configuração da estratégia romana em perigos de “baixa, alta e média intensidade” lembra claramente a Doutrina estratégica que Ronald Reagan colocou em voga poucos anos depois. Ao examinarmos alguns dos pressupostos dessa doutrina, em que os perigos de alta intensidade (a União Soviética) deveriam ser enfrentados diretamente pelas tropas americanas e os de média e baixa por seus aliados e protegidos, parece evidente a conexão com a análise que Luttwak faz do Império Romano.

No próprio Prefácio do livro isso fica claro quando ele mostra que, num mundo (década de 1970) o qual o estado de guerra era permanente (mas num contexto de paz) e onde os Estados Unidos deveriam proteger uma sociedade avançada contra muitos inimigos, não faria sentido esperar uma vitória decisiva numa grande batalha, mas sim procurar ganhos por meio do uso racional dos recursos militares disponíveis e do potencial diplomático desses recursos. Nesse sentido, o exemplo do Império dos Césares seria o mais adequado para a Roma do século XX.

Em última instância, isso poderia não ser um problema, pois os historiadores estão continuamente pensando a História

era de expansionismo havia chegado ao fim e que a única solução disponível era a de criar uma “grande estratégia” de defesa e modificar a estrutura do Exército para tanto. Mais provável é que o Império tenha montado estratégias coerentes de defesa (que Luttwak consegue analisar e indicar com habilidade), mas somente em tempos e espaços localizados e sempre a espera de tempos melhores para reiniciar a expansão tradicional. Se essa hipótese é verdadeira, Luttwak está errado, mas também aqui pode fornecer um subsídio interessante para a falta de capacidade do Império de se expandir depois da era antonina, pois as modificações estratégicas e militares, mesmo pensadas como provisórias, teriam afetado diretamente a disponibilidade de recursos militares excedentes para conquistas de longo prazo.

através dos problemas do seu tempo e usando ferramentas analíticas e conceitos que talvez não fizessem sentido para os agentes do período. No entanto, há limites para isso e o autor não consegue convencer, apesar da grande quantidade de material bibliográfico utilizado para embasar o trabalho, que efetivamente os romanos pensavam integralmente nos termos apresentados por ele.

Concluindo, podemos perceber, no trabalho de Luttwak, um excelente exemplo de como nós sempre analisamos o passado com base nas preocupações e interesses do presente e que podemos compreender melhor esse passado com o uso de conceitos e teorias que os próprios agentes do período desconheciam e com o imenso poder que a visão de conjunto fornece ao historiador. No entanto, as reflexões de Luttwak mostram também como há um limite para tal visão retrospectiva e que não podemos colocar nos homens do passado atitudes, mentalidades e atos que não eram os deles. Extrapolar o passado é uma das bases do trabalho do pesquisador em História, mas respeitar seus limites é não apenas um dever profissional, como um sinal de respeito a ele.

Fronteiras do Império Romano*

No último número do *Boletim do CPA*, comentei um livro de Edward Luttwak a respeito da geopolítica e da “grande estratégia” romanas. Como indicado então, muitas críticas foram dirigidas a este trabalho e C.R. Whittaker, da Universidade de Cambridge, foi um dos mais importantes historiadores a debaterem com Luttwak sobre a política de fronteiras romana. De forma a dar continuidade ao debate, considero interessante tecer alguns comentários sobre o presente livro de Whittaker, no qual suas críticas e discussões a respeito desse tópico são especialmente esclarecedoras.

Uma primeira observação deste é sobre a possibilidade do Império dispor de uma “grande estratégia”. Dada a imensidão e a diversidade do território imperial, os diferentes objetivos do expansionismo romano em cada área e os tipos diversos de inimigos com que eles se defrontavam, uma estratégia unificada seria impossível e a falta de conhecimento geográfico e de informação em tempo real também dificultava imensamente qualquer possibilidade de uma “grande estratégia” lógica e coerente para todas as fronteiras.

Whittaker ressalta, contudo, que a não existência de uma política “científica” de fronteiras não implica em total irracionalidade dos imperadores no tocante a estas e também à decisão de expandir ou não o Império. Havia uma lógica nas ações romanas, mas não a nossa. Eles seguiam sua própria

* Resenha de WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire – A Social and Economic Study*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997. Publicado originalmente em *Boletim do Centro do Pensamento Antigo da UNICAMP*, n. 10: 281-286, 2001.

visão de mundo, tanto na concepção de fronteira como na expansão do Império.

Nesse sentido, Whittaker argumenta que a noção de “fronteira” presente no livro de Luttwak é uma visão essencialmente moderna, com linhas claramente traçadas no terreno (de preferência, através do uso de rios ou outros acidentes capazes de fornecer uma “fronteira natural”) e estratégico-militar, com uma população hostil do outro lado, a ser intimidada e mantida a distância.

Para ele, os romanos teriam uma concepção de poder que considerava o mundo como sua esfera de domínio. Territórios podiam ou não ser colocados sob o domínio direto do Império, mas uma noção de fronteira como indicativa de um espaço a partir de onde o poder imperial não teria mais jurisdição seria impensável para um romano.

Se, para os romanos, existia alguma noção de fronteira, ela era relacionada à lei de *postliminium*, ou seja, os direitos que um cidadão romano teria ao voltar à jurisdição da lei romana. Deveria existir algum ponto reconhecível que indicava a jurisdição romana. Isso não quer dizer, contudo, que os romanos reconhecessem fronteiras claras e definidas como nós as reconhecemos.

Com uma concepção de fronteira muito mais elástica do que imaginamos, o Império jamais teria sido fechado ao mundo exterior e, por séculos, os mundos romano e bárbaro teriam interagido, trocando mercadorias e se auto influenciando, dentro de certos limites, política e culturalmente. O fundamental fluxo de suprimentos para as legiões estacionadas nos limites da administração romana teria sido, inclusive, uma das chaves para estimular esses contatos, fazendo das fronteiras zonas de interação. Para os romanos, nada mais natural, já que ambos os mundos seriam parte integrante do corpo do Império.

O Império romano, assim, jamais teria se tornado defensivo e tentado criar fronteiras naturais e mais facilmente

defensáveis. A própria ideia de que o Império terminaria em algum lugar e deveria permanecer na defensiva seria inaceitável para a elite romana. O que havia era uma clara consciência de que havia limites para os recursos romanos e que não seria possível colocar todo o mundo imediatamente sob a administração imperial. Este seria, porém, o destino de Roma e a elite do Império teria acreditado nisso até o último dia.

Nessa linha de considerações, os grandes rios (como o Reno, o Danúbio e o Eufrates) seriam importantes apenas como corredores de transporte de suprimentos e linhas de comunicação e não barreiras de bloqueio dos invasores. E os *limes* não seriam muros impenetráveis para manter os bárbaros à distância, mas apenas pontos de controle e agrupamento, apoiando tropas romanas que controlavam território muito além dos rios e dos *limes*. Ele apresenta, inclusive, junto com o historiador Benjamin Isaac, o interessante argumento de que o termo *limes* significaria mais “Comando de área” do que efetivamente uma muralha para separar dois mundos.

Whittaker considera também que não existiriam as “fases” de pensamento estratégico que Luttwak identifica na história romana. Os Estados clientes e a defesa em profundidade a partir dos *limes* e dos rios sempre teriam sido utilizados e o desejo de conquistas e glória militar nunca desapareceu. O que se alterou foi a capacidade de efetivamente cumprir esses objetivos.

O Império, porém, efetivamente diminuiu o ritmo das suas conquistas a partir de certo momento. Isso seria explicado não por uma mudança da estratégia romana (de ofensiva para defensiva), como defende Luttwak, e nem por um simples acaso, delimitado pelo ponto onde a máquina militar romana perdeu impulso (como propõe o arqueólogo John Mann). Os romanos só teriam suspenso a expansão imperial quando perceberam que haviam atingido os limites das possibilidades de exploração econômica e de absorção cultural de suas

populações. Incorporar ao Império a região dos pictos (atual Escócia) ou a Sarmátia seria um pesadelo logístico para o Exército e um dreno dos recursos imperiais, sendo mais prudente deixar essas províncias à margem, a espera de um momento mais propício.

Para Whittaker, assim, a expansão imperial foi interrompida por problemas de abastecimento militar, exploração econômica e absorção cultural. Mesmo a partir do terceiro século, quando as pressões dos bárbaros se tornaram maiores, ele não consegue identificar um “pensamento defensivo” como causa da incapacidade romana de manter seu poder. A instabilidade política do Império e a formação de uma “sociedade de fronteira” entre bárbaros e romanos provinciais (especialmente no Ocidente) seriam as causas chave do colapso das fronteiras.

O uso de bárbaros dentro do Exército romano, crescendo rapidamente a partir do terceiro século, teria tido como efeito acelerar a construção dessas “sociedades de fronteira”. Tribos bárbaras romanizadas e camponeses das províncias; soldados romanos e bárbaros se tornaram cada vez mais indistinguíveis. Ao mesmo tempo, o colapso do governo central permitiu o aumento do poder dos senhores locais, muitos deles próximos culturalmente dos vizinhos bárbaros. Em última instância, as fronteiras não teriam entrado em colapso sob o golpe dos bárbaros, mas teriam se dissolvido em enclaves de senhores de terras romanos e tribos germânicas romanizadas assemelhados que teriam feito a transição do mundo romano para a Idade Média.

A ideia romana de fronteiras porosas e provisórias e sua capacidade em criar zonas de transição de onde eram extraídos recursos e riqueza para o Império teria fornecido, assim, as sementes para a sua própria destruição quando do colapso do poder central. Ao mesmo tempo, essa permeabilidade transformou a sociedade romana e teria permitido a sobrevivência da sua cultura mesmo pós 476.

A análise de Whittaker é muito mais completa do que a de Luttwak, abarcando aspectos da política e da cultura do período ao invés de forçar o pensamento romano para os nossos padrões. Também ajuda a eliminar mitos sobre a história romana que ainda hoje tem utilidade política e ideológica, como o da invasão em massa dos bárbaros, destruindo a civilização. Ao mesmo tempo, algumas críticas podem e devem ser feitas ao trabalho do professor inglês.

Nesse sentido, a visão de Whittaker de que as fronteiras não eram fronteiras como as que conhecemos, que eram muito porosas e que acabaram por não significar mais nada dentro de um intenso processo de simbiose cultural e econômico pode nos fazer esquecer que, como ele mesmo admite, havia algum tipo de linha (por mais indefinida que fosse) que separava o território imperial do não imperial. E estas linhas foram, de uma forma ou de outra, sistematicamente cruzadas pelos bárbaros, com ou sem permissão imperial. A queda do Império Romano, como Whittaker demonstra, não foi um processo unicamente político e militar, mas ele também não foi tão gradual e suave como se pode inferir a partir do trabalho do autor. Como teria se processado, aliás, a simbiose cultural e econômica nas áreas de fronteira do Império se o governo central e o poder militar romanos tivessem permanecido tão fortes como no II Século?

Em resumo, entender que as fronteiras eram permeáveis; que, no auge do seu poder, os romanos podem ter optado, por suas próprias razões, a conter momentaneamente sua expansão e que o Império, na fase final de sua história, não foi simplesmente conquistado *manu militari*, não significa dizer que nenhuma linha de demarcação existisse e que não temos que encontrar alguma explicação para o Império ter perdido sua capacidade de mantê-las e ao seu poder.

Nesse ponto, é possível que a ideia da “estratégia defensiva” de Luttwak nos forneça alguns subsídios interessantes.

Sem querer, claro, resolver um problema tão complexo em tão pouco espaço, mas apenas para indicar uma via possível de raciocínio, talvez possamos imaginar que o Império, longe de montar uma “grande estratégia” defensiva, tenha sido obrigado a desenvolver estratégias de defesa (que Luttwak consegue analisar e indicar com habilidade), mas somente em tempos e espaços localizados e sempre a espera de tempos melhores para reiniciar a expansão tradicional.

Se essa hipótese é verdadeira, Luttwak pode fornecer um subsídio interessante para a falta de capacidade de auto preservação do Império depois da era antonina, pois as modificações estratégicas e militares, mesmo pensadas como provisórias, teriam afetado diretamente a disponibilidade de recursos militares e a qualificação das tropas para conquistas a longo prazo. Problemas imediatos (como um especial volume de incursões bárbaras e a decomposição do poder central) teriam levado, assim, a efeitos permanentes na capacidade do poder romano e o seu colapso final.

Ainda assim, parece difícil acreditar que possamos entender as mudanças estratégicas e militares sem um entendimento mais preciso das condições econômicas, sociais, políticas e mentais vigentes no Império. Nesse sentido, talvez seja possível recuperar, com cuidado, algumas das ideias de Luttwak, desde que as historicizemos e as integremos num todo, todo este que o trabalho de Whittaker, apesar de seus limites, nos ajuda a compreender com mais apuro.

Em nome de Roma: os homens que fizeram o Império Romano*

O mundo romano continua, mesmo tantos séculos após o seu fim, a nos hipnotizar. Prova disto está na cultura, na mídia e nas nossas leis. O uso de exemplos ou análises históricas baseados na história romana para evidenciar situações e problemas do presente também é um bom indicador neste sentido, como indicam, por exemplo, aqueles que, nos Estados Unidos, proclamam a necessidade de construir barreiras para impedir a invasão dos “bárbaros” mexicanos ou que discutem a inevitabilidade (ou não) da queda do Império norte-americano.

Em termos historiográficos, igualmente, talvez não haja um tema mais discutido e debatido na história ocidental do que o da queda do Império romano. Por séculos e séculos, as explicações para o acontecido (ou a sua relativização) têm sido uma constante e hoje temos, provavelmente, centenas de teorias e hipóteses que vão desde o colapso da estrutura econômica à decadência demográfica ou cívica ou à combinação de várias delas, sem nunca, claro, atingir um consenso.

Para um historiador interessado na história militar e geopolítica, a questão da influência de questões mais diretamente militares e estratégicas no colapso do poder imperial é o que mais chama a atenção. Trabalhos como os de Arthur Ferril (1989), Edward Luttwak (1995) e outros discutem, efeti-

* Resenha de GOLDSWORTHY, Adrian. *In the name of Rome – The men who won the Roman Empire*. London: Phoenix, 2007. Publicado originalmente em *História: Questões e debates*. 52: 255-259, 2010. Alguns dados extras foram retirados de “Novos e velhos bárbaros”. *História Viva*, n. 5, 51: 98, janeiro 2008.

vamente, se mudanças no pensamento estratégico do Império, na sua tecnologia militar ou na estrutura de suas forças armadas teriam ou não tido um papel decisivo na decadência do poder romano e tais textos são de interesse não apenas para os historiadores do período romano, mas para os interessados em história militar como um todo.

Entre estes, o trabalho de Adrian Goldsworthy é mais do que conhecido. Autor de vários livros sobre o Exército romano, ele se soma ao imenso número de autores que escrevem sobre os militares romanos e ao ainda maior número de aficionados pelo assunto, dentro e fora das academias militares.

O livro ora resenhado, contudo, é um pouco diferente. Ao invés de se focar na estrutura das legiões ou na descrição das grandes batalhas e campanhas, os objetivos são a vida e a carreira dos generais comandantes, quinze dos quais são escolhidos, por disponibilidade de fontes e informações, para análise, cobrindo mais ou menos quase mil anos de história da República e do Império.

É evidente que o livro inclui biografias e descrições de unidades militares, de operações e táticas de guerra. Na maior parte dos casos, aliás, ele não faz nada mais além de compilar informações sobre batalhas e pessoas mais do que conhecidas, como as guerras de César na Gália, as de Trajano no oriente ou a conquista de Jerusalém por Tito. Até por isto, é duvidoso que seu livro traga algo realmente novo para os especialistas em história militar romana, ao mesmo tempo em que seu formato acaba levando a irritantes repetições de argumentos e informações.

Mesmo assim, o livro é um mergulho na arte militar romana, na sua capacidade tática em campo de batalha e das inúmeras mudanças e adaptações adotadas por Roma, ao longo de séculos, para manter a sua superioridade tática sobre seus inimigos. Acompanhamos, assim, a disputa entre as legiões e as falanges gregas nos séculos anteriores a Cristo (com a vitória

das primeiras e de sua flexibilidade), as reformas de Mário e a consolidação de um Exército permanente ao invés de um quase miliciano, a lenta transformação do Exército para um padrão de guerra mais medieval, etc. O autor também faz um resumo bastante útil de como a tradição militar romana foi sendo utilizada e reapropriada nos séculos que se seguiram e até o momento atual.

O livro não é, contudo, interessante apenas por resumir, num formato diferente, outros livros sobre a história militar romana ou por ser mais um nesta seara. Ele tem um enfoque específico, nos generais e na sua contribuição individual para o resultado das operações. Esse enfoque acaba por suscitar questões de mais alta importância, e não apenas para os especialistas em história romana.

Uma primeira questão é mais genérica e tem a ver com a importância dos indivíduos no fazer-se histórico. Ele ironiza a visão de que apenas grandes forças (econômicas ou sociais) são capazes de mover os acontecimentos e ressalta que, apesar de certos contextos e situações serem dados, indivíduos têm capacidade de alterá-los. No caso dos generais romanos, cujas decisões em campo de batalha podiam levar a derrota ou a vitória e a mudanças radicais destes mesmos contextos e situações, esta situação seria ainda mais clara, do que é difícil discordar.

É bastante esclarecedor quando ele delimita quais eram as qualidades, em geral, esperadas de um comandante romano e as suas origens sociais e culturais. Ao contrário dos generais helenísticos ou do início de Roma, que deveriam, pela tradição, lutar contra o inimigo, heroicamente, em meio a suas tropas, o general romano, a partir da República, tinha outras funções. Ele deveria permanecer numa posição recuada, organizando o combate e estimulando a vontade de luta dos homens sob o seu comando, premiando, castigando e cultivando a rivalidade entre homens e unidades. Ser capaz de pensar detalhes

logísticos ou de combinar força com diplomacia também seriam atributos destes homens que, nesse ponto, se aproximariam de comandantes contemporâneos.

Ao mesmo tempo, eles seguiam algumas tradições que pareceriam estranhas a militares modernos, como uma relação quase ritualística com os soldados ou a busca de prestígio e glória. Ao mesmo tempo, o autor chama a atenção para o fato de não existir nenhum tipo de escola ou sistema de treinamento para os oficiais. Eles aprendiam o seu ofício na prática, por erro e acerto, em longas carreiras públicas que combinavam papéis civis e militares. Para uma pessoa daquela época, a ideia de separação entre civis e militares, comum no nosso tempo, soaria completamente estranha.

Dessa forma, um romano receberia um comando militar não por causa da sua formação militar, que não existia, mas por sua riqueza, conexões políticas e familiares e, na época imperial, lealdade ao imperador. Quando em um alto posto militar, por sua vez, a riqueza e, especialmente a glória e o prestígio adquiridos em campo de batalha (e nada era mais valioso, aos olhos romanos, do que as vitórias militares) se convertiam em capital político, permitindo ascensão a cargos civis mais elevados, e assim sucessivamente. Fazer a guerra e administrar províncias e cidades fazia parte da política tanto como ser eleito para um alto posto ou vencer um debate no Senado.

Esse ponto é de fundamental importância no seu argumento geral. Para ele, este sistema teve um efeito desastroso para os romanos em termos de legitimidade do poder e causou, no limite, uma decadência irreversível do seu aparato militar. Já na época republicana, o risco de um general bem sucedido se tornar um rival político de primeira grandeza era grande demais para ser ignorado. Depois das guerras civis e, especialmente, durante o Império, foi ficando claro como o poder residia nas armas e nenhum imperador podia se sentir seguro se outro homem comandava tropas mais leais (por devoção e,

crescentemente, por dinheiro) ao seu general do que ao poder constituído.

O autor menciona os vários artifícios que o Senado e os imperadores estabeleceram para tentar resolver este problema. Os legados provinciais, por exemplo, podiam e deviam defender suas províncias de ataques inesperados, mas invasões de outras terras só podiam se dar com o aval do Senado ou do Imperador. Alguns imperadores só confiavam em parentes próximos para comandar seus exércitos em seu lugar e dividir as legiões, e o comando, em várias províncias também foi prática usual. Mas, na verdade, foi um problema insolúvel e que ninguém conseguiu equacionar. Apenas na época de Justiniano os imperadores se sentiram, depois de fundas alterações na estrutura do poder, seguros o suficiente para enviar generais competentes para comandar suas forças e, mesmo assim, com reservas.

Está mais do que claro como esta questão foi desastrosa para a sociedade romana, desviando os seus exércitos da proteção das fronteiras para a luta interna e abrindo caminho para perda de territórios, devastação de províncias e diminuição dos próprios recursos imperiais. Goldsworthy, contudo, ressalta como esta situação também levou a imensas restrições ao uso da força militar e, já que o Império se sustentava neste, isso teria tido implicações graves na própria decadência do poder dos Césares.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma situação de desconfiança dos generais competentes e de relutância do poder central em permitir que exércitos maiores fossem formados. Um contexto que dificultava operações militares mais complexas, como teriam sido necessárias para conter as maciças invasões bárbaras. Na época de Juliano, por exemplo, apenas o imperador tinha a legitimidade suficiente para comandar um Exército que, em outras épocas, teria sido liderado por um procônsul ou um legado. Como o imperador não podia estar em todos

os lugares ao mesmo tempo, a capacidade militar do Império ficava subutilizada e a adoção do sistema de múltiplos imperadores foi pensada para tentar reverter este quadro, ainda que não tenha sido totalmente bem sucedida.

O Exército romano, assim, decaiu para uma força de defesa local, com recursos para operações em larga escala totalmente insuficientes. Tal transformação, oriunda, em essência, de questões políticas, explicaria a incapacidade romana em vencer seus adversários a partir de certo momento e também a paralisia da expansão imperial. Nem a busca de fronteiras racionais, nem a barbarização das legiões (como sugerido, respectivamente, por Luttwak e Ferril); o que teria conduzido ao colapso do Estado romano teria sido, em essência, a sua incapacidade em administrar a sucessão do poder e a questão de sua legitimidade, o que teria tido efeitos danosos para aquela sociedade e também para a sua arquitetura política e militar, num processo cumulativo que acabaria levando ao fim do poder de Roma.

É claro que estamos trabalhando, aqui, com conceitos e definições – como legitimidade do poder ou relações civis-militares – que só fazem sentido para o período atual e que, nesses termos, eram estas questões que seriam estranhas para os romanos. O autor, aliás, é extremamente cuidadoso em ressaltar isto. Mas, novamente, podemos entender porque a história de Roma e seus dilemas nunca são esquecidos, mesmo após tantos séculos. Ela continua a suscitar questões e a levantar problemáticas que continuam atuais, mesmo que pensadas em outros termos, e mesmo pessoas pouco interessadas na história romana em si podem aproveitar a leitura deste e de outros livros semelhantes.

A Grande Estratégia do Império Bizantino*

Edward Luttwak é um importante analista internacional, talvez um dos mais importantes pensadores vivos sobre estratégia e teoria estratégica. Nascido na Romênia em 1942, vive nos Estados Unidos há muitos anos, onde tem assessorado o Pentágono e o governo americano em questões estratégicas e internacionais (sempre numa perspectiva extremamente conservadora) e produzido um sem número de livros e análises sobre a questão da guerra, a geopolítica contemporânea e a posição dos Estados Unidos no mundo.

Luttwak tem manifestado sempre um imenso interesse e curiosidade pela história antiga e um dos seus livros, publicado originalmente em 1976 e que aborda a grande estratégia do Império Romano, se tornou um clássico, recebendo elogios e críticas contínuas. Tais críticas vieram de várias fontes, mas os historiadores especializados em história antiga ficaram especialmente incomodados quando ele procurou aproximar a estratégia romana da dos Estados Unidos pós guerra do Vietnã, o que seria um anacronismo imperdoável.

Mais de três décadas depois, em 2009, Luttwak voltou ao tema e publicou um novo estudo de estratégia, dessa vez sobre a parte oriental do Império Romano, ou seja o Império Romano do Oriente, ou Bizantino, que existiu por quase mil anos, entre 395 e 1453 d.C. É um trabalho abrangente, com

* Resenha de LUTTWAK, Edward. *La Grande Strategia dell'Impero Bizantino*. Milano: Mondadori, 2010. Publicado originalmente em *Diálogos* – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, 16, 1: 339-345, 2012.

centenas de páginas discutindo e refletindo sobre vários aspectos da história dessa sociedade e desse Estado.

O livro é extremamente detalhista. Ele discute, inicialmente, a formação e a consolidação do pensamento estratégico de Bizâncio, entre os reinados de Justiniano e Heráclio (séculos VI e VII). Depois, menciona todos os outros mecanismos que o Império utilizava para projetar seu poder, como a diplomacia, os casamentos dinásticos, o suborno, o prestígio, os vínculos religiosos, etc.

Também analisa com cuidado o sistema militar bizantino (as muralhas de Constantinopla, o “fogo grego”, a organização militar das suas tropas), as heranças militares romanas, suas batalhas e campanhas principais, vitórias e derrotas. Posto isso, ele passa a análises detalhadas dos principais inimigos do Império, como os árabes, os turcos, os búlgaros, etc. Por fim, discute e apresenta em detalhes os principais manuais de estratégia bizantinos, como o *Strategikon* de Maurício e o *Taktica*, de Leão VI. Não espanta que ele tenha precisado de quase 600 páginas para dar conta de tudo o que ele tinha a escrever.

O livro é muito interessante justamente por essa densidade informativa. Ao lê-lo, temos acesso a informações que poucos não especialistas em história bizantina poderiam conseguir. Os detalhes sobre o elaborado sistema de coleta de impostos imperial e seus mecanismos de recrutamento e treinamento militar são esclarecedores e mitos como que o Império só sobreviveu pelo uso do quase místico “fogo grego” são demolidos por erudição e análise lógica.

Tais informações são úteis especialmente quando as utilizamos para entendermos melhor outras épocas ou mesmo o momento atual. Quando ele menciona, por exemplo, a grande inovação militar que foi o arco composto e seu impacto no campo de batalha, somos informados que a grande vantagem das primeiras armas de fogo com relação a eles não era o alcance ou o poder de penetração, mas simplesmente que um

recruta podia ser instruído no uso delas em muito menos tempo do que no caso do arco. Além disso, as armas de fogo não tinham restrições climáticas (ao contrário dos arcos compostos, que não funcionavam bem em ambientes úmidos) e isso explica a sua difusão e importância na criação dos Impérios coloniais português ou espanhol e na derrota dos povos das estepes pelos russos, já em pleno século XVI.

A tese básica, contudo, é relativamente simples. Ele afirma que, já que o Império Romano tinha uma força militar esmagadora, a segurança podia ser alcançada centralmente com esse instrumento, seja pela via da deterrência, seja pelo uso direto, na defesa ou no ataque. Já Bizâncio não tinha tal hegemonia militar e tinha fronteiras expostas, com inimigos para todos os lados. Dada essa situação, a estratégia bizantina, ainda que com variações de contexto e conjunturais, só podia ser diferente e combinava o uso da força militar com instrumentos de persuasão e diplomáticos.

Os romanos, assim, usavam a diplomacia e outros meios para evitar o uso da força, mas, quando a utilizavam, eram implacáveis, enviando suas massas de infantaria legionária para vencer e destruir o inimigo. Já os bizantinos não viam vantagem em destruir seus inimigos (pois outros surgiriam e os inimigos de hoje podiam ser os aliados de amanhã) e nem tinham forças militares fortes o suficiente para isso. Assim, preferiam acordos, negociação e, mesmo em batalha, derrotar o inimigo em manobras, mas sem eliminá-lo, o que só traria perdas e problemas. Os bizantinos teriam sido, pois, mestres na estratégia na sua definição mais simples, ou seja, ter clareza dos objetivos e dos recursos disponíveis e utilizar tais recursos da melhor maneira possível para atingi-los.

Na defesa dessa tese, ele é bem mais cuidadoso, nesse livro, para evitar anacronismos. Ao falar do sistema de espionagem e de inteligência bizantino, ele ressalta como ele, apesar de ser eficiente e crucial para a sobrevivência imperial, não

era comparável aos atuais, nem em escala nem em capacidade de processamento de dados. Do mesmo modo, ele ressalta como não havia uma “estratégia nacional” bizantina, expressa em documentos específicos e escolas, nos moldes atuais. No entanto, haveria uma “cultura estratégica”, formatada em inúmeros manuais e na tradição, as quais permitiriam que ela fosse passada de geração em geração. Uma diferença substancial, que ele ressalta até para evitar a repetição das críticas frente ao livro anterior.

Fica a dúvida, contudo, se ele atingiu plenamente esse objetivo e alguns problemas já evidentes no livro anterior acabam por se manifestar. Por exemplo, a sua tendência a ver na estratégia fator quase único para explicar a sobrevivência ou queda de uma dada sociedade e Estado. Opções estratégicas podem ser cruciais, sem dúvida, mas esquecer das chamadas “forças profundas” (para usar os termos clássicos de Pierre Renouvin) que levam a alterações significativas na posição internacional de um Estado é problemático. Não espanta, assim, que dados mais amplos com relação à demografia, força econômica e militar relativa frente aos vizinhos e outros, apesar de presentes, recebam bem menos importância do que a discussão relacionada à estratégia.

Do mesmo modo, quando recordamos o mundo medieval em que o Império dos Basileus existiu e que o recurso à casamentos dinásticos, suborno, inteligência e outros meios indiretos de poder era algo comum, a excepcionalidade bizantina perde força. Afinal, francos, árabes ou búlgaros, todos usavam esses métodos e os bizantinos, no máximo, teriam aperfeiçoado o seu uso.

Sendo assim, possivelmente o uso refinado da estratégia foi importante na sobrevivência do mesmo, mas era apenas mais um dos fatores que fez o seu Império durar mil anos, e não o único. Uma grande bizantinista, Judith Herrin, argumentou, a propósito, que os *insights* de Luttwak a respeito da

estratégia bizantina eram corretos, mas que as causas da longevidade de Constantinopla teriam a ver mais com a combinação de educação grega, energia pagã, sistema administrativo e legal romano e fé cristã do que com uma particular forma de conceber a estratégia.*

Por fim, apesar do foco do livro ser o Império Bizantino, parecemos ver a sombra dos Estados Unidos por todas as suas páginas. Nos momentos em que ele menciona, por exemplo, capítulos do *Strategikon* de Maurício ressaltando como a única forma de vencer um inimigo que se recusa a combater é compreendendo-o e, se possível, conquistando-o sem o uso da força, parecemos ver a nova estratégia de guerra dos EUA no Afeganistão a partir de 2010, que transferiu seu centro de gravidade estratégico do combate ao Talibã para a conquista do apoio civil afegão.

As mudanças no contexto internacional também parecem estar presentes em todas as suas páginas. No livro de 1976, a análise de Luttwak refletia os debates geopolíticos nos EUA pós Guerra do Vietnã e a sua própria configuração da estratégia romana em perigos de “baixa, alta e média intensidade” lembra claramente a Doutrina estratégica que Ronald Reagan colocou em voga poucos anos depois. Ao examinarmos alguns dos pressupostos dessa doutrina, pela qual os perigos de alta intensidade (a União Soviética) deveriam ser enfrentados diretamente pelas tropas americanas e os de média e baixa por seus aliados e protegidos, parece evidente a conexão com a análise que Luttwak faz do Império Romano.

Trinta e três anos depois, a URSS se foi e os Estados Unidos se veem na situação de maior potência mundial, mas perdendo poder relativo frente a outros poderes (a China e os outros BRICs, especialmente), especialmente no campo econômico e cultural. Mais ainda, Washington se encontra na situa-

* Ver <http://www.opendemocracy.net/judith-herrin/back-to-eleventh-century>. Acesso em 30/1/2012.

ção de contar com esmagadora supremacia militar, mas num mundo em que apenas essa supremacia – de resto, sendo lentamente erodida – não se traduz em segurança e hegemonia perfeitas frente aos outros Estados.

O que encanta Luttwak na história bizantina é a sua capacidade em, combinando diplomacia, métodos indiretos de poder e força militar, preservar seu Estado e seu modo de vida por quase mil anos, frente a uma série quase interminável de inimigos. Não seria esse o desafio dos Estados Unidos hoje? E não seria essa a resposta sugerida, ou seja, utilizar menos a força militar e mais a diplomacia e o *soft power* para conduzir o mundo na direção desejada por Washington?

Os contatos entre o olhar ao passado e as perspectivas do presente estão, pois, cristalinos e Luttwak deixou isso ainda mais claro em conferências e artigos posteriores, quando afirmou que era em Constantinopla e não em Roma que os Estados Unidos deveriam buscar inspiração para sobreviverem e continuarem dominantes por mais um século ou milênio.*

Em última instância, isso poderia não ser algo sério, pois os historiadores estão continuamente pensando a História através dos problemas do seu tempo e usando ferramentas analíticas e conceitos que talvez não fizessem sentido para os agentes do período. No entanto, no livro de Luttwak, apesar dos seus imensos cuidados e de avanços metodológicos claros com relação ao livro de 1976, a presença do momento presente está tão forte que pode confundir os não especialistas no período.

Em resumo, usar Roma ou Bizâncio para pensar os Estados Unidos ou qualquer outro país de hoje não é algo errado.

* “Take Me Back to Constantinople – How Byzantium, not Rome, can help preserve Pax Americana”. *Foreign Policy*, Novembro/dezembro, 2009, disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/10/19/take_me_back_to_constantinople?page=-full. Acesso em 30/1/2012.

Pelo contrário, é mais do que válido utilizar conceitos e termos modernos para entender o passado e analisar esse para ter elementos para pensar o presente. No entanto, ao colocar Césares ou Basileus nas vestes de presidentes americanos, talvez tenhamos um problema. De qualquer modo, um livro válido e que vale a pena ler e estudar em detalhes, sendo uma pena que, como o anterior, não esteja traduzido para o português.

Parte II
Impérios e Imperialismos no
longo século XIX: o caso britânico

Imperialismo ou *Realpolitik*? Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai*

Até onde as relações entre os Estados processam-se em virtude do confronto dos interesses independentes de cada um deles? Em que medida a História de um povo ou de um conflito pode ser pensada como um contexto autônomo frente ao contato com outras nações? As respostas para estas perguntas são múltiplas, mas, divergentes ou não, há algo que as torna semelhantes: a cada forma de contar a História das relações internacionais corresponde um projeto – pessoal ou mais comumente coletivo –, de manter ou de transformar a situação atual da convivência entre os povos. Em outras palavras, o conhecimento produzido sobre o mundo não costuma estar desvinculado de um conjunto específico de interesses.

O tema da Guerra do Paraguai é perfeito para explicitar essas questões. Realmente, diversas pesquisas têm sido realizadas recentemente sobre o assunto e isso não é por acaso, já que aquele conflito representa um divisor de águas na história do Cone Sul. Numa época em que a globalização e o MERCOSUL dão o tom dos debates políticos e acadêmicos envolvendo o relacionamento dos países sul-americanos, discutir as origens da guerra e o real peso de influências externas ao subcontinente nas mesmas torna-se um exercício fundamental.

* Publicado originalmente em *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2: 205-208, 2000 (em coautoria com Renato Moscateli).

Nesse sentido, parece evidente que seria impossível abordar todos os livros e artigos que têm sido publicados sobre o tema nos últimos anos, e que nem todas as temáticas históricas que essa bibliografia levanta poderiam ser abordados num comentário de pretensões limitadas (para algumas análises bibliográficas, ver BETHELL, 1996 e MENEZES, 1998). Todavia, os autores estão certos de ter, dentro do tema proposto, levantado material suficiente para permitir a verificação atual dos rumos da historiografia nesse tópico específico.

A historiografia sobre a Guerra do Paraguai, após algumas décadas onde o forte foram os relatos dos participantes e uma produção caracterizada por descrições das origens da guerra baseadas em documentação diplomática, adentrou, nas décadas de 1960 e 1970 no terreno do revisionismo, que acusava a Inglaterra pela ocorrência do conflito.

Esse modelo explicativo – defendido por autores como CHIAVENATO (1990) — baseia-se em certos conceitos-chave: determinação econômica, imperialismo e ideologia. Nele, as relações internacionais latino-americanas passam a ser reflexos mecânicos das pretensões imperialistas inglesas. Os motivos alegados pelos governos envolvidos na guerra do Paraguai ligados ao desrespeito às fronteiras dos países seriam, assim, meros pretextos, a ideologia que mascara a realidade.

Perfeitamente coerente dentro das lutas políticas dos anos 1960 e 1970 – como o antiamericanismo e o terceiro-mundismo – projetadas na análise do passado e com uma forte inspiração nos trabalhos de León POMER (1968), essa visão tem sido pesadamente atacada em anos recentes, especialmente nos livros de BETHELL (1996); DORATIOTO (1991) e MENEZES (1998), para não mencionar os trabalhos nos outros países do Cone Sul.

Em que pesem algumas diferenças entre os autores, o novo modelo, em linhas gerais, procura desmentir a ideia da interferência externa como motivo da Guerra do Paraguai.

Para tanto, os autores utilizam abundante material de origem diplomática para tornar visíveis os confrontos de interesses locais que levaram Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina ao campo de batalha. Considerando o século XIX como o período de formação dos Estados Nacionais Latino-americanos, Doratioto, por exemplo, compreende a guerra do Paraguai como parte de um processo que engloba consolidação e crescimento territoriais e o fortalecimento das instituições governamentais dos Estados. Para tanto, esse autor evoca a existência de longas e difíceis negociações diplomáticas por questões territoriais e de influência entre os países platinos e o Brasil, demonstrando os diferentes rumos tomados por elas em virtude do predomínio ora de um, ora de outro “partido” no interior de cada governo.

O aspecto geográfico é, assim, de suma importância na visão de Doratioto. A necessidade vital para os Estados de possuírem portos próprios por onde realizariam seu comércio exterior seria muito mais do que um pretexto para a guerra, constituindo-se num de seus fatores fundamentais. O modo como o Rio da Prata foi utilizado antes do e durante o confronto corrobora esta ideia do dimensionamento espacial das relações internacionais. Em outras palavras, a interpretação de Doratioto e dos autores dessa corrente é eminentemente geopolítica.

Menezes é um pouco mais cuidadoso com a influência dos fatores internos na criação dos problemas geopolíticos regionais. Ao mostrar detalhadamente como se dava o relacionamento político entre as nações do Cone Sul, salientando os processos de definição de fronteiras e a conturbada situação interna destes países, Menezes afirma que o desejo de autonomia política de paraguaios e de uruguaios contrapunha-se ao projeto nacional argentino, que via nos vizinhos Paraguai e Uruguai territórios a serem controlados por Buenos Aires. No quadro geopolítico geral, o autor descreve as articulações

internacionais dos diversos grupos políticos de cada país com seus “pares” estrangeiros, de modo a definir dois grandes blocos: colorados uruguaios, unitários argentinos e gaúchos brasileiros aliaram-se em torno do liberalismo, enquanto que os Blancos uruguaios, algumas províncias interioranas argentinas e o governo paraguaio assemelhavam-se pelo conservadorismo.

No tocante ao Brasil, Menezes enfatiza o pouco interesse do Império frente ao Paraguai, e procura demonstrar que tom das relações entre os dois países, durante um certo tempo, esteve determinado pelo andamento do antagonismo que opunha o Brasil ao governo argentino de Rosas. Quando do término deste, a definição das fronteiras paraguaias, por um lado, e os interesses brasileiros pela livre navegação até o Mato Grosso, por outro, foram as principais questões na pauta de discussões entre os dois Estados, discussões estas que se arrastaram por longos anos.

O autor também dá margem a uma discussão muito importante dos vínculos entre *Realpolitik* e ideologia no contexto das relações políticas externas e internas dos Estados. Realmente, parece evidente que a política nacional de um Estado ou seus “interesses nacionais” não podem ser considerados, em qualquer situação, cem por cento autônomos em relação a princípios ideológicos ou de política interna. De fato, mesmo uma política baseada inteiramente no realismo político e na busca absoluta de aumento do poder e da influência internacionais do Estado só pode ser compreendida a partir dos princípios e ideais que norteiam seu grupo dirigente e a própria sociedade como um todo num momento histórico delimitado. Isso demonstra a inseparabilidade do caráter da *Realpolitik* e das disputas entre os diversos grupos políticos dentro de um Estado, embora não signifique que as decisões tomadas por um governo sejam sempre determinadas em última instância pelos projetos específicos de um determinado partido.

No trabalho de Wilma Costa (1996), por exemplo, fica evidente que, no caso brasileiro, independente do grupo que estivesse no poder, a crise que levou à invasão do território uruguaio e ajudou a levar ao conflito com o Paraguai estava inscrita no fato de o Império não dispor de instrumentos militares adequados para manter uma prática de tutela sobre o Uruguai que fosse autônoma em relação aos interesses rio-grandenses (COSTA, 1996, p. 138) Seja como for, os problemas políticos do Brasil e dos países platinos na década de 1860 não podem ser descartados em uma análise mais ampla dos motivos que levaram à guerra do Paraguai e essa seria um viés a ser aprofundado ainda mais para que uma análise geopolítica do conflito evitasse o risco de se limitar à geopolítica.

Contudo, apesar do exposto, a questão do imperialismo no desenvolvimento da Guerra do Paraguai não pode, a nosso ver, ser eliminada totalmente. Se, como afirma a nova historiografia, esta guerra não pode ser entendida como reflexo das pretensões imperialistas britânicas e se as grandes potências evitaram se envolver diretamente nela (BETHELL, 1996 e CERVO e RAPOPORT, 1998, p. 208-211), será possível desconsiderar o predomínio político e econômico do imperialismo britânico naqueles anos na América Latina e a crescente influência dos Estados Unidos? Na época, os Estados latino-americanos promoveram mudanças em suas estruturas administrativas e buscaram integrar suas economias (predominantemente agropecuárias) à dinâmica do capitalismo central. Em consequência de tal postura, a consolidação dos espaços territoriais — decidida, por vezes, através da guerra — serviria aos próprios Estados em formação, e também às potências estrangeiras, sobretudo à Inglaterra. Sendo assim, a Guerra do Paraguai não teria, indiretamente (e talvez até paradoxalmente), no imperialismo inglês (ou, ao menos, no sistema capitalista e na pirâmide internacional construídos predominantemente nos moldes ingleses naqueles anos) um de seus motivos?

A esta pergunta, a nova historiografia não oferece soluções completas. Um sinal, talvez, que o abandono de velhas e seguramente equivocadas teorias sobre as relações internacionais latino americanas não deva significar o abandono de um cuidado maior com o contexto do século XIX onde, seguramente, o problema imperialista não era irrelevante.

A Pax britannica e a Pax americana*

Publicado em 2005, o livro ora resenhado pertence à coleção Relações Internacionais, da Editora Vozes, e tem por objetivo apresentar, ao leitor iniciante na temática, a história das relações internacionais do século XIX e, em especial, o papel da Grã-Bretanha no sistema internacional deste século.

Dividido em quatro capítulos e escrito em linguagem simples e acessível, o livro cumpre perfeitamente este objetivo geral. No primeiro deles, se revê a formação do sistema de Estados europeu a partir do século XVI, com o fracasso das várias tentativas (os Habsburgo espanhóis e austríacos, a França dos reis, da Revolução Francesa e de Napoleão) de impor uma grande hegemonia no continente. Neste capítulo, também são apresentados alguns acontecimentos fundamentais para a posterior ascensão da Grã-Bretanha ao posto de primeira potência europeia, como a Revolução Inglesa, que criou condições para a posterior evolução do capitalismo industrial no país.

O sistema internacional formado a partir do Congresso de Viena em 1815 e suas manifestações dentro e fora da Europa são os focos do segundo capítulo. A independência das colônias ibéricas e a expansão da Revolução industrial na Inglaterra também são enfatizadas neste capítulo.

O terceiro capítulo, por sua vez, enfoca o período em que a proeminência britânica no mundo esteve mais evidente, ou seja, entre os anos 1840 e 1870. É o momento em que o Reino Unido atingiu o auge da sua hegemonia política, econômica e

* Resenha de LESSA, Antonio Carlos, *História das Relações Internacionais – A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005. Publicada originalmente em *Espaço Acadêmico*, n. 70, 2007.

militar no mundo e em que impôs a sua versão do capitalismo, a liberal, por quase todo o planeta. Temas correlatos, como a expansão da Revolução Industrial pela Europa, o desenvolvimento norte-americano e as guerras de unificação italiana e alemã também são abordados nesse momento.

O último capítulo, por fim, aborda a lenta decadência da hegemonia britânica no mundo entre 1870 e 1890 e suas causas. A ascensão da Alemanha, com seu desafio ao equilíbrio de poderes continental, a corrida colonial e outros tópicos também são abordados nesse capítulo, que fecha um livro capaz de fornecer, ao leitor, um bom panorama geral do período de hegemonia inglesa sobre a Europa e o mundo.

O valor desse livro é evidente quando sabemos da escassez de material bibliográfico, em português, sobre as relações internacionais do século XIX e, acima de tudo, sobre o imperialismo britânico. Especialmente no que se refere ao seu período áureo, em meados do século XIX, a bibliografia disponível é limitada e aqueles que leem apenas português podem ser obrigados a tentar entender a economia e a política do século retrasado sem um conhecimento razoável do sistema econômico e político montado pela Grã-Bretanha naqueles anos, o que é, convenhamos, uma tarefa no mínimo ingrata.

O texto chama a atenção também quando revela as conexões existentes entre o Império britânico dos séculos XIX e XX com a atual hegemonia norte-americana no mundo. Não no sentido de conexões absurdas ou a-históricas, mas de certas realidades ou percepções que os Estados Unidos, enquanto potência oceânica e herdeira das tradições britânicas, parecem estar, ainda hoje, levando em conta na formulação de seu pensamento estratégico e na formatação de sua política internacional.

A primeira questão que chama a atenção é o cuidado inglês em manter um cuidadoso equilíbrio de poderes na Europa enquanto direcionava suas energias para a expansão comercial

e econômica pelo mundo, ao mesmo tempo em que mobilizava todos os seus esforços para não perder a supremacia naval que era a garantia dessa expansão. Esse esforço duplo acabou por levar à participação britânica nas duas guerras mundiais, quando a tentativa alemã de hegemonizar o continente e desafiar o domínio britânico nos mares foi visto como um desafio intolerável à independência e ao poder de Londres.

Os Estados Unidos também parecem seguir esse princípio. Sua entrada nas duas guerras mundiais levou em conta, entre outros motivos, o risco de uma Alemanha vitoriosa poder construir uma grande força naval capaz de retirar dos anglo-saxões o domínio dos mares. Hoje, a situação não parece muito diferente. Aos que me perguntam se Estados Unidos e China entrarão um dia em guerra, respondo que não sei, mas que, se pensarmos na História, um dos momentos de maior tensão entre as duas potências será quando e se a China pensar em criar uma marinha de guerra verdadeiramente poderosa. O Império britânico não aceitou esse risco frente à Alemanha e os Estados Unidos provavelmente não aceitariam no tocante à China.

Outra característica do imperialismo britânico foi a sua resistência em adquirir colônias diretamente, preferindo controle indireto por comércio, fluxos financeiros, protetorados, etc., já que era muito mais lucrativo e menos custoso. No caso britânico, claro que me refiro ao período do imperialismo mais “liberal” da metade do XIX, quando as conquistas diretas tinham mais a ver com a colonização de povoamento, do que ao período mais próximo do fim do século, quando o imperialismo britânico se tornou mais direto e adquiriu o controle de imensos territórios.

Essa visão parece ter sido compartilhada pelos norte-americanos, que, depois da conquista do seu espaço interior na América do norte, tiveram pouco ânimo para conquistas imperiais diretas, com a exceção de momentos isolados, como

a guerra contra a Espanha em 1898. Especialmente após 1945, eles preferiram utilizar seu imenso poder não para conquistar outros povos, mas para se manter como o centro do sistema financeiro e comercial do mundo, o que apenas reforçava sua força militar e política. Aventuras de intervenção direta como o Vietnã e o Iraque são exceções na política externa norte-americana. A cultura política norte-americana e suas tradições anti-imperialistas (ao menos no plano do discurso) são importantes para explicar isto, mas o fato dos Estados Unidos serem uma potência oceânica e herdeiros dos britânicos talvez não possa ser esquecido como fator explicativo.

Também na baixa prioridade dada aos gastos militares, a história norte-americana se aproxima da do Império britânico. Segundo o autor, a ênfase inglesa no comércio, na indústria e nas finanças era tamanho que não apenas eles seguiram uma política externa que visava, dentro do possível, a prevenção de conflitos, como acabaram por descuidar de um dos atributos centrais de qualquer ator hegemônico que quer manter o *status quo*, ou seja, a força militar. O Exército, especialmente, era muito negligenciado, o que se revelou desastroso em momentos em que a força terrestre foi necessária, como na Guerra da Criméia. Apenas ao nos aproximarmos do final do século XIX tal situação teria começado a mudar, com maiores investimentos militares, ainda que sem conseguir acompanhar a escalada militar, por exemplo, da Alemanha.

Os Estados Unidos parecem ter seguido, grosso modo, essa filosofia até a Segunda Guerra Mundial, com baixos investimentos militares (e concentrados na Marinha), cuidando mais do seu crescimento econômico e restringindo as suas intervenções armadas ou nas áreas de maior chance de ganho econômico ou nas estratégicas para a sua segurança, como a América Latina e o Oriente. Resta a pergunta, contudo, se os Estados Unidos não estão se afastando destas tradições da época liberal da Inglaterra e seguindo a mesma trajetória desta

na direção de um imperialismo mais direto. Afinal, depois de 1945, e hoje ainda mais, os Estados Unidos se converteram na maior força militar já existente sobre o mundo e parecem dispostos a tudo para não perder este domínio, além de estarem caminhando para uma perigosa agressividade, especialmente nos últimos anos.

Aliás, para alguns historiadores, a decadência britânica começou justamente quando ela abandonou o seu imperialismo “liberal”, extremamente lucrativo e pouco complexo (já que manter rotas comerciais abertos e protetorados exigia pouco) em favor daquele clássico, de dominação direta. Este teria levado a imensos gastos militares e a uma necessidade/desejo de envolvimento nos assuntos mundiais que teria acabado por arruinar a economia britânica e, por fim, o próprio Império. Resta perguntar se os Estados Unidos estão seguindo o mesmo caminho.

Nesse aspecto, a propósito, vale a pena recordar as advertências do escritor Rudyard Kipling, que, por volta de 1900, advertia o Império britânico sobre os riscos de superestimar o próprio poder e, movido pela arrogância, tentar mudar o mundo à sua imagem. Kipling falava de uma Grã-Bretanha ainda formidável em todos os aspectos, mas que estava perdendo a hegemonia do mundo, enquanto nós vemos uma superpotência que desfruta de um grau de poder, especialmente militar, inigualável na História. Mas talvez suas advertências devam ser escutadas pelos herdeiros do Império britânico instalados na Casa Branca.

Por fim, o livro é um lembrete de como certas ideologias e princípios devem ser lidos historicamente. Ao analisar o período mais “liberal” da história e como os valores do liberalismo econômico e político eram realmente considerados os fundamentais para o progresso de qualquer nação, o autor não deixa de considerar, com razão, como a aplicação desses princípios foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo

na Europa e na América do norte. Acrescentaria, até, que a falta desta aplicação foi danosa na América Latina, impedindo-nos de ter, aqui, uma verdadeira mentalidade capitalista e, entre outros motivos (como a própria questão da dependência) de nos industrializarmos junto com as áreas mais adiantadas do mundo.

Não obstante, o autor destaca como nunca, mesmo na Inglaterra ou nos Estados Unidos, os princípios do liberalismo foram aplicados ao pé da letra. Até a década de 1860, todos os países europeus que quiseram se industrializar adotaram tarifas tarifárias altas para proteger suas indústrias nascentes e mesmo a Grã-Bretanha só adotou realmente o livre comércio em 1846, quando sua indústria já era suficientemente forte para competir. Mesmo os Estados Unidos só pararam de proteger seu mercado interno muito depois, o que permitiu que a indústria nascente se desenvolvesse e prosperasse.

Defesa de livre mercado como valor absoluto, ontem e hoje, só ocorre quando um país se sente suficientemente forte para competir e vencer no mesmo, e nunca antes. Ou seja, a abertura econômica, muitas vezes, é positiva ao estimular a concorrência e os males do protecionismo excessivo já estão claros. Mas, muitas vezes, algum nível de proteção tarifária (temporária, que seja) ou de outro tipo pode ser perfeitamente adequado, conforme a circunstância. O que não é possível é imaginar protecionismo ou abertura de mercado como valores absolutos, a serem aplicados não quando é conveniente, mas em toda e qualquer circunstância, como num dogma religioso.

Em resumo, fica claro, com este exemplo, como a leitura dos clássicos é algo realmente importante, mas que não se pode ficar apenas neles. Conhecer a experiência marxista implica em ler Marx, mas também em conhecer como, na prática, se deu a experiência dos que tentaram aplicar as suas ideias na China, na URSS e em outros locais. Do mesmo modo, ler Smith ou Ricardo é importante, mas convém também saber como

suas ideias foram aplicadas na prática, no mundo real. Mais uma vez, cabe à História trazer a realidade para dentro das discussões teóricas de nossos colegas economistas, cientistas políticos e outros.

Império. Como os britânicos construíram o mundo moderno*

A história do Império Britânico não é tradicionalmente contemplada pela produção histórica e editorial brasileira ou, no mínimo, não no nível que seria desejável, dada a importância desse Império – o maior que já houve no mundo – para a história brasileira e mundial. Dessa forma, é bem vinda a tradução em português do novo livro do historiador escocês Niall Ferguson, o qual faz um apanhado geral da trajetória do Império britânico desde a era das grandes navegações até o seu fim, na segunda metade do século XX. Mesmo assim, se havia a chance de traduzir algum bom trabalho do inglês para o português sobre o Império britânico, a impressão que fica é que os leitores brasileiros saíram perdendo, já que o trabalho de Ferguson traz poucas novidades em termos teóricos e tem um viés ideológico tão forte que acaba por diminuir o seu valor.

Em linhas gerais, com efeito, o livro de Ferguson, apesar de bastante informativo e de interesse para os não iniciados no tema, não traz grandes novidades em termos de estrutura ou abordagem, a qual é bastante formal e cronológica. Também não apresenta novas fontes ou uma abordagem teórica inovadora, se limitando a utilizar a imensa produção histórica a respeito do tema para apresentar opiniões e fazer avaliações.

* Resenha de FERGUSON, Niall. *Império. Como os britânicos construíram o mundo moderno*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. Publicada originalmente em *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, v. 13, n. 132: 62-64, 2012.

Ferguson se propõe, assim, a responder algumas questões chave: como uma pequena ilha no norte da Europa foi capaz de construir o maior Império da História; como esse Império conseguiu se manter por tantos séculos e as razões da sua decadência. Por fim, ele faz todo um esforço para demonstrar como, em última instância, a experiência imperial britânica foi positiva para a Inglaterra, para as colônias e para o mundo e tenta extrair dela lições e ensinamentos que poderiam ser aplicados pelo novo Império mundial, o dos Estados Unidos.

Na sua avaliação das origens do imperialismo britânico, ele se limita a repetir ideias já consagradas pela historiografia, especialmente a liberal, indicando como o imperialismo britânico teve suas origens em iniciativas privadas, de piratas e comerciantes atuando para enriquecer e de pessoas emigrando para outras terras em busca de liberdade política ou religiosa e prosperidade econômica. Isso teria permitido a colonização de vastas áreas por colonos brancos e o estabelecimento de uma rede de postos comerciais e militares mantidos em contato pela marinha mercante e pela Royal Navy. Posteriormente, à medida que outros rivais emergiam, Londres começou a colonizar diretamente grandes áreas do globo e desenvolver uma ideologia propriamente imperial, até atingir seu máximo territorial nos anos 1920.

Ele também não inova ao explicar como os ingleses conseguiram manter esse Império com o uso mínimo de força através do domínio tecnológico e naval, da maciça transferência de população para os *Dominions* e utilizando as elites locais como parte do sistema imperial. Do mesmo modo, suas reflexões sobre como a estrutura imperial foi desmontada não pela força dos movimentos de resistência nacionalistas, mas pelo colapso interno (financeiro, psicológico e militar) depois do esforço para vencer duas guerras mundiais e pelo pouco interesse dos Estados Unidos em apoiá-la e também não são

novas, mas bebem numa das várias correntes historiográficas que abordam esse tema.

É na sua defesa apaixonada do imperialismo britânico que suas reflexões adquirem alguma originalidade, ainda que outros autores também tenham trabalhado no mesmo sentido desde sempre. Ele reconhece as culpas do Império, sua participação no tráfico negreiro, a conquista pelas armas de povos e nações inteiras e a submissão deles num sistema de exploração e racista. Não obstante, ele considera que a Grã-Bretanha, com a sua expansão além-oceano, trouxe mais benefícios do que malefícios ao mundo.

Para defender essa avaliação “politicamente incorreta”, ele se vale de vários argumentos. Em primeiro lugar, ele afirma que, em comparação com o imperialismo japonês ou alemão, o britânico era muito menos sanguinário e aberto a cooptação e à negociação. Em segundo, ele recorda como o Império se esgotou e chegou ao fim, essencialmente, no esforço para combater o imperialismo alemão e nazista, o que seria um grande mérito deste. Ferguson, aliás, em outros livros, propôs que o melhor para a Grã-Bretanha, em 1914, teria sido ficar neutra e deixar a Alemanha dominar a Europa. O Império teria sido preservado e o mundo teria se poupado dos horrores do nazismo e do comunismo.

Ele também propõe que, se é verdade que o sistema imperial trouxe, na maior parte do tempo, lucros ao Reino Unido, também teria significado vantagens imensas às colônias, que herdaram o sistema legal, os valores capitalistas e democráticos e a infraestrutura fornecidos pelos britânicos. Por fim, ele apresenta a tese de que o imperialismo britânico significou a primeira verdadeira globalização do mundo em termos de fluxo de pessoas, capitais, mercadorias e ideias e que foi ele, igualmente, que difundiu as crenças liberais de livre mercado, livre iniciativa, respeito à lei, etc. Sem o Império, o sistema capitalista e a democracia liberal não teriam se

desenvolvido a contento e o mundo do século XXI seria muito pior sem isso.

Ferguson tem razão quando argumenta que o imperialismo britânico, em geral, foi menos sanguinário do que outros ou que o Império teve uma colaboração decisiva na derrota do nazismo, do que a Inglaterra e as colônias podem, com certeza, se orgulhar. Ele, contudo, relativiza demais a violência que sustentou a expansão imperial pelo mundo e esquece que a Grã-Bretanha não entrou em guerra por duas vezes com a Alemanha para prestar um serviço aos povos da terra, mas por seus próprios interesses, de preservação de um sistema mundial e imperial que lhe trazia vantagens, reais ou imaginárias.

Quando ele argumenta que as colônias se beneficiaram do sistema imperial britânico e que se hoje temos ex-colônias ricas e outras pobres, é uma questão de geografia ou questões posteriores à descolonização, sua tese se fragiliza notavelmente. É verdade que não se pode atribuir única e exclusivamente aos comerciantes, militares e políticos britânicos a pobreza indiana ou do Bangladesh e que esses países herdaram coisas positivas da colonização. Mas a colonização britânica trouxe grandes danos ao tecido social dos dominados e os obrigou a converterem suas economias e sociedades para aquilo que beneficiaria os britânicos e não os africanos ou indianos. Os *Dominions* brancos são uma história diferente, já que tinham autodeterminação política e econômica e participaram do Império, depois de certo momento, como partes iguais à própria Inglaterra, dele se beneficiando.

Dessa forma, se canadenses ou australianos sentirem nostalgia da época imperial, é mais do que compreensível, pois suas nações se construíram graças aos britânicos, enriqueceram dentro da estrutura imperial e herdaram tradições de autonomia e democracia que as prepararam para o mundo moderno. Já os cidadãos da Nigéria ou de Serra Leoa que se recordarem da experiência imperial britânica como positiva,

possivelmente não conhecem nada da sua história. Aliás, para aqueles brasileiros que lamentam não termos sido colonizados pela Inglaterra, convém recordar que, se o tivéssemos sido, o Brasil de hoje seria provavelmente próximo do Zimbábue e não da Nova Zelândia.

Quanto ao fato da Grã-Bretanha ter sido crucial para espalhar os valores do sistema capitalista e democrático pelo mundo, parece ser algo de difícil discordância, ainda que ele coloque em segundo plano a fundamental colaboração, para a primeira globalização, de, por exemplo, portugueses e espanhóis. O que é realmente complicado é saber se isso foi bom ou mau para o mundo. Ferguson trabalha no terreno da história contra factual, argumentando que o mundo seria um lugar muito pior se isso não tivesse acontecido e se outros valores e outro sistema tivessem sido implantados. Como nunca poderemos saber o que teria acontecido se os ingleses tivessem ficado na sua ilha, tal argumento acaba por cair no vazio.

A visão positiva de Ferguson com relação ao Império também se manifesta quando ele aborda o tema da independência dos EUA em 1776. Ele argumenta que Londres errou ao tentar violar o espírito de independência dos colonos e que foi justamente o reconhecimento desse erro que permitiu a Londres manter as outras colônias brancas dentro do Império, já que nunca mais se tentou impor um controle imperial rígido em excesso sobre elas.

Ferguson lamenta, sutilmente, a independência americana, já que, para ele, se a América do Norte britânica tivesse ficado unida, não apenas a vida dos índios e negros desse continente teria sido melhor do que sob o governo dos Estados Unidos, como a manutenção dos EUA como mais um *Dominion* teria significado um Império ainda mais potente, capaz de espalhar a ordem liberal pelo mundo ainda com mais vigor e conter as ameaças alemãs, russas ou quaisquer outras sem maiores esforços. Uma ideia, na verdade, que tem raízes profundas na

própria Inglaterra, estando presente em Cecil Rhodes (que sonhava em reconquistar os EUA) e no próprio Churchill com suas propostas de união dos povos de língua inglesa.

Não obstante, já que a História não pode ser mudada, Ferguson apresenta suas sugestões de como os Estados Unidos podem aprender com a experiência britânica e retomar onde os britânicos pararam. Novamente, o foco é positivo, já que, para ele, se foi o Império britânico que estabeleceu as bases para o que temos de prosperidade e democracia no mundo hoje, cabe aos Estados Unidos, com um novo imperialismo – positivo, defensivo – continuar nessa tarefa de espalhar a democracia e o capitalismo liberais pelo mundo, civilizando-o. Ele se alinha, assim, aos neoconservadores na defesa de um papel imperial mais ativo para os EUA, o continuador do “fardo do homem branco” britânico. Depois das experiências do Afeganistão e do Iraque, os americanos parecem menos dispostos do que nunca a agir dessa forma, mas o esforço de Ferguson nessa direção está presente por todo o livro.

Ferguson, assim, é um historiador com grande apelo midiático (tanto que esse livro já foi pensado como roteiro para documentários e outros produtos de mídia) e conservador ao extremo. Tais características não seriam um problema em si, mas o problema é que ele faz um reducionismo extremo da história imperial britânica (de forma que ela possa se encaixar no tempo limitado da televisão) e transforma o Império em uma entidade quase filantrópica, que, em geral, teria trazido apenas o progresso para o mundo, o que é questionável. E, se a definição de “progresso” dele é a economia de livre mercado ao estilo de Reagan e Thatcher, o questionamento do quão positivo foi o Império britânico para o mundo fica ainda mais evidente, especialmente após esses anos de crise do sistema.

Parte III
A Primeira Guerra Mundial:
atores e personagens

O genocídio armênio (1915-1923) e as relações internacionais no Oriente Médio*

Em 2005, a Universidade turca de Bogazici decidiu promover uma conferência para discutir o massacre de civis armênios pelos turcos durante a Primeira Guerra Mundial. Um tribunal turco a proibiu e esta teve que ser transferida para outra universidade, na qual acabou acontecendo, mas não sem, antes, gerar intenso debate no país tanto sobre a legalidade da proibição sobre como o próprio massacre, já que foi a primeira vez que o assunto foi publicamente debatido na Turquia.

Dois anos depois, em 10 de outubro de 2007, o Congresso dos Estados Unidos aprovou resolução reconhecendo que o massacre de armênios ocorrido no período da Primeira Guerra Mundial era um genocídio. Mesmo tendo sido este já reconhecido como tal pela Organização das Nações Unidas e por dezenas de outros países e ter pouco efeito prático, o simples fato de esta resolução ter sido aprovada azedou as relações entre a Turquia e os Estados Unidos, obrigando a diplomacia americana a enviar vários representantes a Ancara para tentar acalmar os ânimos.

Estes dois fatos indicam como o genocídio armênio é, ainda hoje, assunto tabu dentro do pensamento oficial turco

* Publicado originalmente na revista *Leituras da História*. – *Especial Genocídios*, v. 1, n. 2: 34-39, junho 2008. Ainda sobre o Oriente Médio e a geopolítica contemporânea, ver o meu “Temas de política internacional para historiadores: a crise do Golfo Pérsico em 1991”. *História e Ensino*, n. 2: 113-128, 1996, não reproduzido no presente texto por questões editoriais.

e as imensas dificuldades que existem para que a sociedade turca discuta livremente a sua história, especialmente deste acontecimento que marca, até hoje, o relacionamento entre os dois povos. Discuti-lo e compreendê-lo é algo fundamental, contudo, para todos, e não apenas para armênios e turcos.

O genocídio armênio foi o primeiro do século XX, abrindo caminho para outros, como o Holocausto judeu, Ruanda e Darfur. Ele aconteceu entre 1915 e 1923, mas compreendê-lo requer, antes, antes de mais nada, uma rápida incursão à história do povo armênio e da Turquia e das relações entre os dois povos.

A Armênia é uma das nações mais antigas do mundo. Referências a um povo armênio, vivendo nas montanhas do Cáucaso, existem há milhares de anos. Romanos, persas, partos, bizantinos e muitos outros povos e civilizações interagiram com os armênios ao longo dos séculos. O povo armênio também tem o registro de ter sido o primeiro povo a se tornar oficialmente cristão, em 301, doze anos antes da conversão oficial do Império romano, sob Constantino.

A relação com o cristianismo tem sido fundamental na identidade armênia desde então. Desde a primeira onda da expansão árabe, em 645, os armênios têm estado, entre idas e vindas, sob o controle de Estados e impérios muçulmanos, sejam eles árabes, persas ou turcos. No geral, pode-se dizer que os armênios eram, sob controle muçulmano, cidadãos de segunda classe e sujeitos a perseguições, mas que conseguiram manter a sua identidade cultural e religiosa.

Na guerra entre a Pérsia e a Rússia entre 1826 e 1828, as províncias persas com maioria armênia passaram ao controle russo. Nesta região, conhecida como Armênia oriental, os armênios foram tratados relativamente bem pelos russos cristãos, apesar de problemas e choques nacionalistas ocorrerem esporadicamente.

A chamada Armênia ocidental, contudo, estava sob controle do Império turco-otomano desde o século XVII.

Os armênios, enquanto cristãos, estavam submetidos a diversas taxações e obrigações e a política turca com relação a eles oscilou, por séculos, entre períodos de maior tolerância e outros de repressão.

No século XIX, a questão começou a se tornar mais complexa, devido a alterações políticas e sociais de lado a lado. De um lado, a consciência nacional armênia começou a se solidificar, num despertar nacionalista bastante semelhante a outros povos da Europa naquele momento, e líderes armênios começaram a exigir, no limite, a formação de um Estado nacional armênio que englobasse as Armênicas turca e russa ou, no mínimo, que eles tivessem mais direitos dentro do Império otomano.

Este, por sua vez, sentia-se claramente em desvantagem frente às potências europeias, que estavam pouco a pouco reduzindo o seu território e poder. A incapacidade do governo otomano em reverter este declínio foi fator fundamental para a ascensão ao poder, em 1908, do grupo conhecido como os "jovens turcos", o qual defendia a necessidade de homogeneizar, em um sentido turco e muçulmano, as populações não turcas e não muçulmanas do Império, como judeus, gregos, outros cristãos e árabes.

Os armênios eram vistos, em muitos momentos, como expressões internas do poder europeu e cristão. O fato de uma parte do território histórico da Armênia estar nas mãos dos seculares inimigos dos turcos, os russos, só piorava as coisas. Isso levou, em alguns momentos, a fortes perseguições. Um dos piores foram os anos finais do século XIX, especialmente entre 1894 e 1896, quando um número estimado entre oitenta e trezentos mil armênios foram mortos por tropas turcas. Outro massacre ocorreu em 1909. Restrições a ação política e à cultura armênias também foram implementadas neste período.

Percebe-se, assim, que tensões e problemas no relacionamento do povo armênio com seus governantes turcos

foram uma continuidade por séculos, com a situação se tornando mais complexa no século XIX, a medida que o crescimento da consciência nacional armênia e da sensação de decadência turca frente à Europa inflamava os ânimos. Durante a Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914, todas estas tensões explodiram e o resultado foi uma política deliberada, pelo Estado turco, de destruição do povo armênio.

Já em 1914, após uma devastadora derrota dos turcos frente aos russos no Cáucaso, propagou-se que a colaboração da população armênia tinha sido decisiva para o resultado. Pouco depois, em fevereiro, os soldados de origem armênia foram removidos do Exército turco e enviados para batalhões de trabalho, já que não seriam confiáveis. Dois meses depois, em 24 de abril de 1915 (dia que ficou conhecido, desde então, como o dia do Genocídio armênio) centenas de intelectuais armênios que viviam em Istambul foram presos e executados.

Neste ano, massacres e deportações começaram de forma esporádica e, logo, se generalizaram por todo o território armênio, levando a cerca de 600 mil mortes. Posto isto, várias leis formalizaram a deportação dos armênios de suas vilas e cidades no Cáucaso e o confisco de seus bens.

Ao chegarem na Síria, eles foram recolhidos em campos de prisioneiros e a combinação de maus tratos e péssimas condições de abrigo e alimentação continuou a cobrar o seu preço, com homens, mulheres e crianças morrendo aos milhares. Quase 500 mil pessoas foram deportadas neste processo, sem nenhum cuidado logístico ou proteção. Vitimados pela fome, exaustão, doenças ou ataques de bandos armados, apenas um em cada cinco sobreviveu. Em 1918, finalmente, com o colapso do Império russo, tropas turcas avançaram pelo Cáucaso e cerca de 400 mil armênios foram mortos.

Após o fim da Primeira Guerra, ainda em 1918, um novo governo, nacionalista, assumiu o poder na agora República turca, tentando reverter quase tudo o que o velho Império

otomano havia feito. Foi um dramático esforço de modernização que produziu a Turquia moderna, laica e ocidentalizada que existe hoje.

No entanto, o tratamento dos armênios continuou duro, já que este governo nacionalista também ambicionava, como o anterior, criar uma homogeneidade étnica no país. Não houveram mais deportações em massa, mas massacres localizados voltaram a ocorrer. Cerca de trinta mil armênios morreram entre 1918 e 1920 e outros cem mil fugiram até 1923. O total de mortos desde 1915 até esta data, portanto, seria de cerca de 1,5 milhão.

O resultado destes anos de perseguição foi a quase que total eliminação dos armênios dentro das antigas fronteiras do Império turco-otomano. Sob as vistas indiferentes das potências ocidentais – que se proclamavam defensoras dos armênios, mas que, na verdade, pouco fizeram por eles – um povo foi eliminado da região que habitavam há milênios.

Uma questão central a ser discutida, neste ponto, é a definição do que ocorreu. Para o governo turco, desde 1923, não houve deportação de armênios, nem uma política deliberada para seu extermínio. Teriam havido deslocamentos de civis para sua própria proteção e, nestes deslocamentos, realmente, muitos armênios morreram. Mas não teria sido uma política deliberada, e sim um efeito das péssimas condições da rede ferroviária e gerais do Império turco-otomano durante a guerra.

A versão turca também indica que os mortos armênios nesse período – cujo número total no Império seria superestimado e dos quais não mais do que sessenta mil teriam morrido devido aos deslocamentos e uns dez mil efetivamente assassinados – teriam sido vítimas de guerras tribais com os curdos ou outros povos inimigos, fora da responsabilidade do Estado, ou resistentes que enfrentavam o poder central turco em busca de independência. Não teriam sido alocados recursos físicos e materiais, como feito pelos nazistas durante o Holocausto,

para exterminar a população armênia e nem sido desenvolvido algum método sistemático para fazê-lo.

Igualmente, esta versão defende que o governo dos “jovens turcos” era tudo menos monolítico e que este não teria tido nem a unidade de propósitos nem os meios técnicos de empreender um genocídio programado de tantas pessoas. Nos locais onde massacres por forças turcas teriam ocorrido, isto seria responsabilidade de autoridades locais, e não do Estado como um todo.

A história oficial turca também diz haver um excesso de preocupação com os armênios (enquanto, por preconceito contra o Islã, ninguém falaria dos muitos muçulmanos que também teriam sido deportados de países cristãos em vários momentos ou dos muitos mortos entre os civis do Império durante a guerra), e que a documentação sobre a qual se baseia a ideia de um genocídio armênio seria falha e tendenciosa, já que seria constituída centralmente de documentos duvidosos de origem estrangeira.

A versão armênia, evidentemente, é a de que houve um claro projeto genocida entre 1915 e 1918. Ela aceita que os acontecimentos entre 1894 e 1896, por exemplo, podem ser chamados de “massacres”, enquanto a política do governo turco entre 1918 e 1923 era mais de excluir e deixar claro que os armênios eram indesejáveis do que outra coisa. Todos atos horríveis, desumanos e indefensáveis, mas que não tinham a intenção de eliminar completamente o povo armênio da face da Terra.

Já para o período 1915-1918, haveria um plano genocida, intencional e pensado há muito pelos “jovens turcos”, os quais o teriam implementado durante a guerra, que forneceria a cobertura ideal para ele. Neste plano, os armênios seriam um obstáculo para a criação de um grande Império turco na Ásia central e inassimiláveis dentro do grande plano de homogeneizar a população do Império. Teriam, portanto,

que ser eliminados fisicamente assim que fosse possível. Assim, os deslocamentos populacionais de 1915 não seriam simples transferências de população, mas marchas da morte, destinadas a eliminar o maior número possível de armênios. Bandos de assassinos também teriam sido recrutados especificadamente para atacar os comboios e aumentar as vítimas, enquanto a escolha dos locais de destinação – o norte da Síria – e a falta de suprimentos médicos ou comida teriam sido técnicas deliberadas de genocídio. O confisco das propriedades e bens dos armênios também indicaria o caráter pré-planejado do extermínio.

Do mesmo modo, esta versão indica como o Estado turco tinha a uniformidade de propósitos e a tecnologia – telégrafo – para coordenar o assassinato de tantas pessoas por todo o país. Os armênios também defendem que mortes ou assassinatos isolados teriam sido possíveis devido a hostilidade de outros povos pelos armênios ou pelas terríveis condições de época, mas que a eliminação de tantas pessoas teria sido impraticável sem uma intenção genocida e o empenho do Estado turco de então para tanto.

Pode haver algum exagero na versão armênia. É claro que não se pode dizer que todos os turcos sempre quiseram eliminar os armênios da face da Terra e que esperaram apenas uma oportunidade, como a oferecida pela guerra, quando as principais potências europeias não podiam proteger os armênios, para agir. No entanto, tal ideia, provavelmente, estava na mente de alguns líderes turcos e a guerra se revelou uma oportunidade realmente especial para aqueles que queriam acertar as contas com o que parecia um velho inimigo. Para piorar, a Primeira Guerra Mundial foi, um momento de intensa humilhação para o Império turco-otomano, derrotado em quase todas as frentes de batalha. Um bode expiatório precisava ser encontrado e os armênios, dada a sua história dentro do Império, eram os mais fortes candidatos.

Além disso, as evidências disponíveis indicam que a maior parte da versão oficial turca é indefensável e que houve sim um interesse do Estado turco em, de forma direta no período 1915-1918 e indiretamente entre 1918 e 1923, assassinar deliberadamente os armênios devido a suas diferenças étnicas, nacionais, raciais ou religiosas e eliminá-los fisicamente da face da Terra Já que esta é a definição mais aceita, ainda que não consensual, de genocídio, não há melhor palavra para descrever o assassinato de 1,5 milhão de armênios naquele período. Além disso, o próprio homem que cunhou o termo – o advogado judeu polonês Rafael Lemkin, em 1943 – citou os massacres contra os armênios como um precedente do genocídio dos judeus na Segunda Guerra e isso, certamente, não foi casual.

O resultado desta eliminação do povo armênio foi dramática. A Armênia oriental, sob controle russo, depois soviético, é, desde 1991, um Estado independente. Ali, numa área que corresponde a cerca de dez por cento do território histórico armênio, vivem quase quatro milhões de pessoas e está localizado o último bastião da cultura armênia, enquanto, do lado turco da fronteira, pouco resta.

Além disso, uma diáspora armênia se estabeleceu, a partir de 1923, em muitos países do mundo. Claro que mesmo antes da Primeira Guerra Mundial os armênios do Império russo se deslocavam dentro do território deste (como continuaram a fazê-lo durante a época da União Soviética) e que muitos armênios do Império turco-otomano já emigravam para o Ocidente em busca de melhores condições de vida e liberdade religiosa. Foram os acontecimentos entre 1915 e 1923, contudo, que ampliaram exponencialmente o processo.

Hoje, há vários milhões de armênios e descendentes espalhados pelo planeta, ainda que o número exato seja controverso. As maiores concentrações estão nos Estados Unidos, na Rússia, na França e no Irã, mas há fortes comunidades também

em outros países, incluindo o Brasil. Os países que os receberam foram enriquecidos pela cultura armênia, mas, para aqueles emigrantes que fugiram durante os acontecimentos aqui descritos, o processo emigratório foi tudo menos indolor.

As relações internacionais no Oriente Médio são ainda hoje complicadas pela questão da eliminação dos armênios e pela recusa turca em aceitar e reparar o erro. O Estado armênio esteve em guerra com o Azerbaijão no início dos anos 90 pela posse de Nagorno-Karabakh e até hoje a tensão entre os dois Estados é grande. Apesar da questão central que motivou o conflito ter sido a divisão do território herdado pela União Soviética, o fato dos azerbaijanos serem muçulmanos, de língua turca e apoiados pela Turquia não deixou de agravar a situação.

As relações da Armênia com a Geórgia e a Rússia, por sua vez, são cordiais. A Rússia, aliás, é a grande fiadora e defensora da independência armênia. O fato destas duas ex-repúblicas soviéticas serem cristãs não é o único fator que explica essa amizade, tanto que a Armênia também mantém boas relações com o muçulmano Irã. A questão central aqui é uma oposição aos desejos de certos círculos turcos em criar um novo "Império turco" reunindo as ex-repúblicas soviéticas de fala turca, como o Azerbaijão ou o Turcomenistão. Como esta ideia também surgiu no final da Primeira Guerra Mundial e, segundo alguns historiadores, teria sido fundamental na decisão de eliminar os armênios – que estariam no meio do caminho – não espanta que ela assuste a Armênia e a leve a buscar aliados nas redondezas.

As relações entre a Turquia e o novo Estado armênio, claro, não são boas (ainda que pareçam estar melhorando recentemente) e problemas bem práticos, como esta aliança da Armênia com a Rússia e os conflitos da primeira com o Azerbaijão são os fundamentais aqui. Mas é claro que a lembrança dos acontecimentos de 1915-1923 não pode deixar de afetar o relacionamento entre os dois povos.

Cabe ao povo turco aceitar suas responsabilidades e discutir abertamente a questão. Os turcos de hoje não são, claro, responsáveis pelo que alguns dos seus ancestrais fizeram e os atuais armênios, na sua esmagadora maioria, não viram e viveram aqueles acontecimentos. A discussão sobre se o acontecido entre 1915 e 1923 e, especialmente, entre 1915 e 1918 pode ser chamado de genocídio ou se seria “apenas” um massacre também é intensa. De qualquer modo, o inegável é que houve uma eliminação física de um povo e a memória histórica desse acontecimento continua. A única maneira de começar de novo e tentar construir um relacionamento em bases diferentes é a discussão aberta.

Realmente, só com a abertura de arquivos ainda porventura fechados e o debate franco será possível identificar o que realmente ocorreu, as responsabilidades e o contexto. Um consenso nunca será possível e o esquecimento de algo tão brutal e desumano é indesejável. No entanto, apenas a confrontação da realidade, sua discussão e a aceitação das responsabilidades e da culpa é que permitirão que haja o perdão e um recomeço.

O Império otomano e a Primeira Guerra Mundial*

Sean McMeekin é autor de vários livros a respeito das origens da Primeira Guerra Mundial e sobre a Revolução Russa, tendo publicado alguns trabalhos de grande importância – ainda que controversos – sobre os objetivos do Império czarista na guerra, suas responsabilidades na eclosão daquele conflito e também sobre os tratados de paz entre os alemães e os bolcheviques em 1918.

Seu novo livro traz aos seus leitores uma temática tradicionalmente negligenciada no mundo ocidental, ou seja, a participação do Império turco-otomano na guerra de 1914-1918 e, especialmente, a ação alemã no Oriente Médio durante o conflito. Nesse sentido, ele aborda não apenas o esforço alemão para, com a ferrovia Berlim-Bagdá, colocar o território turco-otomano na sua área de influência, como também a tentativa de Berlim de instigar os muçulmanos que viviam nos Impérios russo, francês, inglês e italiano a se insurgirem contra os seus dominadores através da bandeira da *jihad* islâmica.

Os alemães gastaram, realmente, muito tempo, esforço e, acima de tudo, dinheiro para dar conta desses objetivos. O autor calcula que, dos cerca de 200 bilhões de marcos (cinco trilhões de dólares, a preços de hoje), gastos pela Alemanha

* Resenha de MCMEEKIN, Sean. *O Expresso Berlim-Bagdá. O Império otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial, 1898-1918*. São Paulo: Globo, 2011. Publicada originalmente em *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFE, n. 17, p. 269-273, 2012.

no seu esforço de guerra, cerca de 1,5%, ou seja, 3 bilhões de marcos (75 bilhões de dólares) foram utilizados para sustentar o esforço de guerra turco ou para tentar espalhar a bandeira da jihad pelo amplo território do Marrocos à Índia. Eles tentaram mobilizar os xiitas no Irã, várias tribos afegãs, árabes ou sudanesas e os sanussi no norte da África.

Apesar de tanto ouro, dinheiro e armas alemãs fluírem para esses grupos e de eles terem conseguido que o califa turco e altos clérigos xiitas declarassem a guerra santa, os resultados obtidos foram escassos. Ao contrário do que eles imaginavam, ou seja, de que os muçulmanos, movidos pelo seu fanatismo religioso, incendiariam a região quase nada foi em frente. Mesmo a ferrovia, que, com seus 3.200 km, deveria ter sido capaz de reforçar a autoridade do sultão em todo o seu território, permitir a integração econômica turco-alemã e dar suporte logístico para ações militares na direção do Egito ou do Irã, não ficou pronta, na sua totalidade, a tempo.

Ao contrário do que o título sugere, assim, o livro não se limita a narrar as peripécias na construção da Berlim-Bagdá, mas acaba por abordar temas pouco conhecidos, especialmente para os que leem unicamente português, como o envolvimento otomano na Primeira Guerra Mundial, a sua participação na mesma, a história do Islã, etc. Também o tema do genocídio armênio é abordado pelo autor, com o uso de fontes russas e turcas.

Alguns desses temas merecem destaque. A decisão de Constantinopla de entrar na guerra ao lado de Berlim parece uma decisão lógica, dados os laços que uniam os dois países desde o fim do século XIX e a oposição de ambos aos futuros Aliados. O autor demonstra, contudo, que a relação bilateral era muito mais dinâmica, com muitas idas e vindas. Ao final, a posição pró-Alemanha triunfou no governo turco-otomano, mas essa decisão não estava dada desde o início e o governo turco hesitou muito antes de se comprometer.

Durante a guerra, igualmente, apesar de aliados, alemães e turcos viveram uma relação de amor e ódio, com tensões culturais, interesses conflitantes e desconfianças mútuas envenenando o relacionamento. Com as derrotas, o ressentimento mútuo apenas cresceu e, na disputa pelos espólios do Império russo em 1918, soldados turcos e alemães chegaram a trocar tiros perto de Baku, no Azerbaijão.

Outro aspecto da ação ocidental no Oriente Médio naqueles anos abordado pelo autor é o sionismo. Ele indica como, depois da tragédia do Holocausto, nós tendemos a esquecer de que a sede mundial do sionismo no período anterior era a Alemanha e que esse foi, em linhas gerais, apoiado pelo governo do Kaiser, ainda que por motivos instrumentais. Os ingleses abraçaram, até certo ponto, a causa sionista apenas durante a guerra, para tirar essa bandeira dos alemães, gerando um movimento antisemita árabe que depois, paradoxalmente, se ligou ao nazismo de Hitler, como no caso do mufti de Jerusalém e na criação das divisões muçulmanas da *Waffen-SS*.

As informações que ele levanta sobre o fronte caucasiano entre russos e turcos durante a guerra também são inéditos para os não especializados e suas análises a respeito das fragilidades militares do Império turco-otomano são, no mínimo, instigantes, com muitos dados sobre as dificuldades do mesmo em manter o fluxo de recrutas no Exército, financiá-lo e armá-lo.

Pensando nas conexões entre o período que ele estuda e o momento atual, algumas questões se tornam evidentes. Uma delas é, utilizando termos contemporâneos, que instrumentos de *soft power*, como subversão política de minorias em outros Estados ou apelos à solidariedade ideológica ou religiosa em geral, não funcionam a não ser que sejam apoiados e sustentados por elementos de *hard power*, como dinheiro, armas, vitórias militares, etc.

Os alemães tentaram várias jogadas desse tipo durante a Primeira Guerra, como a tentativa de jogar o México contra

os Estados Unidos, a exploração do sionismo no Império russo e na Palestina ou a deflagração da *jihad* no mundo islâmico, mas tudo isso falhou por falta de alicerces materiais mais sólidos, mesmo com todo o esforço alemão. Como indica o autor, a única aposta alemã em termos de subversão interna que deu certo foi o envio de Lênin para a Rússia e o apoio aos bolcheviques entre 1917 e 1918, mas foi algo isolado e que só funcionou pelas condições especiais da Rússia naquele momento.

Outro erro alemão que continuou a ser repetido pelas outras potências imperialistas que tentaram conquistar posições na região nas décadas seguintes foi o desconhecimento da cultura e das tradições locais. Os alemães não entenderam que o que movia as tribos árabes eram seus interesses próprios e não um mítico apelo à solidariedade islâmica ou a um obscuro nacionalismo árabe. Ao contrário do que aparece em filmes como *Lawrence da Arábia*, o nacionalismo árabe era algo incipiente e as tribos estavam mais interessadas em dinheiro, ouro, armas, posições sociais e, em alguns casos, a defesa da sua visão do Islã do que em conceitos vagos como o nacionalismo.

Os alemães também não entendiam as sutilezas da jurisprudência ou da fé islâmicas ou as diferenças entre sunitas e xiitas e isso os levava a erros de avaliação. Os militares americanos no Iraque e no Afeganistão também aprenderam, a duras penas, como é lidar com sociedades não mais puramente tribais, mas nas quais vínculos além da nacionalidade ou da política ainda são fortes e, muitas vezes, contraditórios. Para elas, ainda hoje, muitas vezes a demonstração de poder e a disponibilidade de dinheiro para suborno ainda são mais importantes do que ideais vagos como democracia ou Estado de direito.

É muito interessante igualmente quando ele comenta como vários problemas do Oriente Médio de hoje tiveram sua

origem na tentativa alemã de controlar a região e como certos padrões e questões estão sempre presentes na realidade local. Vale destacar, nesse ponto, suas reflexões sobre como o obscurantismo religioso sempre serviu, na região, para sufocar ideais progressistas e como o disfarce da modernidade anti-islâmica foi instrumental para certos regimes reprimirem as populações locais em nome do laicismo. Ele também menciona como a decisão inglesa de bancar os wahabbistas na hoje Arábia Saudita, em boa medida para combater as pretensões de Constantinopla e Berlim na região, gerou o regime saudita atual, uma das fontes centrais da versão contemporânea mais reacionária do Islã. Para quem acompanha o noticiário recente sobre o mundo árabe, tais reflexões são mais do que atuais.

Claro que várias questões e hipóteses que ele levanta podem levar a questionamentos e a dúvidas. Ele deixa a entender, por exemplo, que a *Drag nach Osten* alemã visava essencialmente o espaço muçulmano e que os interesses alemães na Europa do Leste só se tornaram predominantes com a oportunidade única do colapso russo em 1917. Isso ignora a larga tradição alemã de olhar para o leste europeu como a sua futura base de poder imperial e superestima a ambição alemã pelo território turco-otomano. Os alemães, provavelmente, gostariam de ter tudo, formando um império que iria de Berlim a Moscou e Teerã. Mas a prioridade sempre foi o leste europeu e as ambições no Oriente Médio, a meu ver, eram acessórias. Se os alemães tivessem que escolher entre Kiev e o Cairo, as planícies ucranianas seriam as escolhidas.

Ele também peca quando tenta, em poucas páginas, resumir o nazismo a uma explosão de antissemitismo autopiedoso, a forma com que os alemães formataram seu ressentimento pela derrota na Primeira Guerra. Que o ódio ao judeu foi reforçado no pós-1918 em boa medida como uma tentativa de explicar como a grande Alemanha poderia ter sido derrotada é um fato, mas essa explicação reduz a questão do antissemitismo

nazista a um quase nada, ignorando séculos de antissemitismo, racismo científico, etc.

O livro também traz alguns equívocos de tradução e vários erros tipográficos que poderiam ter sido evitados por uma revisão mais cuidadosa. O autor também merece questionamentos tanto por sua tendência a buscar “complôs” e intrigas em toda parte e fica evidente, no livro, o seu tom fortemente pró-turco e antirrusso. Ele parece, nesse e em outros livros, fazer o mesmo que Fritz Fischer e sua escola fizeram com a Alemanha décadas atrás: identifica na Rússia a grande culpada da guerra e relativiza a ação dos outros, como a Alemanha e o Império turco-otomano, como mais reativas do que ativas. Isso forma uma contradição, aliás, com a tese do próprio livro, que trabalha, como visto, com os projetos e esforços alemães naquela região, os quais, muitas vezes, respondiam aos outros atores (russos, ingleses e franceses), mas não de uma forma exclusivamente defensiva ou reativa.

Mesmo assim, suas hipóteses são, em geral, consistentes, calcadas em um número imenso de fontes coletadas em arquivos austríacos, franceses, ingleses, americanos e, especialmente, alemães, turcos e russos. Um esforço de pesquisa e linguístico que pode ser questionado, em alguns aspectos, em termos de análise, mas que deve e pode ser valorizado, já que ele escapa da armadilha de tentar abordar um tema multinacional sem o uso de fontes de vários países.

Enfim, não é sempre que eu, que já estudo temas ligados aos impérios, à Rússia e à Primeira Guerra Mundial há vários anos, consigo encontrar um livro que me forneça uma nova perspectiva sobre esses temas e/ou que me faça aprender realmente algo novo sobre eles. Foi esse o caso, contudo, do livro de Sean McMeekin e é por isso que recomendo sua leitura, o qual só tem a acrescentar, mesmo que não se concorde com todas as suas propostas para o entendimento do tema e do período.

Por trás da farda: quem eram as pessoas que lutaram na Primeira Guerra Mundial?*

Durante a Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, os soldados que formavam as forças armadas europeias eram, geralmente, mercenários, pagos para lutar pelo rei e pela Monarquia. Tais soldados eram caros e, justamente por isso, tinham que ser poupados o máximo possível. Além disso, a sua lealdade ao rei vinha centralmente do pagamento e não de algum princípio ideológico, o que tornava difícil exigir deles sacrifícios excessivos, como o combate até a morte no campo de batalha. Isso explica porque a maioria das guerras de então normalmente não levava a uma mortandade excessiva.

A Revolução francesa representou uma mudança radical nesse panorama. Desenvolveu-se o nacionalismo e, como derivação, os princípios da “nação em armas” e da “guerra total”. Guerra não era mais algo a ser feito por mercenários, com a população civil à parte, mas por toda a nação. Dessa forma, o serviço militar se tornou a regra para as grandes potências, gerando o potencial humano necessário para formar exércitos imensos (tanto em tempo de paz quanto, especialmente, no de guerra, quando toda a massa de recrutas já treinada seria chamada de volta às fileiras), impensáveis nos séculos anteriores. A Primeira Guerra Mundial foi o apogeu desse sistema. Os países envolvidos recrutaram sessenta e cinco milhões de

* Publicado originalmente, numa versão reduzida, em *Araribá Plus – História*. São Paulo: Moderna, 2015, p. 98-101. Agradeço à Editora pela autorização de reprodução do texto.

homens para as Forças Armadas, dos quais morreram cerca de nove milhões, além de seis milhões de civis.

A distribuição desse sacrifício, contudo, não foi igualitária na sociedade. Boa parte dos filhos dos nobres ou dos ricos conseguia algum tipo de isenção ou se alistavam em armas menos perigosas e que demandavam pessoal mais qualificado, como a intendência ou mesmo a artilharia. Além disso, muitos dos jovens de classe média ou da elite se tornaram oficiais, que também morriam em porcentagem elevada, mas menos do que os soldados. Muitos operários nas cidades também conseguiram isenção do serviço militar, ao menos temporariamente, já que seu trabalho nas fábricas e nas minas era essencial para manter o suprimento de armas e equipamentos para os Exércitos.

O fardo principal da guerra, assim, na maior parte dos países envolvidos, caiu nos camponeses. Seja na Rússia, na Itália ou na França, foi do campo que saiu a maior parte dos soldados de infantaria que se massacravam nas trincheiras e em outras frentes de luta. Os jovens também foram, como era esperado, especialmente sacrificados. Durante a guerra, houve voluntários que mentiram a idade para se alistarem mesmo antes dos 18 anos e a necessidade de recrutas fez com que homens mais velhos, na faixa dos 40 anos, também fossem mantidos nas fileiras.

A maioria dos combatentes, contudo, especialmente nas unidades de infantaria, que demandavam vigor físico maior, era de jovens entre 18 e 30 anos, o que explica porque a mortandade entre eles foi especialmente alta. Entre os jovens alemães e franceses nascidos entre 1892 e 1895, por exemplo, de trinta a quarenta por cento estavam mortos em 1918. No mesmo ano, havia 630 mil viúvas de guerra na França (e cinco milhões em toda a Europa) e, para uma mulher francesa, alemã ou russa nos anos 1920 e 1930, encontrar um namorado ou marido era difícil, pois os homens que deveriam estar se

relacionando com elas estavam mortos ou mutilados, sem condições de casar

Mesmo para os que não morreram em combate ou voltaram feridos, contudo, a experiência da Primeira Guerra Mundial foi de intensidade, em termos de desgaste humano, físico e mental, inimaginável. Foi uma guerra na qual a artilharia causava o maior número de mortes, mas que foi combatida basicamente por soldados de infantaria em trincheiras, ou seja, linhas de defesa protegidas por arame farpado, escavações, ninhos de metralhadora e outros obstáculos. Na frente ocidental e na italiana, a guerra de trincheiras foi a marca registrada, mas mesmo na oriental isso se repetiu, ainda que com menor intensidade.

Na guerra de trincheiras, os soldados ficavam mergulhados na terra, sob chuva intensa, neve ou sol inclemente. Eles tinham que conviver não apenas com os riscos de morte e de mutilação, mas também com o medo, as doenças, os piochos, os ratos e a lama. Eles passavam dias inteiros na retaguarda sem nada para fazer e, na sequência, eram enviados para a linha de frente, onde enfrentavam diretamente a morte. Depois de alguns dias, voltavam para a retaguarda e o ciclo recomeçava.

Para piorar, esse cenário se repetiu por vários anos e ninguém conseguia ver o sentido daquilo. Ataques cuidadosamente preparados, como o alemão em Verdun ou o britânico no Somme, causavam baixas imensas entre os soldados, que morriam as dezenas de milhares num único dia, para avanços que se mediam em quilômetros ou mesmo em metros. Era difícil não se sentir condenado à morte, e para nada, quando vinha a ordem de atacar a trincheira do inimigo ou para se preparar para defender a sua.

Na magistral obra de 1929 de Erich Maria Remarque, intitulada *Nada de novo no fronte* e em muitos outros relatos, a descrição da vida dos soldados impressiona e fica impossí-

vel não se perguntar como milhões de jovens aceitaram todo aquele horror e sofrimento.

Tradicionalmente, há duas explicações para isto. De acordo com a primeira, os jovens soldados eram movidos pela honra, pelo desejo de glória e pelo sentimento nacionalista, o que explicaria porque eles suportaram o insuportável. Já a segunda explicação indica que os soldados só lutavam por serem obrigados a isto, utilizando, inclusive, quando podiam, artifícios para escapar da luta.. Provavelmente, a verdade está no meio destas duas perspectivas, com variações conforme o período, o país envolvido, etc.

Realmente, em certos países, a causa da guerra parecia tão justa (como a defesa da Pátria invadida, no caso da França) que era possível apelar ao sentimento nacionalista para manter os homens lutando. Em outros, como na Rússia czarista, os oficiais tratavam seus soldados camponeses como pura carne de canhão, o que dificultava o apelo a causas maiores. Do mesmo modo, a questão do tempo tem que ser considerada. Num primeiro momento, a guerra atraiu grande número de voluntários, que se apresentavam às juntas de recrutamento antes mesmo de serem convocados para defenderem seus países ou seus reis. Alguns também acreditavam que a guerra seria uma grande fuga da rotina e que terminaria logo, pelo que muitos correram a se alistar para cumprir seu dever e viver uma aventura antes que tudo chegasse ao fim. Muitos, provavelmente a maioria, não se entusiasmaram pela guerra já no início, mas aceitaram cumprir seus deveres tanto por resignação como por considerarem que era o seu dever. Em países como a Inglaterra, por exemplo, onde não havia serviço militar obrigatório antes da guerra, os voluntários até o ano de 1915 somaram um milhão de homens, o que foi suficiente para manter as necessidades do Exército até aquele momento.

Depois de anos de sofrimento nas trincheiras, contudo, o entusiasmo se foi e a resignação tomou conta de vez. Lutava-se

agora para continuar vivo ou pelo companheiro ao lado, mas não mais por grandes causas. Mesmo nos países onde o voluntariado tinha sido suficiente para cobrir as perdas até 1915 (como o caso já citado da Inglaterra) o número de voluntários desabou e o recrutamento teve que ser implantado ali também. Dessa forma, podemos afirmar que coerção e convencimento, apelo ao voluntariado e recrutamento forçado foram usados em todos os países para convencer os soldados a lutar, mas o cenário não foi igual em todos os lugares e nem em todos os momentos.

Na verdade, todos os Exércitos e sociedades envolvidos no conflito foram, em menor ou maior grau, afetados pela indisciplina, pela desmoralização e por um crescente desejo de paz, especialmente nos anos finais da guerra. Houve, por exemplo, grandes motins no Exército francês em 1917 e, no mesmo ano, o Exército italiano quase se dissolveu após a derrota em Caporetto. A insatisfação era crescente também, tanto entre os militares como entre os civis, na Áustria-Hungria e na Inglaterra e o Exército russo praticamente se dissolveu em 1917.

Curiosamente, contudo, não houve rebeliões de soldados pela paz ou contra a guerra, em praticamente nenhum país, mas sim por questões práticas, como melhor alimentação, mais licenças ou resistência a ataques sem sentido. Para os que não queriam ou não aguentavam mais lutar, havia as saídas da deserção ou de deixar-se aprisionar, mas foram relativamente poucos que o fizeram, pois os riscos eram grandes e a deserção era considerada uma desonra.

Novamente, é necessário ter em mente as variações locais ou no tempo. Tentativas de fugir ao recrutamento foram comuns em todos os países, mas muito mais em sociedades nas quais as pessoas viam ainda menos sentido na guerra, como na Itália ou na Áustria-Hungria. Quando havia uma situação de colapso da estrutura militar, as deserções também aumentavam,

como nos casos do Exército italiano e russo em 1917 e no austro-húngaro em 1918. Não há número confiáveis sobre as deserções, mas, pensando-se nas dezenas de milhões de convocados, elas foram relativamente baixas.

Isso apenas indica como, para a maioria das pessoas da época, a guerra era vista como um dever patriótico, algo a ser aceito como algo natural da vida, com resignação e, em alguns casos, até entusiasmo. Uma repressão e controle contínuos dentro das fileiras foram fundamentais para manter os homens lutando, não há dúvidas disso, mas esse espírito patriótico, de sacrifício e resignação frente aos horrores de uma guerra de trincheiras, também foi essencial para isso.

Depois da guerra, a maioria desses homens retornou à vida civil e procurou retomar seus projetos e planos. Na maior parte dos Estados, o auxílio estatal aos que perderam pais ou maridos ou aos que ficaram inválidos foi modesto, o que levou a vários movimentos de veteranos, na França, nos EUA, na Alemanha e em outros locais, nos anos 1920 e 1930. Eles procuraram garantir direitos mínimos e respostas dos Estados a seus problemas e, em muitos lugares, se tornaram militantes políticos, normalmente nas hostes da direita, como no fascismo.

Se, no plano material, os veteranos receberam menos do que esperavam, algum retorno veio no plano simbólico. Os Estados fizeram esforços para criar e manter uma memória favorável dos veteranos, daqueles que haviam morrido e sofrido pela Pátria. “Locais de memória”, como monumentos ou livros comemorativos, foram criados em boa parte da Europa nos anos posteriores à guerra e, mesmo hoje, apesar do continente europeu ser cada vez menos militarista, ainda há uma memória consolidada de valorização do sacrifício dos soldados, especialmente nos países que venceram, como a França e a Inglaterra.

Caso diferente foi a dos povos coloniais convocados para a guerra. Indianos, árabes, africanos e outros povos então

sob domínio europeu lutaram sob as bandeiras europeias nos frentes de guerra da Ásia, Oriente Médio, África e mesmo na Europa. O número deles chega a 1,5 milhão de africanos, caribenhos e, especialmente, indianos que lutaram no Exército britânico e meio milhão (200 mil norte-africanos, 150 mil africanos e 50 mil indochineses) no Exército francês, além de uns 150 mil homes que colaboraram na vigilância das colônias francesas, liberando soldados brancos para o frente.

Muitos dos africanos ou asiáticos eram voluntários, de povos guerreiros que já serviam sob os europeus nos seus próprios países e para os quais a luta era parte da vida. Muitos se sentiram orgulhosos, aliás, de poder combater lado a lado com os soldados brancos. Salvo exceções, não houve recrutamento compulsório, mas houve uma pressão intensa, nas colônias, para conseguir voluntários. Eles receberam alguns privilégios quando na Europa, como alimentação apropriada e respeito a alguns dos seus costumes. Os regimentos negros do Exército francês, por exemplo, eram geralmente poupados durante o inverno. Todos sofreram, contudo, com os horrores dos combates e com o racismo velado da maioria dos soldados brancos.

Um caso interessante foi o dos negros americanos, dos quais 350 mil serviram com a Força Expedicionária Americana na Europa. Mesmo recrutados em proporção maior do que os brancos, foram, na maior parte dos casos, relegados a serviços acessórios e comandados por oficiais brancos, num tratamento quase colonial.

A todos esses soldados não-brancos (sendo um caso diferente, obviamente, os soldados de origem europeia recrutados nas colônias), depois da guerra, foi reservado um tratamento, no campo material e também no simbólico, da memória, ainda pior. As potências coloniais podiam ter tido necessidade desses homens para suplementar suas forças, mas recordar isso podia ser embaraçoso e mesmo perigoso, já que mostrava o valor bélico dos colonizados. Eles foram, assim, apesar do seu

sacrifício, praticamente esquecidos nas histórias oficiais da guerra escritas pelos europeus. O mesmo se deu com os negros americanos, cuja colaboração para a vitória foi, até pouco tempo, negligenciada pela história oficial da guerra nos Estados Unidos.

O contraste da Primeira Guerra Mundial com o mundo de hoje, especialmente nos países desenvolvidos, é marcante. O sistema de recrutamento militar está sendo questionado hoje na maior parte dos países de Primeiro Mundo, pois as novas tecnologias militares exigem homens com um treinamento muito mais elaborado que recrutas que passam apenas algum tempo nas fileiras podem receber. Além disso, nas modernas democracias ocidentais, se torna cada vez mais difícil exigir, dos seus cidadãos, que eles morram em combate, o que torna politicamente mais aceitável a volta dos exércitos profissionais.

Dessa forma, por exemplo, os soldados americanos que lutam hoje no Afeganistão vivem um cotidiano que os combatentes da guerra de 1914-1918 não reconheceriam. Em primeiro lugar, eles são voluntários, ou seja, pessoas que se alistam por tempo determinado e são pagos por isto. Não são mercenários no sentido estrito do termo, pois lutam por seu país e sob a bandeira de instituições oficiais, mas não são recrutados compulsoriamente.

Claro que o conceito de voluntariado implica em uma liberdade de escolha que muitas vezes não existe. Há estímulos indiretos fortíssimos que ajudam a conduzir até mesmo pessoas pouco inclinadas à profissão das armas ao alistamento. Entre estes estímulos, incluem-se desde planos de saúde para si e a família, generosos prêmios em dinheiro e outras benesses, como o pagamento da Universidade depois da baixa e outros. Ainda assim, não são recrutas apavorados chamados às armas aos 18 anos, mas profissionais e voluntários, bem diferentes daqueles jovens que eram convocados para lutar em Flandres ou na fronteira da Áustria com a Itália.

Eles também recebem uma farta alimentação, são alojados, mesmo na linha de frente, em quartéis com inúmeras comodidades e, graças ao seu armamento mais sofisticado e melhor treinamento, as probabilidades de serem mortos em combate são relativamente pequenas. Depois, graças a um sistema de saúde e socorro extremamente desenvolvido, suas chances de serem mortos ou mutilados permanentemente após um ferimento são uma fração das dos soldados de 1914-1918.

Claro que muitos soldados americanos morreram ou ficaram mutilados na luta nas montanhas do Afeganistão ou nas ruas de Bagdá. O número deles chega a 2.300 mortos e 12.300 feridos (com maior ou menor gravidade) na guerra do Afeganistão e 4.500 mortos e 32.000 feridos na do Iraque. Muitos deles, claro, carregarão pela vida toda as marcas físicas e psicológicas da guerra e têm dificuldades em se adaptar à vida civil depois do que vivenciaram lá. Mas são esses uma minoria frente ao número dos que estão a servir em frentes de batalha. Não haverá um colapso demográfico na sociedade americana pelo número de jovens mortos nas guerras atuais e também não haverá um trauma coletivo irremediável nela.

Isso forma um contraste notável com o tipo de guerra que os jovens recrutados vivenciaram entre 1914-1918 e na qual jovens eram retirados da vida no campo e lançados na sujeira, na morte e no horror dos combates. Se todas as guerras são horríveis, a Primeira Guerra Mundial foi aquela na qual a barbárie e o sofrimento atingiram, provavelmente, o maior índice na escala, igualando e talvez até superando (ao menos no que se refere aos soldados, mas não aos civis, que sofreram bem mais em 1939-1945) a Segunda Guerra Mundial e todas as guerras posteriores.

O Império Austro-Húngaro: o ator desconhecido da Primeira Guerra Mundial*

O imaginário coletivo a respeito das guerras mundiais, especialmente na Europa e nas Américas, é muito condicionado pela memória de cada país e pela produção cultural que a acompanha. Não espanta, dessa forma, que o segundo conflito mundial seja recordado, no imaginário ocidental, como uma luta exclusiva dos “mocinhos” americanos contra os “bandidos” alemães quando foi o Império Britânico que sustentou sozinho a luta por vários anos e quando foi a URSS que efetivamente derrotou os Exércitos de Hitler. Isso não significa diminuir a importância da colaboração dos EUA para a causa aliada, mas o fato é que existe uma abordagem diferenciada, que privilegia o lado americano, até porque Hollywood e alguns dos principais produtores culturais do Ocidente estão naquele país.

No tocante à Primeira Guerra Mundial, o mesmo pode ser dito. O imaginário da maior parte do Ocidente a respeito desse conflito recorda a guerra de trincheiras, ou seja, a luta

* Publicado originalmente em *Esboços (UFSC)*, v.21, n. 31: 115-137, 2015. Para a grande nêmesis do Império austro-húngaro, ou seja, a Itália unificada, ver o meu “Um imperialismo dos pobres: o Império italiano, da era liberal ao fascismo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Campus, 2009, p. 259-269. A intenção original era acrescentar tal artigo nessa coletânea, mas questões de direitos autorais o impediram. De qualquer modo, a discussão ali presente está ampliada em outros trabalhos. Ver BERTONHA (2001b, 2005 e 2008).

sem fim entre franceses, alemães, britânicos, belgas e outros na longa faixa entre o Mar do Norte e a Suíça. Em certo sentido, nada mais natural, pois foi nesse cenário que se delineou um tipo de guerra extremamente mortífera, brutal, industrializada e, até então, pouco conhecida e foi essa, sem dúvida, a frente de batalha decisiva do conflito. Recordar a Primeira Guerra Mundial como uma mistura de metralhadoras, morte, lama e gás e como uma luta de Tommies, Poilus e Doughboys contra os Exércitos do Reich alemão não é, em si, algo equivocado.

O problema é quando essa memória se torna única e se esquece que a Primeira Guerra Mundial também teve outros fronts e outros tipos de combate. Nas planícies da Europa oriental, o choque dos Exércitos alemães, russos e austro-húngaros foi titânico e usou armas e táticas semelhantes às da frente ocidental, mas não de forma equivalente. Na frente italiana, a luta nas montanhas foi a tônica, assim como em parte dos Balcãs, enquanto a guerra no Oriente Médio foi em desertos e áreas desoladas. Turcos, búlgaros, portugueses, italianos, russos e outros povos também lutaram e morreram aos milhões nessa guerra e, no imaginário ocidental, a sua presença é pouco reconhecida.

No caso de alguns países, como a Rússia, Portugal ou a Itália, as historiografias nacionais ainda são capazes de preencher essa lacuna. Ou seja, mesmo que poucos saibam, nos EUA ou na Inglaterra (além dos especialistas), da crucial colaboração italiana para a vitória aliada ou da existência de um corpo expedicionário português na França, essa informação e esse conhecimento estão disponíveis nos seus países, até porque a participação na Primeira Guerra foi crucial na própria formação de suas identidades nacionais.

A situação fica mais complexa quando o Estado participante deixou de existir. Os Impérios alemão, russo ou turco-otomano desapareceram, mas outras entidades estatais

herdaram a sua história ou memória. Houve, contudo, um ator fundamental da guerra, o Império Austro-Húngaro, cuja continuidade histórica foi apenas parcialmente mantida. As atuais Áustria e Hungria e alguns dos Estados sucessores do Império (como a República tcheca ou a Eslováquia) podem estudar a história desse Império e se reconhecer nele, mas de uma forma muito menos intensa do que nos outros casos. Isso talvez tenha colaborado para tornar a participação austro-húngara na guerra menos conhecida – especialmente para o público não especializado fora desses países – do que deveria.

Isso é espantoso quando nos recordamos que o Império foi ator fundamental, em termos militares, em três das frentes mais importantes (a italiana, a oriental e a balcânica) do conflito. E ainda mais quando sabemos que foi uma decisão do Império Austro-Húngaro, a de declarar guerra à Sérvia em 1914, que levou ao início das hostilidades. Um ator crucial, cujas decisões, ações e limitações foram fundamentais para que o conflito se desse e para que tivesse o fim que conhecemos. É a história desse Estado, desse personagem fundamental, mas relativamente esquecido, das relações internacionais europeias no período pré-1918 que esse artigo procurará, dentro dos limites impostos pelo espaço, abordar.

Dada a profunda carência de textos em língua portuguesa que abordem o tema do Império Austro-Húngaro (o único texto geral que conheço é Martins, 2009) esse artigo será mais narrativo e menos analítico e se baseará centralmente em fontes secundárias.* Claro que apenas uma parte menor da enorme bibliografia disponível em outros idiomas será citada e que a abordagem do texto será mais generalista do que o desejável, mas são essas questões menores quando seu objetivo central

* Para a redação das partes mais gerais, foram úteis os trabalhos de KANN (1980), TAYLOR (1985) e PALMER (1995). Ainda que num caráter anedótico e jornalístico, também é útil WINDER (2014).

é apresentar uma realidade praticamente desconhecida a um público maior.

O Império austríaco: um ator fundamental nas relações internacionais europeias

Uma das entidades políticas mais curiosas a sobreviver à modernidade liberal-capitalista do século XIX europeu foi o Império Austro-Húngaro (*Österreichisch-Ungarische Monarchie*). Surgido a partir do compromisso do antigo Império austríaco com a Hungria em 1867, ele era, na verdade, a última expressão institucional de uma unidade política construída pelos Habsburgo desde o ano de 936. Esses, por um milênio, acumularam terras e expandiram suas fronteiras até a derrota militar e consequente dissolução do Império, em 1918.

Defini o Império utilizando o termo “curioso” no primeiro parágrafo simplesmente porque, numa era marcada pelo nacionalismo exacerbado e pelo avanço da sociedade capitalista e liberal, a simples existência de um Estado multinacional e com um imperador e rei que concentrava imensos poderes parece um anacronismo, uma estrutura dos séculos XVII ou XVIII perdida na era contemporânea.

Desde o início da era moderna, os Habsburgo e suas inúmeras possessões foram um ator fundamental no sistema europeu. A partir de suas origens na Suíça e na Áustria, a casa dos Habsburgo conseguiu, através de um complexo sistema de alianças matrimoniais, acordos e guerras, exercer o domínio sobre um vasto número de territórios que, nos séculos XVI e XVII, incluíam a Península Ibérica (e suas colônias americanas) e boa parte das atuais Itália e Alemanha, além de outros territórios nos Balcãs e no Mediterrâneo. Já nesse momento, contudo, a dinastia dividiu seus territórios entre os Habsburgo espanhóis (que se extinguíram em 1700) e os austríacos, os

quais conservaram o título de imperador romano-germânico. Os Habsburgo austríacos tinham seu núcleo de poder no que hoje são as modernas Áustria e Boêmia, mas projetavam sua força também em partes da península itálica e da Alemanha. Além disso, aos poucos, o ramo austríaco reforçou a sua posição na Hungria e participou das partições da Polônia. Desde o século XVI, assim, foi se formando uma entidade específica, a Monarquia austríaca, que foi um ator importante na guerra e na paz europeias entre os séculos XVI e XVIII.

Os “austríacos”, assim, combateram na guerra dos 30 anos na Alemanha (1618-1648), enfrentaram os turco-otomanos (1683-1699) e foram participantes ativos em conflitos como a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) e em vários outros. As aspas devem ser usadas, contudo, pois não havia um Estado unificado, mas uma coleção de Reinos, Principados, ducados e outras entidades que eram apenas governados a partir da Áustria e, geralmente, na órbita do Sacro Império Romano-Germânico.

O Império austríaco (*Kaisertum Österreich*) em si foi proclamado apenas em 1804, como um Estado que unia as possessões do Imperador Franz II dentro e fora do Sacro Império Romano-Germânico. Foi uma atitude reativa frente à criação, por Napoleão Bonaparte, do Império Francês, no mesmo ano. Em 1806, quando o Sacro Império foi dissolvido, os Habsburgo abandonaram o título de Imperadores romano-germânicos, os quais eles detinham desde 1440, e assumiram o de Imperadores da Áustria.

Os primeiros anos do Império foram de recuos e derrotas. Desde o início da Revolução Francesa, em 1789, Viena se opôs aos revolucionários e participou de várias das coalizões antifrancesas. Em 1805, ele se uniu à terceira coalizão contra a França e seus aliados alemães, tendo sofrido as devastadoras derrotas de Ulm e Austerlitz. No mesmo ano, pelo tratado de Pressburg, a Áustria perdeu territórios e poder dentro da Alemanha.

Em 1809, ela entrou na quinta coalizão antinapoleônica e foi novamente derrotada, sendo obrigada a ceder novos territórios e a aceitar uma posição de satélite francês. Apenas com a derrota do Exército francês na Rússia e maciço apoio financeiro britânico é que a Áustria animou-se a atacar novamente as tropas napoleônicas, em 1812. Três anos depois, Napoleão era derrotado e os austríacos estavam entre os vencedores, mas claramente tinham sido secundários nessa vitória, especialmente em comparação com os russos e os britânicos.

No Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, a ordem europeia foi redefinida. O Chanceler austríaco Metternich conseguiu incluir a enfraquecida Áustria num novo sistema pelo qual as cinco grandes potências europeias (Áustria, Prússia, Rússia, Reino Unido e França) manteriam a paz na Europa através do equilíbrio de poderes e, acima de tudo, de um consenso conservador entre as elites dominantes (Kissinger, 1999). A Áustria, nesse contexto, não apenas foi ampliada territorialmente (especialmente na península itálica), como se tornou um baluarte do conservadorismo e da luta contra o liberalismo e a democracia, recuando até mesmo dos ideais iluministas de vários dos seus imperadores do século XVIII.

Não espanta, dessa forma, que, para os adeptos do Risorgimento italiano, por exemplo, a luta contra a dominação austríaca não significava simplesmente uma oposição entre uma Nação italiana contra uma “Nação austríaca”, que, aliás, não existia. O nacionalismo italiano era uma forma de lutar contra a dominação de uma entidade considerada reacionária, atrasada e que sufocaria as liberdades e o progresso dos italianos, a serem recuperados num novo Estado. Não espanta, igualmente, que, na “Primavera dos Povos” em 1848, os territórios austríacos na Itália, na Boêmia, na Hungria e em outros locais tenham sido especialmente afetados, sendo necessária a intervenção de tropas russas para ajudar a sufocar as rebeliões, especialmente na Hungria (BERTONHA, 2005, cap.2).

No início dos anos 1850, a situação interna e externa parecia sob controle. Um misto de repressão e algumas concessões tinha permitido ao Império recuperar o controle dos acontecimentos e a sua posição como potência dominante na Alemanha e na Itália parecia consolidada. O processo de criação dos Estados nacionais alemão e italiano, contudo, estava em processo e ele só podia ser atingido às custas de Viena e pela força militar, o que aconteceu na década de 1860.

Depois de ter colaborado com os prussianos na manutenção da ordem pós-napoleônica nos Estados alemães por décadas, os austríacos acabaram se envolvendo numa guerra contra a Prússia, sendo fragorosamente derrotados na batalha de Königgrätz, em 1866. Áustria e Prússia estavam em rota de colisão há algum tempo para definirem qual seria o Estado que comandaria o espaço de língua alemã e essa derrota marcou a hegemonia prussiana (com a conseqüente criação do Império alemão pouco depois) e a expulsão definitiva da Áustria de uma posição dominante na região que durava séculos.

O mesmo aconteceu na Itália. Em 1859-1860, os piemonteses, aliados aos franceses, conseguiram derrotar os exércitos imperiais e obrigaram Viena a ceder a Lombardia, além de se apropriarem dos Estados satélites austríacos na Itália central. Já em 1866, os austríacos conseguiram impedir os piemonteses de conquistar o Vêneto, mas tiveram que ceder o território ao Piemonte dentro dos tratados gerais que se seguiram à desastrosa derrota frente aos prussianos. A partir de então, os austríacos foram virtualmente expulsos do espaço italiano.

O impacto de uma derrota tão séria como a de 1866 acabou levando a uma crise política interna que quase levou ao colapso da Monarquia. A alternativa encontrada para evitar isso foi a recomposição com os húngaros, que aumentaram a autonomia que eles já tinham dentro da Monarquia até o ponto de se tornarem um Estado praticamente independente. A partir do Compromisso (*Ausgleich*) de 1867, o Império

austriaco cessava de existir e surgia, no seu lugar, o Império Austro-Húngaro.

Por quase toda a sua existência, o Império teve, como seu imperador, o Kaiser Franz Joseph (1830-1916), o qual reinou como imperador austriaco entre 1848 e 1866 e como imperador da Áustria e rei da Hungria entre 1867 e 1916, data de sua morte. Um império multinacional, no qual alemães e húngaros formavam as nacionalidades política e economicamente dominantes em cada uma das suas “metades”, mas dentro das quais nunca foram demograficamente absolutos. Em 1910, de cada cem austro-húngaros, 24 eram alemães, 20 húngaros, 13 tchecos e eslovacos, 10 poloneses, oito ucranianos (rutênios), seis romenos, cinco croatas, quatro sérvios, três eslovenos, dois italianos e um bósnio, além de outras nacionalidades menores.

O novo/velho ator internacional que surgiu em 1867, dessa forma, era diferente do que o precedeu. Ele continuou a ser um baluarte do conservadorismo, mas cada vez mais permeado pelas forças da democracia, do mercado capitalista e da modernidade em geral. Em plena era dos nacionalismos, ele continuou a ser um Estado multinacional, bem diferente da maioria dos Estados europeus de então (mais homogêneos em termos de língua, cultura, etc.) e ainda mais complexo pela necessidade de acomodar dois Estados e tantas nacionalidades em uma estrutura central frágil e que se centrava basicamente no binômio Monarquia e Exército. Por fim, era um Estado que reorientou seu eixo estratégico da Itália e da Alemanha para os Balcãs e que ainda se via como uma grande potência, mas que tinha dúvidas sobre a sua posição. Essas ambiguidades serão cruciais nas décadas a seguir e na crise que levou a guerra em 1914.

O Império Austro-Húngaro: forças e fraquezas

Pelos padrões tradicionais, o Império podia ser considerado uma potência mundial ou, no mínimo, europeia. Em termos territoriais, ele era o segundo maior Estado da Europa (621.538 km², atrás apenas do Império russo) e, em termos populacionais, seus mais de cinquenta milhões de habitantes o deixavam atrás apenas dos Impérios russo e alemão. O Exército imperial (*kaiserlich und königliche Armee* ou *k.u.k.*), por sua vez, dispunha de uma força de paz de 450 mil homens em 1914, além das milícias das duas partes do Império.

A economia do Império Austro-Húngaro, por sua vez, refletiu a sua posição territorial no centro da Europa e a difusão da Revolução industrial pela mesma. Entre 1870 e 1913, o PIB austro-húngaro cresceu acima dos índices da Alemanha e da Inglaterra, e as redes ferroviária e de comunicações cresceram em ritmo acelerado. As indústrias automobilística, elétrica, química e outras se desenvolveram intensamente, especialmente na parte austríaca, enquanto a parte húngara se tornou uma grande produtora de alimentos*. Os anos imperiais também foram de progresso material e de forte desenvolvimento tecnológico, cultural e nas artes, especialmente em Viena (SCHORSKE, 1988 e HOBSBAWM, 2013). Extenso, populoso, com forças armadas respeitáveis e uma economia em crescimento, o Império Austro-Húngaro poderia se sentir tranquilo ao adentrar o século XX.

O outro lado da moeda, contudo, também existia e era esse lado negativo que preocupava parte da elite austro-húngara. Dada a base de partida inferior, a pobreza e o atraso do Império ainda eram imensos e seriam necessários anos, se não décadas, para que ele atingisse os níveis de prosperidade

* GOOD (1984). O capítulo conclusivo (p. 237-256), comparando o desempenho econômico do Império com as outras potências da época, é especialmente instrutivo.

econômica, densidade de rede de transportes ou capacidade produtiva de países como a Alemanha ou a Inglaterra. O seu sistema econômico, além disso, era desigual, com áreas já essencialmente industrializadas e desenvolvidas, como a Boêmia, ao lado de outras extremamente pobres e atrasadas, ainda que em processo de modernização, como as terras húngaras e a Galícia.

Os dados do historiador Paul Kennedy (1989, p. 149 e 343) são reveladores a esse respeito. Entre 1750 e 1900, a parcela do Império Austríaco/Austro-Húngaro na produção industrial mundial ascendeu de forma quase linear, de 2,9% em 1750 a 3,2% em 1830, 4,2% em 1860, 4,4% em 1880 e 4,7% em 1900. Um progresso evidente, mas, mesmo assim, o índice de industrialização do país ainda era excessivamente baixo para as necessidades de uma potência de primeira linha.

Em 1914, o Produto Interno Bruto do Império Austro-Húngaro era de três bilhões de dólares (valores da época) para 52 milhões de habitantes, o que significava uma renda per capita de 57 dólares. O Império tinha um PIB maior apenas do que o japonês e próximo do italiano, enquanto a Alemanha e o Reino Unido o superavam em quatro vezes e o da Rússia era mais do que o dobro. Em termos de renda per capita, a dos austro-húngaros era maior apenas do que a russa e a japonesa, enquanto a italiana representava o dobro, a alemã o triplo e a britânica o quádruplo. Já a economia da grande potência econômica daquele momento, os Estados Unidos, era doze vezes maior que a austro-húngara, com uma renda per capita quase sete vezes maior. O Império estava, portanto, longe de ser pobre, mas estava claramente inferiorizado, o que afetava a posição internacional e a eficiência militar. .

No caso das forças armadas, os problemas iam além da falta de recursos industriais e materiais adequados. O Exército era visto como a grande força com que contava a Monarquia para manter a ordem, a unidade e a estabilidade do país e

menos como uma capaz de atuar internacionalmente em defesa dos interesses internacionais do Estado. Dentro do próprio Império, havia muitas forças políticas e sociais que identificavam, nos militares, os baluartes do conservadorismo que se queria eliminar e que se opunham, portanto, a qualquer tipo de medida que pudesse aumentar o poder das forças armadas. Isso levava a uma resistência, nos Parlamentos (especialmente o austríaco), a medidas que permitissem uma maior alocação de fundos aos militares ou ao aumento do efetivo do Exército.

Como consequência, os recursos alocados para o k.u.k eram menores do que os das outras potências europeias, especialmente quando se leva em consideração o gasto per capita. E o Império recrutava uma parte menor dos seus homens disponíveis todos os anos, o que se revelou trágico durante a guerra, quando ficou claro que não havia homens com algum treinamento em número suficiente para repor as baixas de soldados e oficiais em combate.

Além disso, havia uma babel de povos e línguas com que lidar. Em 1906, de cada 1000 recrutas, havia 267 alemães, 223 húngaros, 135 tchecos, 85 poloneses, 81 rutenos/ucranianos, 67 sérvios e croatas, 64 romenos, 38 eslovacos, 26 eslovenos e 14 italianos (BECKETT, 2013, p. 165). Isso não era um problema insuperável, mas dificultava o dia a dia militar em termos de recrutamento e instrução e impunha restrições ou privilégios a certos grupos dentro das forças armadas. O Exército comum, por exemplo, apesar de não ter oficialmente restrições nacionais ou religiosas para o corpo de oficiais (sendo, aliás, bastante tolerante no tocante à minoria judaica), acabava por ser dominado, no alto-comando, pelos húngaros e, especialmente, pelos alemães*.

* Sobre as forças armadas imperiais, ver, entre muitos outros, ALLMAYER-BECK e LESSING (1974). Sobre o tópico das nacionalidades dentro das forças armadas, ver, por exemplo, DÉÁK (1994)

Outro problema central eram as disputas entre as duas metades do Império, as quais levavam a composições e negociações que diminuía o potencial militar. Dessa forma, a Hungria exigia, de forma a ressaltar a sua independência, a existência de uma força militar própria, a Hónved. A parte austríaca do Império, até pelo necessário equilíbrio, tinha a sua Landwehr. Eram forças auxiliares do Exército comum e, em tempos de guerra, o apoiariam. Mesmo assim, representavam um desvio de recursos e recrutas que teriam sido muito mais bem utilizados no Exército comum. Os políticos húngaros, especialmente, eram reticentes a aumentar os fundos e os poderes para o Exército comum, já ele poderia se transformar num instrumento contra a sua independência.

Dessa forma, quando do início da guerra, em 1914, o *kaiserlich und königliche Armee* podia contar com um corpo de oficiais treinado e fiel (LACKEY, 1995) e um contingente de centenas de milhares de homens, mas com poucas reservas realmente treinadas. Em termos de equipamento, a artilharia austríaca era considerada de primeiro time e a sua infantaria e cavalaria confiáveis. A indústria bélica austro-húngara também estava em franco desenvolvimento, com empresas como a Skoda, a Steyr e outras. No entanto, em termos de novas tecnologias militares, o k.u.k. estava atrás de outras potências, como no caso da motorização das tropas e na aviação (PETER, 1981).

O Império tinha, portanto, pontos de força e de fraqueza e foi a partir desses pontos que ele se autoimaginou em termos estratégicos e construiu a sua rede de relações internacionais no meio século anterior à Primeira Guerra Mundial.

e SONDHHAUS (1990). Em português, o único texto que conheço é ROTHENBERG (1982).

A Áustria-Hungria e suas relações internacionais

Como já indicado, o Império Austro-Húngaro teve uma trajetória de mais de cinquenta anos. Algumas coisas continuaram mais ou menos imutáveis nesse longo período, como a presença do Kaiser Francisco José no comando do Estado, as contínuas disputas entre alemães e húngaros no gerenciamento do Estado comum e o emergir (e contínuo crescimento) do problema das nacionalidades, que o Império enfrentava com um misto de concessões (especialmente na parte austríaca) e de repressão (especialmente na parte húngara). Algo que também permaneceu, e com força, foi o desejo da elite austro-húngara de permanecer no rol das grandes potências europeias e de garantir a sobrevivência do Império.

Na verdade, em plena era dos imperialismos, as ambições de Viena e Budapeste eram relativamente modestas. Eles não tinham desejos de ampliar ainda mais o território imperial anexando, digamos, a Sérvia ou a Albânia ou reincorporando a Lombardia e o Vêneto. Isso apenas provocaria novos desequilíbrios políticos internos no Império. A única anexação territorial foi a da Bósnia-Herzegovina em 1878 (formalizada em 1908) e por motivos localizados e conjunturais. Do mesmo modo, em plena era de colonização europeia na Ásia e na África, o Império Austro-Húngaro ficou a parte, considerando que não havia nem razões nem recursos para tais aventuras.

O Império Austro-Húngaro, claro, participava da economia globalizada do século XIX e, foi, aliás, um dos maiores exportadores de mão de obra, com milhões de austro-húngaros emigrando para outros países europeus, como a Alemanha, ou para as Américas (para o Brasil, a Argentina, o Canadá e, acima de tudo, os Estados Unidos). Ele não tinha interesse, contudo, em grandes anexações territoriais que tornariam sua sobrevivência ainda mais complicada.

Isso não significa, contudo, que o Império fosse simplesmente passivo ou reativo. Ele também fazia questão de reafirmar o seu status de grande potência. Em 1900, por exemplo, tropas imperiais participaram da expedição internacional que foi enviada para reprimir a rebelião dos Boxers na China. Apenas quatro navios de guerra e 296 fuzileiros navais frente a uma força que totalizou cinquenta e quatro navios de guerra, 4971 fuzileiros e quase cinquenta mil soldados*. Uma participação pequena, apenas suficiente para que o status de potência do Império não fosse esquecido.

Do mesmo modo, numa era em que o prestígio internacional de um país era medido, em boa medida, pelo seu poder naval, o Império Austro-Húngaro criou uma Marinha de guerra imponente. A *Kaiserliche und Königliche Kriegsmarine*, criada em 1867, representava uma força muito superior à antiga Marinha imperial austríaca, a qual já vinha sido modernizada e ampliada em meados do século XIX. Ela participou de missões científicas, como aquela dirigida ao Polo Norte entre 1872 e 1874 e da primeira circunavegação do globo por uma expedição naval austríaca, feita entre 1857 e 1859. Do mesmo modo, a Marinha imperial participou de ações tanto de prestígio, como visitas navais a vários países, como de guerra, como contra os italianos em 1866 e em Creta em 1897.

A prova maior de que a Marinha era vista, essencialmente, como uma forma de confirmar o status internacional de grande potência por Viena foi a sua decisão de entrar na “guerra de encouraçados” no início do século XX. Em termos estratégicos, gastar enormes somas de dinheiro e recursos na construção de uma frota de encouraçados era, provavelmente, um erro. Isso porque a Marinha imperial, aprisionada no mar Adriático, dificilmente conseguiria usar esse instrumento de

* http://www.hawaiilibrary.net/articles/eight-nation_alliance. Acesso em 3/2/2015.

forma eficiente em caso de guerra, especialmente se a Itália estivesse do lado oposto.

Não dispor de encouraçados de primeira linha, contudo, seria a admissão de um status de potência de segunda classe (não esqueçamos que mesmo Brasil, Argentina e Chile os adquiriram naquele momento) e o Império acabou investindo nesse projeto. Em 1914, além de submarinos, cruzadores, destróieres e vários encouraçados obsoletos, o Império dispunha de quatro modernos encouraçados do tipo Dreadnought, todos da classe Tegetthoff, os SMS *Viribus Unitis* (1911), SMS *Tegetthoff* (1912), SMS *Prinz Eugen* (1912) e o SMS *Szent István* (1914). Perto dos vinte e nove Dreadnought britânicos ou dos dezessete alemães, uma frota pequena, mas comparável aos seis italianos ou aos quatro franceses, o que reforçava o status imperial de Viena. (SONDHAUS, 1989 e 1994).

Apesar desse ativismo, contudo, a postura das elites imperiais era realmente mais reativa do que ativa, sendo a sua prioridade evitar que os vizinhos e as potências maiores o retalhassem e/ou o reduzissem a uma entidade política insignificante. E isso, cada vez mais, estava a se decidir nos Balcãs.

Com efeito, com a expulsão do Império da Itália e da Alemanha, o foco central de ação austro-húngara passou a ser os Balcãs, justamente uma das áreas mais instáveis da época. Naquele momento, vários Estados estavam a ser constituídos e/ou reconstituídos na esteira do enfraquecimento do Império turco-otomano, tais como Sérvia, Grécia, Bulgária, Romênia e outros. À medida que tais Estados cresciam e iam expulsando os turcos da região (especialmente nas guerras balcânicas de 1912-1913), ampliava-se a influência russa e, em menor medida, italiana, o que preocupava os planejadores estratégicos austro-húngaros. A questão da Albânia, na qual o Império competia por influência com a Itália, é um exemplo suficiente (KOS, 1996 e 1996a).

Do mesmo modo, vários desses novos Estados começavam a olhar para os territórios pertencentes ao Império como partes integrantes das suas próprias Nações e muitos sérvios ou romenos consideravam natural que o Império Austro-Húngaro deveria ceder territórios como a Bósnia, a Eslovênia, a Croácia ou a Transilvânia aos seus novos Estados nacionais. O mesmo poderia ser dito da Itália com relação à Trento e Trieste, além da Dalmácia. Esses desejos dos vizinhos eram muitas vezes contemporizados e negociados e, por muitos anos, as relações com Roma ou Belgrado foram positivas e até amigáveis. Mesmo assim, algum tipo de tensão latente estava sempre presente.

Com efeito, essas ambições dos vizinhos do Império (a qual poderia ser acrescentada a russa pela Galícia ou por portos no Adriático, junto de uma fortalecida Sérvia) eram um pano de fundo contínuo a ser levado em consideração. Os dirigentes de Viena e Budapeste tinham que lidar com essas demandas com o poder militar, econômico e simbólico de que dispunham.

Na verdade, o poder militar e econômico é sempre relativo. A Áustria-Hungria era certamente mais poderosa do que a Sérvia ou a Romênia e poderia, provavelmente, fazer frente à Itália e ao Império turco-otomano. A França e a Inglaterra estavam distantes e não tinham grandes pontos de atrito com o Império. Seu problema central, como visto, eram os Balcãs. Era ali que o seu status de grande potência era desafiado e de onde vinham (além do caso tcheco, bastante particular) as principais demandas nacionalistas que questionavam a existência do Estado e/ou o domínio dos alemães e húngaros dentro dele.

O grande problema era que, atrás de todos esses problemas, estava outra potência: o Império russo, contra o qual o Império Austro-Húngaro não podia esperar fazer frente sozinho. O Império russo podia estar ainda mais atrasado do que o

austro-húngaro nos caminhos da modernidade, mas a simples massa de recursos que ele podia mobilizar era muito maior do que Viena e Budapeste podiam dar conta.

Por esse motivo, a escolha estratégica do Império Austro-Húngaro, a partir da segunda metade do século XIX, foi tentar manter relações ao menos cordiais com a Itália e costurar uma aliança estratégica com a Alemanha, a única que poderia bancar a Áustria-Hungria no caso de um guerra com a Rússia e que, dentro do sistema montado por Bismarck, considerava útil uma aproximação com a antiga rival. Um tratado de aliança foi assinado em 1879 e, com a adição da Itália, surgiu a Tríplice Aliança, em 1882. Essa escolha foi crucial para explicar nem tanto a eclosão da Primeira Guerra Mundial, mas a sua expansão para além de uma escaramuça entre a Sérvia e o Império Austro-Húngaro.

A Primeira Guerra Mundial

O cenário austro-húngaro, portanto, era o de uma antiga potência europeia que se modernizava em ritmo acelerado em termos econômicos e militares, mas não no ritmo suficiente para acompanhar vizinhos muitos mais poderosos. Mesmo tendo consciência disso, suas elites não podiam aceitar o desmembramento do país ou que ele fosse relevado a uma posição inferiorizada no rol dos grandes poderes. Resolver esse problema era uma das questões centrais do debate entre as elites políticas, diplomáticas e militares entre o final do século XIX e o início do século XX.

Esse debate se articulava plenamente, por sua vez, com um interno, sobre como gerir o problema das nacionalidades, superar e/ou renovar o modelo dos dois Estados, com seus problemas e desvantagens, e sobre como acomodar os interesses e as expectativas de mudança das nacionalidades e dos grupos

dominados com as dos dominantes. Por fim, uma questão crucial do debate interno era como lidar com as forças da modernidade capitalista e democrática que iam lentamente mudando a Europa.

Em 1914, o Império Austro-Húngaro era claramente um Estado que não havia se convertido em uma democracia parlamentar moderna e em uma economia industrial desenvolvida, como a Inglaterra, mas não era mais um Estado quase de Antigo Regime, como a Rússia. Ele estava, provavelmente, mais próximo do modelo alemão, ainda que o capitalismo alemão tivesse se desenvolvido muito mais. Essas forças estavam em crescimento ou em retirada? E deviam ser combatidas, estimuladas ou controladas? Debates dos historiadores contemporâneos, mas que, em outros termos, estavam no ar naqueles anos e que foram cruciais para explicar a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Algumas alternativas estavam disponíveis. Os socialistas austríacos, por exemplo, lutavam por conquistas sociais e pela consolidação do sistema liberal, de forma que a democracia acabasse por renovar e modernizar o Império, a ser convertido em uma federação de povos. Já o grupo ligado ao arquiduque Francisco Ferdinando acreditava na necessidade de eliminar a autonomia excessiva dos húngaros, dar mais espaço aos eslavos do sul dentro de uma nova reorganização do espaço imperial e ampliar a sua ação internacional, mas sem abolir o poder da dinastia reinante e evitando choques com a Sérvia e a Rússia.

Já as forças mais reacionárias e militaristas, como as representadas pelo chefe do Estado-Maior Imperial, general Conrad von Hotzendorf, acreditavam que apenas uma postura de força poderia impedir a ascensão das forças democráticas e nacionalistas no interior do Estado e o declínio de sua posição internacional. Ataques preventivos e decisivos contra a Itália ou a Sérvia poderiam não apenas eliminar potenciais inimigos

do país e fontes de agitação nacionalista interna, como ressaltar o prestígio internacional da Áustria-Hungria. Por fim, uma renovação em bases militaristas da sociedade poderia muito bem servir para restaurar o poder dos alemães austríacos frente aos eslavos e mesmo aos húngaros. Hotzendorf, aliás, era um darwinista social e um militarista tão convicto que já havia sugerido guerras preventivas contra a Itália e a Sérvia várias vezes antes de 1914*.

Não espanta, aliás, que foi em círculos intelectuais e políticos da Áustria que tenham surgido os principais movimentos e pensadores antisemitas e defensores da supremacia alemã da época. Muitos alemães se sentiam incomodados com a ascensão (real ou imaginária) dos eslavos, dos judeus e das forças democráticas e modernas que pareciam indicar que a era de dominação alemã e das elites tradicionais naquele Império se aproximava do fim. As respostas desses círculos radicais podiam variar desde uma reforçada fidelidade à Monarquia ou ao catolicismo (combinada com novos elementos, como o antisemitismo ou um antiliberalismo declarado), como no *Christlichsoziale Partei* de Karl Lueger. Ou, ainda, na rejeição da Monarquia e da própria independência austríaca em favor de uma ordem política ainda mais reacionária e que priorizava a etnia alemã, como a de Georg Ritter von Schönerer ou a do jovem Adolf Hitler.

Enfim, o importante a observar é que, se política interna e externa estão sempre imbricadas na maior parte dos Estados, o caso austro-húngaro em 1914 é realmente particular, já que essa associação era tão forte que não podia ser decomposta em partes individuais.

* Hotzendorf realmente foi uma figura de extrema importância na espiral militarista que levou o Império e o mundo à guerra. Ver, a respeito, DORNIK (2013) e SONDHHAUS (2000).

Anos atrás, o historiador Arno Mayer (1990) causou polêmica com a sua tese de que o Antigo Regime não havia sido eliminado, na Europa, na esteira das revoluções inglesa e francesa, mas permanecido em posição dominante até as duas guerras mundiais. Na sua visão, as elites aristocráticas europeias teriam sido capazes de controlar a onda democrática e a ascensão da burguesia, mas, ainda assim, estavam temerosas pelo futuro e considerando que apenas a guerra poderia restaurar a sua posição no interno de suas sociedades. Isso teria promovido um ethos militarista que teria levado ao conflito em 1914, numa tentativa das elites aristocráticas de reverter até mesmo os poucos avanços democráticos obtidos até então. O fato de ter sido justamente a guerra que acabou por favorecer a expansão da democracia e o fim dos regimes aristocráticos na Europa após 1918 e 1945 não mudaria, no seu entendimento, esse dado de fundo.

A tese de Mayer causou, como seria de se esperar, imensos debates, já que, ao contrário da historiografia tradicional, que explicava o conflito por questões de disputa imperialista ou de política externa, transferia para a política interna dos países europeus e o equilíbrio entre as classes sociais a responsabilidade pela eclosão do conflito mundial em 1914. Ele também considerava que a flecha da história, em 1914, não indicava uma sociedade europeia em que uma burguesia triunfante convivía e ia eliminando os “restos” da antiga sociedade, mas uma em que essa última estava sendo capaz de metabolizar as novidades da modernidade e manter o seu domínio. Uma inversão da perspectiva tradicional, especialmente a marxista.

Uma das maiores críticas que podemos fazer ao trabalho de Mayer é que ele uniformizou realidades distintas. No caso da Inglaterra e da França, por exemplo, o processo de modernização capitalista e democrática já estava tão avançado que as forças da antiga ordem estavam em franca retirada e/ou sendo absorvidas enquanto, em casos como o da Rússia, era

justamente o contrário. A tese de Mayer, provavelmente, serviria melhor para a modernização autoritária da Alemanha e, acima de tudo, para o caso da Áustria-Hungria.

Do mesmo modo, ainda que houvesse questões de política interna imbricadas às de política externa em todos os países europeus, os elementos centrais que levaram França, Inglaterra ou Itália a entrarem no conflito foram de ordem externa, econômicas ou estratégicas. No caso alemão, é possível que o crescente questionamento da ordem tradicional pelas classes trabalhadoras possa ter estimulado o militarismo prussiano, mas também aqui motivações de poder e prestígio internacional estavam presentes.

É no caso austro-húngaro, provavelmente, que as teses de Mayer ganham mais substância, ainda mais porque o país tinha ambições internacionais limitadas e no qual, portanto, o sonho imperial jogou um peso menor. Não que elas não existissem, especialmente no tocante à manutenção do status de grande potência e à penetração econômica e estratégica na direção dos Balcãs e da Turquia (SCIARRONE, 2013). Do mesmo modo, depois da entrada na guerra e com o seu prosseguimento, as ambições imperialistas do Império cresceram, especialmente nos Balcãs, até para justificar os imensos sacrifícios, e, muitas vezes, em oposição aos seus aliados búlgaros e alemães. (WARGELIN, 1997 e FRIED, 2012 e 2014). Num primeiro momento, contudo, as ambições externas da Áustria-Hungria parecem ter sido insuficientes para explicar a decisão de uma guerra, a qual, talvez, mereça ser vista também pela ótica dos equilíbrios de poder internos.

Com efeito, uma parte substancial das elites militares, diplomáticas e políticas sentia o seu poder interno sendo minado pelas forças da mudança social e pelo crescente papel do nacionalismo e o seu prestígio internacional em cheque. A decisão de entrar em guerra representou a vitória daquelas forças reacionárias e tradicionais que Arno Mayer tanto criticou

e a esperança dessas forças de restaurar seus privilégios, poder e prestígio (internos e externos) através da mesma. Tais esperanças foram, claro, frustradas pelo fato de o conflito ter se estendido e se prolongado para muito além do imaginado.

Dessa forma, após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em junho de 1914, Viena apresentou um ultimato extremamente duro à Sérvia, praticamente obrigando-a a recusar. Tal recusa provocou a declaração de guerra austro-húngara em 28 de julho de 1914 e, num movimento de cascata, o início de uma guerra geral dias depois. O fato de a Áustria-Hungria só se dispor a declarar guerra contra a Sérvia (e a Rússia) após ter obtido o apoio alemão tornou ainda mais difícil evitar essa escalada do conflito, que logo se tornou europeu e mundial. Dentro da política – interna e externa – da Áustria-Hungria está, portanto, uma boa parte das contradições e crises que levaram ao suicídio europeu a partir de 1914, o que é tradicionalmente ignorado em favor de um foco maior nas responsabilidades da Alemanha*.

As elites austro-húngaras cometeram, assim, um erro crucial em 1914? Não há como negar isso. Barbara Tuchman (1994), de forma embrionária, e, mais recentemente, Christopher Clark (2012), destacaram como a Primeira Guerra Mundial teve origem a partir da incapacidade dos tomadores de decisão europeus em entenderem o que estava a acontecer e de responderem a isso de uma forma adequada. A crítica a essa análise, claro, é que os tomadores de decisão não eram totalmente livres e que nem sempre eles podiam se dar ao luxo de romper com estruturas geopolíticas, mapas mentais ou contingências políticas internas e externas que eles não controlavam.

* Aproximo-me, nesse aspecto, das conclusões de Samuel Williamson sobre as responsabilidades da Áustria-Hungria na deflagração do primeiro conflito mundial. Ver WILLIAMSON (1988 e 1991).

Do mesmo modo, eles não podiam saber aonde suas ações os levariam, a não ser quando não era mais possível a reversão da rota. No caso dos austro-húngaros, isso é ainda mais relevante. Hoje, é fácil reconhecer como a decisão de entrar em guerra representou o fim do Império. Em 1914, contudo, apesar das fortes hesitações e dúvidas, era possível imaginar que a guerra seria rápida e com efeitos positivos para o Estado e para os que o comandavam.

O Império Austro-Húngaro na Primeira Guerra Mundial

Foram os austro-húngaros que dispararam os primeiros tiros do conflito ao invadirem a Sérvia já em agosto de 1914, tendo sido obrigados a bater em retirada. A ação militar imperial nos primeiros meses de conflito revelou de imediato as debilidades da máquina de guerra de Viena e de Budapeste e a dependência da alemã.

Em termos estratégicos, um dos objetivos centrais da obsessão do general von Hotzendorf em desfechar ataques preventivos contra a Sérvia (o que ele sugeriu por inúmeras vezes entre 1908 e 1914) ou contra a Itália (como em 1908 e 1911) era evitar que os austro-húngaros tivessem que combater simultaneamente em várias frentes. No entanto, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, foi justamente esse cenário que as tropas de Viena e Budapeste tiveram que dar conta. Pequenos contingentes austro-húngaros foram empenhados na Palestina e na França* e tropas imperiais ocuparam territórios

* As unidades de artilharia pesada austríaca eram especialmente bem vistas pelos turcos e alemães, que solicitaram a sua presença nas linhas de frente já no início da guerra. Em 1918, quatro divisões austro-húngaras foram enviadas à frente ocidental para

na Albânia, Sérvia, Montenegro, Albânia, Romênia, Itália e Ucrânia*. Além disso, houve escaramuças no mar Adriático contra os italianos e o Exército imperial combateu extensivamente nos Balcãs (contra a Sérvia e na invasão do Montenegro e da Albânia), na Itália (após 1915) e, especialmente, na frente oriental, contra a Romênia (depois de 1916) e, acima de tudo, contra os russos**.

O plano de guerra austro-húngaro de 1914, concebido pelo general von Hotzendorf, indicava o envio de um Exército para invadir a Sérvia e de outro para conter os russos na fronteira da Galícia, enquanto um terceiro grupo de tropas ficaria na reserva. Confiando que os alemães os apoiariam na contenção dos russos (cuja mobilização, aliás, demoraria), as tropas de reserva também foram encaminhadas para a fronteira sérvia. Quando ficou claro, contudo, que a mobilização russa caminhava mais rápido do que o previsto e que os alemães priorizavam a invasão da França, a reserva teve que ser chamada de volta, mas não chegou a tempo de alterar as coisas.

Para tornar a situação ainda mais temível, os austro-húngaros, sob ordens diretas de von Hotzendorf, tomaram uma atitude ofensiva contra os russos, muito mais numerosos. O resultado foi o colapso total daquela frente em apenas alguns meses. Entre agosto e setembro de 1914, as perdas

apoiar a ofensiva geral alemã daquele ano. Ver, entre outros, LAPARRA (2002) e FISCHER (2014).

* Sobre as várias políticas de ocupação austro-húngara durante a guerra, ver, como exemplo, SCHEER (2009) e GUMZ (2009).

** O mais minucioso relato (1222 páginas) das batalhas e das ações militares do Império durante a guerra é RAUCHENSTEINER (2013). Um manancial de informações, ainda que, obviamente, datado tanto em termos metodológicos como ideológicos, é Glaise-Horstenau (1930-39), disponível em <http://www.univie.ac.at/voeb/blog/?p=30010>. Uma tradução livre para o inglês das suas milhares de páginas está em <http://www.comroestudios.com/StanHanna/>. Ambos os acessos em 25/1/2015.

austro-húngaras foram imensas, fortalezas consideradas inexpugnáveis, como Przemyśl, foram perdidas e vastos territórios imperiais na Galícia caíram sob o controle russo. Ficou evidente que, sem a ajuda alemã, o Império Austro-Húngaro não teria nenhuma chance de vitória contra as tropas czaristas.

Na luta entre os três grandes Impérios da Europa oriental (a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia) nos anos a seguir, esse padrão se repetiu. Todas as vezes que enfrentavam os russos, os austro-húngaros tendiam a ser derrotados e apenas a chegada maciça de tropas alemãs, mais bem armadas e adestradas, invertia a situação.

Já em 1914, como visto, os russos tinham, por volta de setembro, matado, ferido ou capturado mais de 400 mil soldados imperiais e ameaçavam avançar pela planície húngara. Apenas o auxílio alemão salvou os austro-húngaros do colapso. Em 1915, uma decisiva ação alemã na frente oriental colocou os russos na defensiva e eles sofreram algumas derrotas de peso. De fato, em 1915, o Exército russo sofreu a grande derrota de Gorlice-Tarnow e teve suas tropas expulsas do saliente polonês. Dezenas de divisões russas foram destruídas e soldados alemães entraram em Varsóvia, Vilna, Brest e Kovno, o que aliviou a situação estratégica do Império Austro-Húngaro.

Em 1916, com os alemães engajados no Ocidente, os russos tiveram tempo para absorver novos recrutas e armas e preparar uma nova ofensiva geral, conhecida como "Ofensiva Brusilov", desfechada em junho desse ano. Mais de 1,5 milhão de alemães e, especialmente, austro-húngaros foram mortos, feridos ou capturados entre junho e agosto de 1916 e vinte mil quilômetros quadrados de território capturados, naquele que foi um imenso sucesso das tropas czaristas. Tropas alemãs foram rapidamente transferidas, contudo, da frente ocidental e soldados austríacos voltaram da Itália, permitindo aos germânicos restaurar o equilíbrio. Mesmo assim, a "Ofensiva

Brusilov” representou um golpe mortal para o Exército austro-húngaro na frente oriental. Ele estava sendo sangrado, igualmente, na frente italiana.

Em 24 de maio de 1915, a Itália declarou guerra à Áustria-Hungria e, em 1916, à Alemanha, confiante que teria um conflito curto, com poucas baixas e grandes ganhos. Em junho de 1915, os italianos atacaram, no que seria a primeira de doze ofensivas entre 1915 e 1916. Nessas ofensivas, os italianos foram derrotados, mas as perdas austro-húngaras em homens e material também foram grandes.* Em maio de 1916, por fim, a Áustria-Hungria lançou a sua *Strafexpedition*, uma campanha concebida pelo general von Hotzendorf para golpear decisivamente a Itália. Seu fracasso foi um sinal evidente que a capacidade do k.u.k. para lançar operações de forma independente não existia mais. Apenas em outubro de 1917, com maciço apoio alemão, é que os austro-húngaros lançaram uma contra ofensiva bem sucedida na frente italiana, que culminou na Batalha de Caporetto, a qual custou quase 300 mil baixas aos italianos.

O Exército italiano só voltou à ofensiva em 1918, quando uma ofensiva vitoriosa, a de Vittorio Vêneto, foi lançada e ajudou a destruir o Exército austro-húngaro. Nessa ofensiva, contudo, ele só teve sucesso graças à situação de quase que total colapso do Estado austro-húngaro e a substancial apoio francês e, especialmente, inglês.

Na verdade, o Império Austro-Húngaro lutou de forma muito melhor do que muitos supunham de início. Ao contrário do previsto, a maior parte das nacionalidades se revelou fiel ao Império (ao menos, até as fases finais da guerra) e ao imperador e os casos de deserção ou deslealdade foram relativamente

* Sobre o fronte italiano, em português, ver BERTONHA (2005 e 2011). Sobre o Exército imperial nesse fronte, é muito informativo CAPPELLANO (2002).

poucos, com a exceção dos tchecos. Alemães, húngaros, eslovenos, bósnios e croatas se revelaram confiáveis, enquanto muitos sérvios ou poloneses combateram contra os italianos com tenacidade. Apesar de perdas gigantescas (1,2 milhão de mortes e quase 3,6 milhões de feridos e prisioneiros) e da crescente desconfiança do Alto Comando frente a seus soldados dado o crescimento das agitações nacionalistas e sociais (CORNWALL, 1997 e 2006), o Exército manteve-se em linha até o fim, só se dissolvendo nos momentos finais.

A capacidade produtiva austro-húngara também foi capaz de sustentar minimamente os seus militares em quatro anos de conflito, ainda que sem a relativa abundância de recursos dos alemães e, especialmente, dos Aliados (KANN, 1997; ORTNER, 2013 e WATSON, 2014). Em 1917-1918, o Império havia vencido a Sérvia, a Romênia e a Rússia e continha as forças italianas. O custo, contudo, havia sido extremo e as tropas de Viena e Budapeste haviam atingido seu limite.

A situação militar austro-húngara em 1918, com certeza, era extremamente difícil, mas o colapso final só se deu dentro de uma crise social, política e institucional que se articulou com a dimensão militar. O imenso esforço de guerra havia revelado as debilidades econômicas e institucionais do Império. A falta de ferrovias, capacidade industrial e matérias primas pagou o seu preço e a carência de alimentos levou à fome generalizada em Viena e em outras cidades (HEALY, 2004).

Tal carência veio da perda de importantes áreas agrícolas na Galícia, do bloqueio naval aliado e da diminuição dos envios de alimentos por parte da Hungria, indicando como a dificuldade em fazer as duas metades do Império caminhar juntas, já existentes em tempo de paz, se tornaram críticas durante a guerra (WARGELIN, 2000). À crise econômica e social e aos problemas militares se uniu uma crise de legitimidade do poder, especialmente depois da morte do imperador Francisco José, em 1916.

Entre os historiadores, não há consenso sobre o ponto exato em que a ruptura interna passou de possível para inevitável e em que as nacionalidades passaram a ver seu futuro inevitavelmente fora do Império. A publicação dos 18 pontos do Presidente Wilson (8/1/1918), a assinatura do tratado de Brest-Litovsk* (3/3/1918), o fracasso da ofensiva alemã na França e o início da contraofensiva aliada (8/8/1918), os pedidos de armistício da Bulgária (28/9/1918) e do Império Turco-otomano (30/10/1918) e a vitória italiana em Vittorio Veneto (24/10/1918) são alguns desses possíveis pontos de “não retorno”.

O importante, nesse ponto, é compreender que as forças armadas imperiais, em 1918, tinham sido, sem dúvida, derrotadas. Mesmo assim, enquanto o Exército alemão retornou para casa depois da derrota e o Estado alemão continuou a existir, ainda que em outra roupagem, os Exércitos imperiais literalmente se dissolveram, assim como o Estado a que serviam. Isso indica uma dinâmica diversa, de um Estado que “implodiu” ou “foi implodido” pela derrota militar e pela paralela crise social e do sistema político.

Na verdade, o principal debate historiográfico sobre o Império Austro-Húngaro continua a ser, justamente, sobre as razões do seu desmoronamento, as quais oscilam, em linhas gerais, entre dois polos. De um lado, os que identificam razões internas – normalmente, as pressões nacionalistas – como a fonte da decadência, como se o destino do Império tivesse sido apenas acelerado pela guerra. Do outro, os que localizam nas

* O Tratado de Brest-Litovsky e as imensas concessões austríacas à Alemanha teriam frustrado muitas forças, especialmente os poloneses, ainda leais à Monarquia e revelado aos Aliados a impossibilidade de separar Viena e Budapeste do domínio de Berlim, com conseqüências políticas expressivas. Ver WARGELIN (1997). Isso pode explicar, igualmente, porque a propaganda aliada, especialmente a italiana, passou a enfatizar o apelo às nacionalidades do Império a partir desse momento. Ver CORNWALL (2000).

pressões externas – a guerra – o elemento crucial que destruiu uma estrutura política que estava a se reformar e que poderia ter sobrevivido.* Ninguém discorda que ambos os aspectos estiveram presentes, mas o grau de articulação das pressões internas e externas é ainda tema de debate.

A única conclusão possível é que, com a guerra, o Império Austro-Húngaro conseguiu exatamente o que tentava evitar, ou seja, o seu próprio fim, não apenas como grande potência, mas como Estado e sociedade. Ironicamente, mesmo uma vitória alemã na guerra teria sido uma derrota austro-húngara, pois a dependência do Império do aliado mais forte já havia se tornado quase um protetorado e isso prosseguiria, provavelmente, numa Europa na qual a Alemanha fosse vencedora (SHANAFELT, 1985). Se um dos seus objetivos, na guerra, era reforçar seu status de grande potência e independência dentro da aliança germânica, os resultados obtidos foram exatamente os opostos.

Conclusões

A modernização incompleta e a construção de uma geometria de poder ainda não plenamente burguesa, mas não mais absolutista, não eram, com certeza, questões exclusivamente austríacas, assim como o problema dos nacionalismos. Em termos políticos, é provável que o Império Austro-Húngaro estivesse mais perto do caso alemão, enquanto, em termos de problemas de nacionalidades, o caso russo ou otomano eram os mais próximos. Na sua modernização capitalista e industrial incompleta,

* Para exemplos das duas correntes, VALIANI (1996) e FEITJO (1992). O uso dos termos “dissolução” e “destruição” nos títulos não é, nesse contexto, ocasional. Dentro do universo anglo-saxão, um bom resumo do mesmo debate e sua contextualização em termos europeus está em Sked (2001).

por sua vez, é provável que o Império estivesse mais perto do modelo italiano, incluindo uma dicotomia industrial-agrária longe de absoluta, mas existente, entre as suas duas metades, assim como a Itália a tinha entre o sul e o norte. Os Impérios russo ou alemão ou as democracias inglesa ou francesa também tinham suas crises institucionais e de legitimidade e havia falhas nos processos decisórios. No caso austro-húngaro, contudo, esses problemas eram potencializados.

O maior problema austro-húngaro, provavelmente, é que a modernização econômica incompleta e a complexa engenharia política criada em 1867 podiam ser suficientes para garantir a sobrevivência de um Estado mais homogêneo, com poucas ameaças nas fronteiras ou com poucas pretensões de “grande potência”. Não era esse, contudo, o caso do Império Austro-Húngaro, que tinha que gerenciar uma sociedade heterogênea em pleno despertar dos nacionalismos, estava numa das áreas mais instáveis geopoliticamente da Europa e cujas elites acreditavam firmemente que o Império era e deveria continuar a ser uma grande potência.

Em outras palavras, mesmo passando por um processo de modernização econômica e industrial que se refletiu numa militar e do Estado, os recursos a disposição de Viena e Budapeste para agir internacionalmente se tornavam, proporcionalmente, cada vez menores no decorrer do período 1867-1914. Do mesmo modo, apesar de a estrutura social e política montada para resolver os problemas de múltiplas nacionalidades na “era dos nacionalismos” ter sido bem sucedida (já que o Império sobreviveu até praticamente os últimos dias da guerra), ela também se revelou complexa demais e, no limite, ineficiente frente a Estados com processos decisórios e de legitimização do poder mais claros.

No decorrer do “longo século XIX”, fica evidente, dessa forma, que a posição internacional do Estado austro-húngaro foi se tornando cada vez mais precária. Mesmo sem ambições de

uma *Weltpolitik* como a Alemanha, o Império tinha pretensões de continuar a exercer um papel independente nas relações internacionais europeias, mas ele foi sendo cada vez mais marginalizado e colocado na dependência do poder alemão, até a perda quase total de autonomia após 1914. Richard Bosworth (1979) chamou a Itália de “a última das grandes potências”. É a se questionar se esse título não deveria ser do Império Austro-Húngaro ou, mesmo, se o Império já não havia abandonado esse status ao final do século XIX.

Essa dicotomia entre o desejo de permanecer ou ser reconhecido no rol das grandes potências sem ter os recursos necessários para tanto também não foi uma exclusividade austríaca. A Itália, por exemplo, também foi afetada por ela. No entanto, enquanto a tentativa italiana de exercer o papel de grande potência acabou por atrair desgraças e problemas apenas a ela, a austro-húngara, até pela sua posição geográfica e pela sua ligação direta com a grande potência europeia em ascensão em 1914 – a Alemanha – destruiu não apenas o seu próprio Estado e a sua própria sociedade, mas todo um continente e uma civilização.

O pano de fundo da Primeira Guerra Mundial pode ter sido a disputa pelo poder mundial entre as potências de primeiro time, como a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido e a França. Em Viena e Budapeste, contudo, também se tomaram resoluções cruciais que levaram a eclosão do conflito em 1914 e, se o Império Austro-Húngaro foi um participante importante no mundo pré-1914, suas responsabilidades na eclosão do conflito que destruiu esse mundo não devem ser esquecidas.

Parte IV
A Segunda Guerra Mundial:
história e historiografia

Sobre a necessidade de uma história social da guerra: notas sobre a II Guerra Mundial em alguns livros didáticos*

De 1989 a 1995, o tema Segunda Guerra Mundial voltou à cena com força total. Cadernos especiais nos jornais, programas na televisão, debates nas Universidades (...), a lista de produtores culturais que se utilizaram dos aniversários dos grandes acontecimentos da Segunda Guerra Mundial para criar e recuperar um certo tipo de memória sobre o conflito é imensa, o que revela como este conflito sulcou fundo a memória coletiva do século XX.

Essa memória é criada e reelaborada todo o tempo e apresenta facetas muito diversas, cuja variedade não se deve apenas às diferentes posições intelectuais dos historiadores, mas também devido a um esforço de criação de argumentos e justificativas para o debate político do presente. Um dos temas clássicos da historiografia contemporânea – a Segunda Guerra Mundial – continua, pois, muito importante e não deve ser examinado apenas quando se completam seus aniversários, mas todo o tempo e especialmente nas escolas.

Os livros didáticos e paradidáticos fornecem um dos materiais mais imediatos que professores e alunos dispõem

* Publicado originalmente em *Cadernos de História*, n. 6: 135-143, 1996. Aproveitei também a resenha de Coggiola, Osvaldo. *A Segunda Guerra Mundial – Um balanço histórico*, São Paulo: FFLCH/USP, 1995 publicada originalmente na *Revista de História*, n. 136: 159-160, 1997. A partir das reflexões aqui presentes, foi publicado o livro paradidático *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Saraiva, 2001.

para iniciarem seus estudos sobre o tema. Em geral, tais livros destacam o tópico “Segunda Guerra Mundial” dentro de seus programas e fornecem uma série de fatos e acontecimentos que são, claro, altamente necessários para quem começa a estudar o assunto. Há, porém, alguns pontos que mereceriam maior atenção e discussão por parte dos professores e alunos que consomem estes livros. É no sentido de abrir a discussão sobre esses aspectos que o presente artigo foi escrito.

Cumprе ressaltar desde o início que não é possível apresentar, nas poucas páginas que se seguem, toda uma avaliação sobre o sentido da guerra e nem discutir todos os livros didáticos que se encontram no mercado. De fato, o dilúvio de informação sobre a Segunda Guerra Mundial que se acumula nas bibliotecas e a ampla disponibilidade de livros didáticos no mercado nos impedem de tentar tal aventura. Tudo o que se pôde fazer foi levantar informações em alguns livros didáticos disponíveis* e, a partir deles, dar algumas sugestões para a questão da II Guerra Mundial no ensino de Primeiro e Segundo Graus. É com esse enfoque que o artigo foi escrito e é com esse enfoque que se espera que ele seja lido.

A primeira questão que merece um pouco de cuidado é a do contexto histórico onde se incubou a Segunda Guerra Mundial. A esmagadora maioria dos livros didáticos que consultamos não consegue fazer as indispensáveis conexões entre o tópico Segunda Guerra Mundial e aqueles itens que deveriam ter sido vistos anteriormente pelos alunos, como a Primeira Guerra Mundial e o imperialismo europeu do século XIX, o que dificulta uma visão mais profunda do conflito. Os livros paradidáticos também apresentam esse problema, com o primeiro capítulo começando normalmente em 1918 e abandonando o que vem antes.

* Além de uma visão de conjunto a partir de uma dúzia de livros didáticos, também foram examinados os livros de VIZENTINI (1989) e TOTA (1987).

Claro que o problema de espaço é chave para explicar essa ausência de profundidade histórica nos textos analisados. Claro também que há limites nesse recuo temporal pois, se tentarmos reconstruir fielmente as conexões da história diplomática europeia, iremos recuando mais e mais e logo estaremos abordando as guerras de Luís XIV ou as lutas dos Habsburgo para dominar a Europa no século XVII. Não devemos ir tão longe. Um recuo até o marco de 1815 (o fim das guerras napoleônicas) nos parece suficiente para dar ao aluno uma amplitude maior sobre a formação da Segunda Guerra Mundial.

O ano de 1815 marca, de fato, a ascensão da Inglaterra ao trono de primeira potência mundial e o início de um processo – a Revolução Industrial – que provocou, no decorrer de todo o século XIX, diferentes índices de crescimento econômico e industrial entre as nações ocidentais, o que, dada à ligação entre a força econômica e a militar/política, causou alterações não só profundas como mais rápidas que nunca no sobe e desce das potências europeias na balança do poder

Nesse contexto é que, calcada num fantástico processo de desenvolvimento econômico e militar, surgiu um país, a Alemanha, disposta a alterar a seu favor a maneira como as grandes potências haviam distribuído entre si as riquezas do globo e que contava, graças a seu desenvolvimento econômico e industrial, dos recursos para fazer essa contestação. A incapacidade das demais nações em absorver os desejos desse colosso germânico foi causa chave, então, não só da Primeira como também da Segunda Guerra Mundial (KENNEDY, 1989).

O que se quer demonstrar, assim, é que a Segunda Guerra não se explica apenas a partir dos efeitos da Primeira. É obvio que há muitas diferenças (o caráter ideológico e de luta racial, por exemplo), entre a Primeira e a Segunda Guerras e também é importante notar que o esquema normalmente utilizado nos livros didáticos (“A Primeira Guerra Mundial causou um feroz crise econômica e social que facilitou a ascensão de regimes

expansionistas que, por sua vez, levaram a outra guerra”) é, apesar de algumas simplificações excessivas, válido. O que se quer, porém, é mostrar que as guerras mundiais também são expressão de um mesmo processo de reordenamento das áreas de influência entre as potências capitalistas que vem desde o século XIX e cuja principal falha – a incapacidade de satisfazer e absorver a Alemanha – também deve ser mencionada como explicação das duas guerras.

De fato, é básico explicar como e porque a ideologia nazista e seu militarismo e desejo de expansão conseguiram levar o mundo a uma guerra mundial. Se Hitler e o nazismo tivessem surgido, digamos, em um obscuro e pobre país africano, ele teria feito alguns terríveis massacres locais (como os de Ruanda, por exemplo) mas não mais que isso. O nazismo só conseguiu incendiar o mundo porque tinha a sua disposição os recursos econômicos e militares fornecidos por uma potência em ascensão, a Alemanha, que estava em ascensão justamente por processos – Revolução Industrial e tecnológica, desenvolvimento econômico e industrial acelerado, etc. – que vinham desde o século XIX. A profundidade histórica é, assim, básica.

A agressividade do nazismo também merece algumas considerações. Quando se leem os livros didáticos, ela fica no senso comum, parecendo autoexplicável. Ora, é básico inserir a política externa agressiva da Alemanha Nazista dentro de uma linha de continuidade que vem desde a Alemanha dos Kaisers com o mesmo objetivo: estabelecer a hegemonia alemã na Europa. Ao mesmo tempo, é importante perceber as especificidades da política da Alemanha nazista dentro dessa mesma linha, como o caráter racial das conquistas, as necessidades políticas de momento, a luta ideológica contra o comunismo, etc.* Uma visão de história como continuidade e mudança

* Para a política externa nazista, vide, por exemplo, Lee (1987). Dois pequenos mas úteis ensaios sobre a política externa alemã na era imperial são KENT (1982) e KENNAN (1985).

seria, assim, estabelecida e os benefícios de uma visão desse tipo para alunos acostumados a ver História de forma estanque e estática são óbvios.

Essa visão de História como continuidade e mudança, adaptação e reelaboração também pode nos ajudar a trabalhar com um ponto a que já fizemos referência linhas atrás: o caráter ideológico da Segunda Guerra Mundial, o qual merece alguma reflexão.

Alguns livros que consultei apresentam a II Guerra Mundial, de fato, de uma forma um pouco mitificada, ou seja, a luta da democracia e da luz contra a barbárie e as trevas. Tudo se resumiria, pois, a um conflito entre o bem e o mal.

É necessário um pouco de cuidado com essas afirmações. É absolutamente verdadeiro que, desde o início da ascensão do fascismo e do nazismo ao poder, houve um forte elemento ideológico atuando na adesão ou repulsa a eles, elemento este que quase que totalmente ausente na Primeira Guerra e que pode ser confirmado, por exemplo, no caráter fortemente ideológico (esquerda vs. direita) do conflito que antecedeu a II Guerra Mundial, ou seja, a Guerra Civil Espanhola.

Também é verdade que, com o decorrer da guerra, o seu caráter ideológico foi se acentuando (DE FELICE, 1988), como demonstra toda a publicidade ocidental em torno do tema “Mundo Livre vs. nazi-fascismo” e o caráter brutal da guerra na frente oriental, na qual nazismo e comunismo se enfrentaram com um nível de ferocidade inimaginável se não levarmos em conta que havia ali duas ideologias rivais com pontos em comum, mas que tinham que eliminar a outra para sobreviver.

Tudo isso não deve nos levar, porém, a simplificar em excesso as coisas e reduzir tudo à ideologia. Ela foi, sim, importante, mas a Segunda Guerra Mundial também teve elementos clássicos das relações entre as grandes potências: equilíbrios

de poder, disputas geopolíticas e econômicas,* nacionalismos, etc. De fato, é verdade que o comunismo se aliou à democracia ocidental para vencer o nazismo** mas, talvez mais que isso, foram os Aliados Ocidentais que se reuniram à União Soviética para sufocar um inimigo que ameaçava o equilíbrio de poder internacional. Ideologia e geopolítica estão, pois, associados na Segunda Guerra Mundial e não devemos reduzi-la apenas ao aspecto ideológico.

Aprofundando um pouco mais, entendemos que a própria apresentação da guerra também mereceria uma revisão. É comum sucederem-se, nos livros estudados, nomes de batalhas como Pearl Harbour, Stalingrado, Normandia, Kursk e outros; descrições detalhadas destas; biografias dos principais generais, etc. Isso deve ser, claro, mencionado (pois não se concebem livros para um público não especializado que eliminem as informações mais básicas) mas não basta: a simples enumeração de batalhas, vitórias e derrotas encobre, na realidade, as outras batalhas que também foram chave para definir os destinos do conflito, ou seja, as batalhas da mobilização industrial e humana maciça, a disputa científica e tecnológica, etc. que, em última instância, explicam a derrota do Eixo e a vitória dos Aliados.

Fica estranho, de fato, acompanhar uma descrição das batalhas da Segunda Guerra Mundial como se elas fossem au-

* É muito fácil selecionar exemplos nesse sentido (A guerra no Oceano Pacífico, por exemplo, onde americanos e japoneses lutaram em defesa de seus interesses geopolíticos e econômicos, sem que o aspecto ideológico estivesse presente) mas um em especial é chave: a aproximação da Itália fascista com a Alemanha nazista no fim dos anos 1930 parece ter obedecido mais a critérios geopolíticos (ainda que houvesse, claro, a solidariedade ideológica) que puramente ideologia.

** O que Félix Guattari (1986) chamou de “aliança para vencer uma máquina de desejo – o nazismo – que ficou louca e que ameaçava tanto o comunismo como o capitalismo”.

toexplicáveis, com os resultados dessas batalhas aparecendo sem uma abordagem dos processos maiores que os determinaram. A ascensão e queda do poder militar alemão e japonês, por exemplo, aparece nos livros como um fato dado, sem qualquer explicação razoável, enquanto sabemos que foi a enorme massa de recursos materiais e humanos mobilizados pelos Aliados que condicionou a sua vitória

Realmente, o que decidiu a Segunda Guerra Mundial não foi a bravura dos soldados ou a maior ou menor justiça das causas dos países em luta, mas a quantidade de homens e material que cada lado conseguiu mobilizar. Claro que se, em algum momento da guerra, a Alemanha ou o Japão tivessem conseguido, por exemplo, forçar a URSS ou os EUA à rendição, a guerra poderia ter se decidido de outra forma e uma batalha em particular poderia ter sido, assim, decisiva.

A partir do momento, porém, em que nem os Aliados nem o Eixo conseguiram impor a derrota ao inimigo em uma campanha decisiva, a Segunda Guerra se tornou uma guerra de atrito, onde o número e a qualidade dos homens e armas é que ia decidir o vencedor. Foi assim que o poder alemão e japonês foi eliminado: pela massa de recursos humanos e econômicos das duas grandes potências industriais do mundo na época (Estados Unidos e União Soviética) convertidos em poder militar. Vista dessa forma, a derrota do Eixo fica bem mais contextualizada e explicada. .

Essa menção a enorme mobilização das sociedades envolvidas no conflito – com efeitos em todos os aspectos da vida dessas sociedades – também nos fornece a chave para expor algo que consideramos fundamental: a superação de uma visão do conflito centrada unicamente no factual e episódico e que passe a englobar tanto a longa duração e a profundidade histórica na análise das relações que levaram à guerra e ao seu resultado (como já vimos) como aquilo que denominamos uma história social da guerra, ou seja, a abordagem das mudanças

que a guerra causou – nos campos social, cultural, científico, etc. – nas sociedades envolvidas e a influência dessas mudanças nos resultados do conflito e não simples descrição (ainda que esta seja, claro, necessária) de nomes de batalhas e generais.

De fato, uma história da guerra não pode se limitar às descrições de operações militares, das estratégias e biografias dos generais, etc. Ela precisa ser ampliada para abarcar os enormes esforços materiais e humanos das sociedades envolvidas, as políticas internas, as modificações sociais e culturais engendradas pela guerra (arte, literatura, posição das mulheres), o desenvolvimento científico, etc.* É um outro tipo de história da guerra que também precisa ser resgatado.

Para compreender bem a guerra e o mundo de hoje, é importante não deixar de citar, de fato, o enorme esforço de controle do operariado em todos os países envolvidos no conflito (inclusive o Brasil) para mais e mais produção; a entrada forçada (dada à mobilização masculina) das mulheres em massa no sistema fabril; o esquema de trabalho escravo nazista para manter a economia alemã funcionando e outros pontos que mostram as transformações sociais que a guerra provocou e que foram importantes demais, dados seus reflexos no mundo contemporâneo, para serem ignorados.

A ciência e a tecnologia também precisariam ser mencionadas. Os aviões a jato, os radares, os mísseis, as armas atômicas, a penicilina e até mesmo os computadores são frutos do esforço de milhares de cientistas trabalhando a serviço de seus países na guerra. Na realidade, a Segunda Guerra Mundial foi a primeira guerra na qual os cientistas foram mobilizados a serviço do esforço militar e os resultados dessa mobilização foram chave não só para a vitória dos Aliados como para a

* KENNEDY, Paul. "Saem nos EUA livros definitivos sobre a Segunda Guerra Mundial". *Folha de São Paulo*, 10/2/1990.

própria vida moderna, o que ressalta a necessidade de abordar também a “batalha” científica e não só as militares.

Um último ponto. Um dos maiores defeitos de nosso sistema de ensino (ou, ao menos, de parte dele) é a compartimentação da História em “blocos” (História Geral, do Brasil, da América, etc.) que, ministrados em anos diferentes da vida do aluno, fazem com que muitos deles não consigam relacionar a história do Brasil com a História ocidental ou mundial como um todo, o que é um grave problema para a formação desses estudantes.

No tópico em questão, isto é bastante evidente, com a maioria dos livros de História Moderna e contemporânea que consultei não indicando como o Brasil participou de todo o processo histórico que levou a guerra e nem a participação brasileira no conflito. Referências esparsas surgem aqui e ali, mas são insuficientes para mostrar ao aluno a complexa situação brasileira frente às grandes potências nos anos 1930, quando o governo brasileiro oscilava entre os EUA e a Alemanha em busca de concessões de ambos até se decidir pelo campo Aliado (GAMBINI, 1977; SEITENFUS, 1990); as relações de interinfluência entre a política externa e interna brasileiras, etc. Uma excelente oportunidade para mostrar ao aluno as conexões da “grande história” com a história nacional é, assim, perdida, deixando-o a mercê de visões que consideram a sociedade brasileira como estanque ou desconectada do mundo.

Essa observação finaliza esse texto, esperando que esse exercício que fiz de pensar a Segunda Guerra Mundial de uma forma mais flexível permita aos interessados no tema uma visão mais clara do conflito que determinou grande parte da história do século XX, da qual somos herdeiros e espectadores.

A Guerra das Embaixadas: as grandes potências e a propaganda estrangeira no Brasil do entre guerras*

O período é a Segunda Guerra Mundial. O local é o continente americano. O governo dos Estados Unidos quer o apoio dos seus vizinhos do sul para o combate ao nazismo. Para tanto, opta por uma política de ostensiva amizade com os latino americanos e pela exportação da cultura americana para o sul do Rio Grande. Nesse contexto, um país é absolutamente chave: o Brasil. E é para o Brasil que são destinados os maiores esforços da política de Boa Vizinhança de Roosevelt e da “conquista cultural” promovida pelos Estados Unidos. Eis o cenário que Antonio Pedro Tota nos apresenta em seu livro *O Imperialismo Sedutor*.

Após uma introdução onde o autor procura detalhar os interesses americanos no Brasil e a competição entre Berlim e Washington pelo país, o livro se desdobra em três capítulos. No primeiro, é reconstruída a história do principal órgão executivo americano para a sua política relativa ao Brasil (O “Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs”) e de seu diretor e principal mentor, Nelson Rockefeller. Também são indicados alguns elementos do sistema utilizado pelos Estados Unidos para promover a cultura americana no país. No segundo, são destacados os esforços americanos para promover a mão inversa e difundir aspectos da cultura brasileira na América do

* Resenha de TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor – A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Publicada originalmente em *LOCUS – Revista de História*, v. 12, n. 7: 159-164, 2001.

Norte. O terceiro capítulo, por sua vez, trabalha com o cinema e o rádio, fundamentais para a difusão da cultura e do modo de vida americanos no Brasil. O texto se conclui, por sua vez, com uma reflexão sobre a assimilação dos valores americanos no Brasil, sua absorção e reelaboração.

O livro de Antônio Pedro Tota é muito interessante em diversos aspectos. Um primeiro ponto de relevância é que ele complementa algumas análises já disponíveis sobre um momento especial das relações exteriores brasileiras, ou seja, quando a relevância estratégica do país foi substancialmente ampliada e a sua neutralidade e/ou simpatia foi disputada como em nenhum outro momento. Nesse jogo, a grande batalha foi travada, sem dúvida, entre Estados Unidos e Alemanha. Atores secundários como o Reino Unido, a França e a Itália também estiveram, porém, presentes.

A história dessa disputa entre os Aliados e o Eixo pela amizade brasileira, com a vitória final dos Aliados, já foi razoavelmente estudada (Ver SEITENFUS, 1985; PRADO, 1995; MOURA, 1984; GAMBINI, 1977 e ALVES, 1999) e não é difícil ver, na vitória americana, a influência de fatores muito objetivos (como a presença do Brasil na área geopolítica americana, a ameaça que a Alemanha podia representar para a integridade territorial brasileira, a associação que o governo Vargas fazia entre os alemães e os integralistas, o atendimento americano das exigências do governo brasileiro, etc.) e que ajudam a explicar como um governo com simpatias autoritárias se reuniu ao bloco dos Aliados durante a Segunda Guerra.

O que é ainda pouco conhecido, contudo, é um outro aspecto dessa disputa, ou seja, o fato que essa busca do apoio nacional pelas grandes potências se deu, em boa medida, pelo viés ideológico, transformando o Brasil desse período de 1936 a 1940, nos dizeres de Ricardo Seitenfus (1984), em campo de disputa ideológica das grandes potências. Esse elemento, a “Guerra das Embaixadas” pela conquista das mentes dos

brasileiros, se certamente não é esquecido dentro das análises acima citadas, há muito merecia uma análise mais aprofundada e o livro de Tota é muito útil para ajudar a preencher essa lacuna. Nós também já trabalhamos um pouco com esse tema, estudando basicamente a propaganda italiana para o Brasil (BERTONHA, 2000a e 2001a) através do uso da documentação italiana, inglesa e, secundariamente, alemã e é a partir desses documentos que temos alguns elementos para avaliar com mais cuidado a contribuição de Tota para o tema.

Essa contribuição não vem apenas da reconstrução dos esforços de propaganda americanos no Brasil. Tota tenta explicar também a razão da “Guerra das Embaixadas” ter sido vencida pelos Estados Unidos e, nesse ponto, suas reflexões sobre a superioridade do método americano lançam luz sobre a própria disputa como um todo naqueles anos. Realmente, os sistemas de propaganda montado por ingleses, franceses, italianos, alemães e americanos no Brasil eram, em linhas gerais, incrivelmente semelhantes. Todos eles procuravam difundir filmes de propaganda, distribuir artigos para os jornais, promover feiras e exposições, incentivar a radiofonia e promover as culturas nacionais (especialmente pela cooptação dos intelectuais e difusão da língua) para conseguir a simpatia da opinião pública. A intensidade dessa propaganda também segue padrões semelhantes, com uma escalada na década de 1930 e o auge nos anos iniciais da guerra. Os diferentes países envolvidos seguiram essas diretrizes básicas, contudo, de forma diversa, o que pode ajudar a explicar os seus sucessos e fracassos.

Utilizando as informações levantadas por Tota, podemos perceber como o primeiro ponto a se destacar, para explicar a vitória Aliada, é a presença da iniciativa privada americana desde há tempos no mundo cultural brasileiro, dominando o mercado cinematográfico, por exemplo. Ao criar uma infraestrutura prévia e ao acostumar o público brasileiro ao estilo do

cinema americano, esse controle quase que absoluto do mercado pelas empresas americanas certamente facilitou muito o trabalho da máquina de propaganda americana quando essa decidiu agir com mais intensidade no final dos anos 1930. A documentação italiana e alemã consultada pelo autor contém inúmeros registros, de fato, de como era difícil encontrar um espaço para a difusão do filme italiano e alemão quando o circuito comercial era dominado pelos americanos.

Outros fatores, como a dispersão dos esforços de propaganda alemão e italiano entre seus conacionais (enquanto americanos e ingleses, com poucos compatriotas no Brasil, podiam concentrar todos os seus esforços no público brasileiro), também afetaram a eficiência da propaganda do Eixo. A falta de habilidade e a arrogância dos alemães, em contraposição ao esforço dos americanos em fazer uma propaganda sutil e simpática, também certamente influenciou, pois há registros de que o público brasileiro não se sentia muito a vontade com a propaganda direta e ostensiva dos nazistas. Os próprios italianos, em alguns momentos, procuraram evitar uma associação aberta com os alemães no esforço de propaganda no Brasil, o que reflete não só as oscilantes relações entre as potências fascistas, como também o cuidado italiano em não perder a sua relativa popularidade no país pela associação direta com os arrogantes e pouco simpáticos alemães.

Um sinal desse maior tato americano foi o imenso cuidado que eles tiveram em dar aos brasileiros o sentimento de que o que estava ocorrendo era uma troca, e não uma conquista cultural. Para isso, trabalharam com cuidado a difusão cultural brasileira nos Estados Unidos. Alemães e italianos certamente não esqueceram disto, mas com pouco empenho, o que reflete seus próprios preconceitos e dilemas ideológicos. Teria sido possível, realmente, no contexto cultural do nazismo, a existência de uma Carmem Miranda alemã ou a difusão do samba entre os arianos?

O conteúdo da propaganda, porém, foi o elemento chave. Os alemães se concentraram na propaganda mais direta e ostensiva, enquanto os italianos eram mais sutis e tinham especial predileção (apesar de também fazerem propaganda direta) pela propaganda cultural e voltada aos intelectuais. Os americanos certamente dedicaram imensos esforços à propaganda direta e procuraram cativar os intelectuais, mas a chave do seu esforço foi a exportação da cultura de massa e este viés era muito mais do agrado do público brasileiro do que os outros. A documentação italiana, por exemplo, menciona continuamente o fato de que o enredo dos filmes italianos, mesmo os comerciais, tinham pouco apelo para os brasileiros. Não resta dúvida, realmente, de que Walt Disney, Glenn Miller e Orson Wells foram muito mais eficientes para ganhar as massas do que o Dr. Goebbels ou Dante Alighieri.

Alguns pontos de similaridade cultural também contaram, com certeza, para permitir a maior difusão da cultura popular americana do que a alemã/nazista. Certamente, para muitas pessoas daquele momento (e, em especial, alguns setores do governo, os integralistas e os descendentes de alemães no sul), o apelo do modelo germânico era grande. No entanto, fora do contexto cultural de onde havia nascido, ele fazia pouco sentido e teria sido realmente estranho se o grosso dos brasileiros tivesse preferido as lendas do Valhalla e as referências às tribos germânicas do que o Pato Donald ou o Zé Carioca, muito mais digeríveis pela cultura brasileira.

Essa questão da similaridade de tradições culturais e políticas atuava, inclusive, dentro do próprio universo do fascismo. Para muitos setores do governo, da Igreja Católica e da opinião pública brasileira, as ideias autoritárias do fascismo italiano faziam muito mais sentido do que a ideologia antisemita, racista e totalitária de Hitler, o que explica porque, em todo o período estudado, o primeiro tenha sido muito mais bem visto do que o segundo (BERTONHA, 2000b e 2001a).

Sem querer superestimar a força das ideias democráticas nas elites brasileiras naquele momento (pelo contrário), parece difícil acreditar que, se colocadas diante da necessidade de escolha entre o modelo americano (ainda que adaptado) e o nazista, elas teriam optado pelo segundo.

Evidentemente, é essencial analisar essas questões dentro de um contexto maior. Se as similaridades culturais mínimas e as qualidades da propaganda empregada facilitaram o trabalho dos americanos e esse trabalho ajudou a levar o Brasil para o campo aliado, dificilmente poderíamos esquecer que a própria aproximação do governo Vargas com Washington foi colocando dificuldades para a propaganda de o Eixo atuar (como alemães e italianos se queixavam continuamente). A identificação que muitos brasileiros faziam naquele momento entre o combate ao Eixo e o combate ao “Estado Novo” varguista também nos permite entender a força dos apelos da “democracia” americana. Por fim, temos que recordar a absoluta superioridade de recursos financeiros e materiais americanos, que verdadeiramente esmagou suas rivais a partir de um certo momento. Resta pensar se, malgrado todos os problemas levantados aqui, um Brasil geopoliticamente alinhado ao Eixo, onde este investisse recursos de propaganda equivalentes aos americanos e tivesse sinal verde para atuar teria conseguido resultados muito melhores do que obteve.

Tota colabora, portanto, para recuperar os esforços americanos nesse conflito e as razões de sua vitória. Também faz uma análise muito convincente da capacidade da cultura brasileira de absorver e assimilar elementos da cultura americana, o que permite que escapemos um pouco daquela visão dicotômica, onde a presença da cultura americana no Brasil só poderia servir ou para civilizar os bárbaros ou para destruir e obliterar a cultura nacional. Como mostra o autor, a cultura popular americana só fez sucesso no Brasil por ter elementos que faziam sentido para a cultura brasileira, sendo esses

elementos não apenas assimilados, mas escolhidos e recriados. Apenas por levantar essas questões chave, o livro de Tota já valeria a pena.

Dizer que o autor cumpre os objetivos a que se propôs não significa ignorar, porém, que o trabalho pode e deve ser ampliado, seja pelo autor, seja por outros que queiram seguir seus passos.

O primeiro ponto ainda se refere ao próprio esforço de propaganda americano. Os arquivos americanos a respeito (e especialmente o imenso fundo RG 239 – *Records of the Office of Inter-American Affairs*, do *National Archives*) ainda são, apesar de sua riqueza, pouco explorados e mereceriam uma maior atenção dos pesquisadores do Brasil. Tota fez um excelente uso desse material, mas não resta dúvida que muito mais poderia ser retirado dele.

Outro trabalho certamente custoso, mas que nos permitiria colocar em perspectiva essa “Guerra das Embaixadas”, seria um estudo comparativo das máquinas de propaganda italiana, alemã, americana, inglesa e francesa no Brasil daqueles anos, o que nos daria condições de verificar com mais precisão a relação de forças entre os diferentes competidores da guerra de propaganda. Tais dados não estão disponíveis atualmente e levá-los numa pesquisa mais aprofundada nos arquivos dos diferentes países envolvidos (e também nos arquivos brasileiros, como os do DOPS) seria um exercício que mereceria realmente a atenção de um pesquisador. O fato, como já ressaltado, dos métodos de conquista da opinião pública pelas várias embaixadas serem semelhantes e o intercruzamento e competição feroz entre essas redes de propaganda (que torna impossível entender uma sem a outra) apenas ressalta essa necessidade.

Podemos concluir, assim, que o livro de Tota é de suma importância e que cumpre o papel para o qual foi destinado, mas que ele deve ser considerado não o fim, mas o início de

um processo que nos permita recuperar tanto um momento único da história brasileira, como as interconexões da política nacional com a internacional, relevantes ainda hoje, mas especialmente importantes naquele momento.

O cotidiano dos civis durante as guerras mundiais*

Os homens praticam a guerra há milênios e, em todas elas, não apenas os militares, mas também os civis sofrem as suas consequências, ainda que nem sempre do mesmo modo. No mundo antigo e medieval e na Idade moderna europeia (séculos XVI a XVIII), a guerra era, em essência, uma questão dos militares e não havia, salvo exceções pontuais, recrutamento compulsório de homens para os Exércitos. Já na Idade moderna, os soldados normalmente eram mercenários, pagos para lutar pelo rei e pela Monarquia.

Nesse contexto, a população civil tinha que sustentar os militares produzindo armas, roupas, alimentos e tudo o mais que as forças armadas requeressem, além de prover os soldados para as fileiras, seja recrutados em pequena escala, seja pelo voluntariado. A função central da população civil, contudo, era pagar impostos e gerar as somas imensas que o Estado moderno precisava para sustentar as forças nos campos de batalha. Pagar impostos em tempos de guerra era algo que empobrecia e revoltava as populações civis, mas, salvo se elas estivessem numa área de guerra, nas fronteiras, elas eram pouco afetadas no seu dia a dia.

A Revolução francesa (1789) representou uma mudança radical nesse panorama. Desenvolveu-se o nacionalismo (ou seja, a ideia de que o Estado-nação é o representante de todos

* Texto inédito, preparado originalmente para a coleção *Araribá Plus – História*. São Paulo, Editora Moderna. Agradeço à Editora pela autorização de reprodução do texto.

os cidadãos e que eles devem a sua lealdade, acima de tudo, a este) e, como derivação, os princípios da “nação em armas” e da “guerra total”. Guerra não era mais algo a ser feito por mercenários, com a população civil à parte, mas por toda a nação e por soldados recrutados entre os civis. Esse novo paradigma foi aplicado já nas guerras revolucionárias e napoleônicas (1780-1815) e na Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865).

Com o recrutamento universal e a crescente difusão do sistema industrial (que permitia produção em massa de armas, uniformes e tudo o mais que era necessário para a vida militar) os Exércitos e Marinhas começaram a se expandir. Ano após ano, multidões de jovens prestavam serviço militar e, ao voltarem para casa, se incorporavam à reserva, a ser chamada em caso de necessidade.

As duas guerras mundiais foram o momento em que esses jovens retornaram às fileiras e em que Exércitos e Marinhas com milhões de homens lutaram uns com os outros. Esses Exércitos tinham que ser abastecidos e, como ambas as guerras duraram anos, as populações civis foram sendo cada vez mais sacrificadas para que seus respectivos países pudessem continuar em guerra. Não apenas milhões de civis em uniforme morriam ou saíam mutilados do campo de batalha, como as populações civis tiveram que pagar o preço por conflitos que se arrastaram por anos.

Um primeiro problema para os civis foi que a zona de combate se expandiu para dentro dos territórios nacionais. Na Primeira Guerra, isso ainda foi relativamente limitado, pois os combates se davam nas fronteiras e o interior da Alemanha ou da França ficou relativamente intacto. Mesmo assim, vastas áreas da Bélgica, da Rússia ou do norte da Itália foram devastadas em operações militares e os civis que ali viviam tiveram que lidar com isso. Na Segunda Guerra, a devastação foi ainda maior, englobando a Rússia ocidental, a França, a Itália, a Alemanha (após 1944), etc. O campo de batalha, agora, não se

limitava ao ponto de contato entre dois Exércitos e os civis pagaram preço alto por isso.

Além disso, as ideologias políticas tiveram um peso muito maior no segundo conflito mundial do que no primeiro. Houve, claro, massacres de civis entre 1914 e 1918 (sendo o principal o de armênios pelo Império turco-otomano), mas, na Segunda Guerra, a distinção entre civis e militares ficou ainda mais fluida: o outro lado era o inimigo, a ser destruído completamente, fosse ele civil ou militar.

Isso foi especialmente verdadeiro na frente oriental, na qual dois Estados (Alemanha e União Soviética) e duas ideologias (nazismo e comunismo) combateram até a morte, devastando todo o imenso território que vai de Berlim até Moscou. Sete milhões de soldados soviéticos morreram em combate, seis a oito milhões de civis soviéticos (vistos como uma “raça inferior”) foram mortos pelos alemães e outros dez milhões pereceram vitimados pela fome, excesso de trabalho e doenças. Na frente oriental, a distinção entre civis e militares quase desapareceu e, quando os soviéticos entraram na Alemanha, a vingança veio. Mesmo sem ter uma política deliberada de assassinato de civis como a nazista, os soldados do Exército Vermelho descarregaram sua raiva nos civis alemães, com saques, estupros em massa, etc.

Na Segunda Guerra, por fim, houve um diferencial de peso que explica a maior mortalidade de civis: a aviação estratégica. Entre 1918 e 1939, a aviação militar se desenvolveu tanto no campo técnico (melhores e mais armados aviões, com mais capacidade de carregar armamentos e material), como na teoria. Estrategistas elaboraram a ideia de que seria possível vencer um inimigo simplesmente destruindo sua base econômica (fábricas, usinas, ferrovias, etc.) a partir do ar. Também se desenvolveu uma teoria próxima, que afirmava que os civis eram alvos militares legítimos e que a destruição das cidades seria importante para abalar a moral e a vontade de lutar dos inimigos.

Isso fez da Segunda Guerra um conflito onde os civis sofreram muito por causa da morte que vinha pelo ar. A Alemanha foi a primeira a utilizar esse mecanismo durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), quando, em 26/4/1937, destruíram a pequena cidade espanhola de Guernica, matando centenas de pessoas. O vilarejo não era alvo militar nem estratégico, mas os alemães decidiram destruí-la tanto porque ela era uma cidade símbolo da resistência basca como porque queriam testar a sua doutrina de “bombardeio de terror” contra civis. Os alemães também utilizaram essa estratégia na Polônia em 1939, na Holanda em 1940 e, especialmente, na “Batalha da Inglaterra” em 1940, quando atacaram cidades inglesas como Coventry e Londres.

Foi justamente a Alemanha que pagou o preço mais alto por essa estratégia de ataque deliberado aos civis. A partir de 1943, os Aliados ocidentais (Estados Unidos e Império britânico) tinham total domínio aéreo na Europa e compartilhavam da ideia, que se revelou equivocada, de que o terror aéreo podia fazer o inimigo se render. As cidades alemãs foram, assim, submetidas a um dilúvio de bombas e fogo. Alvos estratégicos e econômicos foram visados, mas também a população civil se tornou alvo.

Dessa forma, cerca de 2,8 milhões de toneladas de bombas foram despejadas em alvos militares na França, Bélgica e outros países, mas, especialmente, na Alemanha. Cidades alemãs como Colônia, Hamburgo, Dresden e outras foram arrasadas e calcula-se que cerca de meio milhão de civis alemães foram mortos e um número quatorze vezes maior perdeu suas casas.

A Itália sofreu bombardeios moderados por parte dos Aliados (especialmente em Roma e Milão), mas o Japão foi especialmente visado pela aviação dos Estados Unidos. Muitas cidades, entre elas Tóquio, foram reduzidas a cinzas e entre 300 e 500 mil civis japoneses morreram, enquanto milhões ficaram sem casas. As bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki

foram, nesse sentido, apenas a coroação de um processo que vinha de antes.

Pensando na população civil, portanto, a Segunda Guerra Mundial foi muito mais mortífera, para os civis, do que qualquer outra na História, com a Primeira Guerra seguindo logo atrás na escala. No conflito entre 1914 e 1918, dos cerca de 15 milhões de pessoas que morreram, cerca de nove milhões eram soldados e seis milhões civis, ceifados pela fome e doenças, como a gripe espanhola. Para os padrões da maioria das guerras dos séculos XVI ou XVII, a proporção de civis mortos – 40% – durante a Primeira Guerra Mundial foi absurdamente alta. Não obstante, os números da Segunda Guerra, quando 55 milhões de pessoas (60% civis) morreram, conseguiram ser ainda superiores.

A morte não era, contudo, o único problema enfrentado pelos civis. Produzir armamentos e equipamentos militares na escala necessária para a guerra e mobilizar milhões de soldados para as frentes de batalha significou um desafio profundo às sociedades envolvidas nos dois conflitos. Com a transferência de recursos da agricultura para a indústria e a convocação de milhões de camponeses para o serviço militar, houve escassez de alimentos e bens de consumo em todos os países envolvidos.

No caso dos Aliados ocidentais (França, Inglaterra e Itália, especialmente), durante a Primeira Guerra Mundial, a disponibilidade dos recursos da América do Norte e o controle das vias marítimas (permitindo a importação de alimentos) aliviaram o problema, mas houve descontentamento popular e baixa na moral devido ao racionamento e à inflação. Já durante a Segunda Guerra, houve, na Itália e em outros países da Europa, escassez de comida e bens de consumo e uma explosão da inflação. Na Holanda, em 1944, por exemplo, houve fome generalizada e, em vários países do Leste Europeu, a ocupação alemã (com o saque dos recursos locais) tornou a

alimentação e a sobrevivência física a questão central da vida de milhões.

Já a Inglaterra, escaldada pela experiência de 1914-1918, se preparou melhor e a privação dos civis foi amenizada por um maior esforço de importação e produção local de alimentos e por um rígido racionamento que procurava garantir que todos recebessem o mínimo necessário para realizarem suas funções militares ou de apoio. Na verdade, o inglês médio teve acesso, durante a guerra, a uma alimentação mais saudável e adequada (ainda que não abundante) do que na época de paz, quando apenas os ricos podiam pagar por alimentos mais substanciais e não havia nenhuma orientação do Estado sobre a alimentação mais adequada.

Na Rússia, em 1914-1918, a desorganização da economia nacional causada pela sua participação no conflito mundial e pela guerra civil que veio depois levou a uma grande crise alimentar, a qual matou milhões de pessoas. Na Segunda Guerra, a população soviética também sofreu privações intensas, dada a devastação provocada pelos combates no território soviético e a total concentração dos recursos do país na produção militar. Os civis japoneses, por sua vez, que nada sofreram na Primeira Guerra, pagaram um preço altíssimo na Segunda, devido à queda na produção de arroz e ao bloqueio aéreo e naval dos Estados Unidos. A partir de 1943, os habitantes do Japão eram, na média, verdadeiros cadáveres ambulantes, subnutridos.

Na Alemanha e na Áustria-Hungria, em 1914-1918, a situação foi gravíssima, pois a combinação de uma indiferença crônica pela agricultura com o bloqueio naval aliado tornou a fome um problema central, e dramático, para a vida dos civis austríacos e alemães. O problema se tornou tão terrível que foi fator de enorme importância para a derrota desses países e sua capitulação em 1918. Tanto que, na guerra posterior, a Alemanha se preparou para essa situação, investindo mais na

agricultura e saqueando alimentos e recursos em toda a Europa para garantir a alimentação do seu povo, mesmo que a preço de matar outros de fome.

Nesse cenário, a grande exceção foram os Estados Unidos, tanto na Primeira Guerra (quando os civis foram pouco afetados), como, especialmente, na Segunda. Não só os militares americanos desfrutavam de suprimentos praticamente ilimitados (o que levava comentaristas alemães e soviéticos a chamá-los de "soldados do conforto"), como sua população viveu um período de abundância sem precedentes. Os salários médios aumentaram, o desemprego caiu a zero com a mobilização de milhões de homens para as forças armadas e a criação de 17 milhões de novos empregos na indústria bélica e a produção de bens de consumo continuou estável. Graças à sua capacidade econômica, os Estados Unidos foram o único país a sair das duas guerras (e especialmente da Segunda) mais ricos e prósperos do que antes.

As duas guerras, mas especialmente a Segunda, também testemunharam um imenso deslocamento de homens e mulheres em todas as direções. Civis fugiam das áreas de choque entre os vários Exércitos ou das cidades bombardeadas. A guerra obrigou milhões de pessoas, igualmente, a se mudarem para outras cidades para trabalharem na indústria bélica ou na mineração, o que ocorreu nos mais diferentes locais, e prisioneiros de guerra foram muito utilizados para serviços agrícolas ou outros por todos os beligerantes nos dois conflitos. Os casos mais marcantes foram o da União Soviética, que removeu milhões de operários do território invadido pelos alemães para o interior do país, em 1941, para retomar a produção bélica e o da Alemanha que, em 1944, abrigava sete milhões de estrangeiros no seu território, trazidos para sustentar a economia de guerra alemã.

O final das duas guerras mundiais, do mesmo modo, viu um movimento intenso de civis fugindo de áreas devastadas

ou de perseguições. Doze milhões de alemães fugiram do Exército Vermelho entre 1944 e 1945 e havia milhões de prisioneiros de guerra ou em campos de concentração, trabalhadores, fugitivos e refugiados que queriam voltar a seus países e/ou encontrar outro lugar para viver. O deslocamento de civis pós 1945 foi dos maiores que a História já viu, com todos os sofrimentos físicos e psicológicos que acontecem normalmente nesses processos.

Passando por tantas dificuldades e testemunhando o morticínio sem fim dos seus jovens nas linhas de combate, as populações envolvidas nas guerras tinham que ser convencidas de que havia algum motivo para a luta e que todo aquele esforço e sacrifício tinham algum sentido. Realmente, conquistar o apoio da população era chave e os dois lados procuraram induzi-las a acreditar, via propaganda, da justeza de sua causa. Utilizaram-se cartazes, jornais, transmissões de rádio e, no caso da Segunda Guerra, o cinema e outros métodos de cultura de massa.

O que variou, especialmente, foi o teor e o conteúdo da propaganda. A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra movida, em essência, pelo nacionalismo. Dessa forma, os beligerantes procuraram, antes de tudo, convencer os seus povos da justeza das suas reivindicações territoriais ou políticas e inflamar os instintos nacionalistas. Também se recorreu a estereótipos como o do alemão cruel ou do inglês cúvido para gerar ódio e vontade de lutar nas populações envolvidas.

O retorno desse esforço, contudo, teve retornos muito diferenciados e isso tem mais a ver com o contexto (maiores ou menores sacrifícios e perdas) de cada país em que a propaganda era aplicada do que à propaganda em si.

Na verdade, todos os Exércitos e sociedades envolvidos no conflito foram, em menor ou maior grau, afetados pela indisciplina, pela desmoralização e por um crescente desejo de paz, especialmente nos anos finais da guerra. Houve, por

exemplo, grandes motins no Exército francês em 1917 e, no mesmo ano, o Exército italiano quase se dissolveu após a derrota em Caporetto. A insatisfação era crescente também, tanto entre os militares como entre os civis, na Áustria-Hungria e na Inglaterra e, em 1917, a sociedade russa se fraturou e não só suas forças armadas entraram em colapso como seu próprio Estado se dissolveu.

A Segunda Guerra foi diferente. Com a possível exceção da Itália (na qual, em 1943, o Estado fascista de Mussolini entrou em colapso pela ação de forças internas e externas), os beligerantes continuaram na luta até a derrota ou vitória finais. Além disso, houve, ao lado de uma disputa entre Nações e Estados, uma fratura ideológica (democracias vs. fascismos ou comunismo vs. nazismo) na disputa. Isso deu um caráter diferenciado para as propagandas e também provocou “rachas” internos dentro de cada Estado ocupado pela Alemanha, por exemplo, obrigando os civis a decidirem se iriam colaborar com os ocupantes por concordarem com a sua ideologia, se oporem a ele por ser um inimigo da sua Nação ou tentarem ser, se é que isso era possível, neutros, seguindo o seu cotidiano.

Essa situação de colaboração e/ou conflito atravessou boa parte dos Estados envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Na Itália, na França, na Holanda, na Noruega e em outros locais, os civis se dividiram entre o combate ao invasor alemão ou ao apoio a ele, seja lutando ao lado dos alemães contra os Aliados, seja apoiando as atividades de repressão em cada país. A questão ideológica, a colaboração e a resistência transformou a população civil, ainda mais, em agentes tão importantes, para a guerra, quanto os próprios militares.

Outra questão específica das duas guerras mundiais foi a experiência do preconceito e da intolerância. Sempre houve, na história, pessoas assassinadas, em tempos de guerra ou de paz, por terem a cor da pele ou a religião diferente dos demais. Durante as duas guerras, contudo, a identificação do “outro”

como inimigo acabou por levar a massacres industriais de povos inteiros, como o que foi feito pelos turco-otomanos contra os armênios a partir de 1915.

As perseguições nazistas são, claro, as mais clamorosas provas da intolerância levada ao limite. Já em época de paz os nazistas perseguiram e aprisionaram socialistas, comunistas, homossexuais, deficientes físicos e mentais e outros opositores. Foi durante a Segunda Guerra, contudo, que eles se sentiram livres para atuar com mais determinação para resolver “problemas” como a existência de vastas comunidades ciganas ou judias, o que levou ao massacre, em escala industrial, de cerca de 6 milhões de judeus e, no mínimo, algumas centenas de milhares de ciganos. Dezenas de milhões de eslavos também pereceram, a maioria vítimas de fome ou violência nos países ocupados pelos nazistas, mas ao menos alguns milhões deles (prisioneiros de guerra soviéticos) morreram por inanição deliberada em campos de prisioneiros.

Em resumo, as guerras mundiais, ainda que de formas diferentes, viram um envolvimento muito maior dos civis com a guerra. Ao invés de apenas pagarem impostos e terem alguns de seus filhos recrutados para o combate, os civis eram agora vítimas de recrutamento maciço e pagavam um preço alto, em termos de carga de trabalho, privações e problemas, para sustentarem o esforço de guerra. Também eram objetos de controle e sedução (via propaganda) por parte do Estado de forma muito mais acentuada do que em épocas anteriores. No conjunto e na média, a conclusão é óbvia, ou seja, que os civis sofreram tanto ou mais do que os militares durante os conflitos armados do século XX.

Não obstante, como visto acima, a experiência dos civis não foi igual de país para país e de época para época. Dada essa diversidade de experiências, não espanta que os moradores de Viena em 1917 recordem a guerra como um horror de fome e bombardeios, enquanto as pessoas que viviam em Tóquio

em 1944 lembrem-se da fome, mas também das bombas que caíam dos céus quase todas as noites. Já os judeus lamentarão, com razão, o assassinato de tantos do seu povo nas mãos dos nazistas, enquanto os moradores de New York em 1918 ou 1945 vivenciaram a guerra com um olhar indiferente ou quase positivo, já que havia empregos e prosperidade.

Já as que viviam em São Paulo ou no Rio de Janeiro em 1942 ou 1943 se recordarão da falta de alimentos importados, gasolina e outros bens de consumo, da propaganda de guerra ou de como os exercícios de preparação contra ataques aéreos eram vistos como piada, tão improváveis que eram. Não haverá recordações, contudo, sobre massacres, perseguições, pessoas morrendo de fome pelas ruas e destruição de cidades.

No Brasil, realmente, houve alguma perseguição aos alemães e seus descendentes nas duas guerras e, especialmente, uma forte dirigida à comunidade japonesa durante a segunda. Mas não houve, com certeza, uma “experiência de guerra” real, pelo que a memória histórica brasileira (e também a de outros países, como a Argentina, o Chile ou o México) não tem registros fortes a esse respeito.

Nos dias de hoje, “guerras totais” como as duas mundiais são pouco prováveis e gerações de europeus, americanos e japoneses não conhecem os horrores da fome ou da morte no dia a dia. As guerras, contudo, continuam a ensanguentar o globo e os civis continuam a pagar seu preço. Na África, por exemplo, milhões de pessoas foram vítimas de guerras civis pelo poder ou por controle de recursos naturais (como diamantes ou petróleo) em locais como a Libéria ou o Congo. Homens foram mutilados, mulheres estupradas e muitos mais feridos ou mortos, enquanto multidões tiveram que fugir das suas regiões natais e se tornaram refugiados longe de casa.

Já na guerra civil vivida atualmente pela Síria, por exemplo, ou mesmo no Iraque e na Líbia recentemente, famílias inteiras, dezenas de milhares delas, foram assassinadas

propositadamente ou pereceram nas trocas de tiros entre os rivais, nas explosões das bombas e nos bombardeios aéreos, além de sofrerem com a desorganização da vida nas cidades, doenças e escassez de alimentos. Em todos esses conflitos, reaparecem igualmente a intolerância com grupos étnicos ou religiosos considerados inimigos, com as perseguições e assassinatos de lado a lado. A guerra continua a ser, como foi durante as guerras mundiais, assunto de todos e não apenas dos militares.

Ideologia ou *Realpolitik*: A formação das duas grandes alianças durante a Segunda Guerra Mundial*

A Segunda Guerra Mundial é, provavelmente, um dos temas mais explorados pela indústria cultural, especialmente, mas não só, a dos Estados Unidos. Mesmo setenta anos depois do seu término, a temática da Segunda Guerra continua a fornecer roteiros e argumentos para DVDs, séries para a televisão, filmes e outros produtos. Na mídia impressa, o mesmo pode ser dito, com um fluxo contínuo de matérias em jornais e revistas, de números especiais de revistas e fascículos e, especialmente, de livros. Impressiona, realmente, o suceder-se de títulos, os quais esmiúçam batalhas, armas, generais e quase todos os aspectos possíveis do conflito.

Na historiografia, o mesmo pode ser dito. O esforço para se compreender as origens da Segunda Guerra Mundial, o papel da Alemanha na mesma, as continuidades e as diferenças com relação à guerra mundial anterior e outros aspectos têm ocupado os esforços de gerações de historiadores. Entender e explicar porque os Aliados venceram e porque o Eixo perdeu também tem sido um foco comum nessa imensa produção historiográfica.

Um tema sobre o qual muito se publicou foi como cada uma das grandes potências envolvidas entrou na guerra e suas motivações para tanto. Sem querer entrar nessa verdadeira floresta de papel impresso, penso que vale a pena aproveitar

* Publicado originalmente em *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, n. 26: 7-22, 2016,

essa massa de conhecimentos acumulada para focar num eixo específico, o qual pode nos ajudar a compreender melhor o que foi, efetivamente, a Segunda Guerra Mundial, maior conflito armado da história humana.

Tal foco é a questão da motivação central que permitiu a formatação de duas alianças, os Aliados e o Eixo, e se essa motivação central teve um viés mais ideológico ou mais geopolítico. Ambos os aspectos estão presentes, evidentemente, mas a discussão sobre qual predominou pode facilitar a compreensão do processo de formação das duas alianças entre o final da década de 1930 e o início da de 1940, a qual não foi tão automática como se sugere.

O senso comum tende a reforçar esse automatismo, já que parece natural que os “bons” se unissem de um lado e os “maus”, do outro. No entanto, ainda que alguns padrões fossem evidentes (como a tendência de aproximação da Itália e da Alemanha ou da França e da Inglaterra), as alianças foram sendo construídas, num processo histórico no qual os problemas da geopolítica e da ideologia foram mais relevantes do que parece à primeira vista. Eles forneceram o esqueleto estrutural que os elementos conjunturais, os fatos, modificaram e alteraram.

Para tanto, o artigo se inicia com uma discussão sobre os próprios conceitos de *Realpolitik* e de “política externa ideológica”, de forma que possamos entender quais os termos em discussão. No item seguinte, examinarei a formatação das várias alianças, sempre com o foco nessa questão e privilegiando as sete potências centrais (O Império britânico, a França, os Estados Unidos, a União Soviética, a Alemanha, a Itália e o Japão) que dominaram os dois grupos, de forma a termos respostas para as questões gerais que procuro responder.

Ressalto, por fim, que serei extremamente econômico no tocante às referências bibliográficas, remetendo a outros livros meus (BERTONHA, 2001c, 2008 e 2011) para acesso à

bibliografia relevante e ao necessário aprofundamento dos temas aqui abordados.

Realpolitik e política ideológica

O que explica a atuação internacional dos Estados? Como e porque eles escolhem a cooperação ou o conflito? Estas são, provavelmente, algumas das questões chave a serem respondidas pelos teóricos das relações internacionais e resumir décadas de debates entre eles seria impossível nesse espaço.

Para nossos fins, a distinção mais relevante é, provavelmente, a que existe entre realistas e idealistas. Para os primeiros, mesmo levando-se em conta as suas diferenças internas, o Estado é o centro do sistema internacional e serve sempre ao interesse nacional, cuja forma mais básica é o desejo de sobrevivência e o acúmulo de poder. Os realistas, em geral, não se preocupam com as origens históricas de cada Estado, considerando que todos seguem os mesmos princípios de acúmulo de poder e competição, inevitável pela própria constituição anárquica do sistema de Estados.

No princípio realista, a ética ou outros valores seriam de importância menor e o único eixo para definir aliados e inimigos, manter e romper alianças, seria o interesse. Nesse princípio, portanto, a ideologia de uma dada elite dominante ou do grupo em comando do Estado seria de pouca importância dentro de um modelo de disputa quase a-histórico. Um Estado que se desviasse da sua função básica em favor de princípios ou de uma ideologia seria, literalmente, um que havia perdido de vista a realidade.

Os idealistas são um grupo mais heterogêneo, incluindo desde autores liberais que acreditam que a cooperação em torno de valores comuns pode superar a tendência ao conflito até os que proclamam a necessidade e a inevitabilidade do Estado

seguir princípios éticos, morais ou ideológicos que vão além do mero interesse.

Para a nossa discussão, esse debate maior se desdobra num particular: em que medida a Segunda Guerra Mundial foi um mero conflito entre Estados defendendo seus interesses, numa perspectiva realista, ou ideológica, ética, com valores como democracia, liberalismo, comunismo ou fascismo impactando na formação das várias políticas externas?

No caso da Itália fascista, da Alemanha nazista e da URSS, por exemplo, essa questão levou a debates pronunciados e que nunca chegaram a um consenso. Pensando no caso italiano, o qual discuti em profundidade em outro texto (BERTONHA, 2001b), alguns analistas apresentam o seu esforço internacionalista como, acima de tudo, um instrumento de projeção do poder italiano. Os fascismos no exterior só seriam apoiados enquanto força de desestabilização dos adversários geopolíticos da Itália ou nos locais onde esses movimentos poderiam dar origem a Estados satélites controlados por Roma ou, no mínimo, aumentar a influência italiana local.

É fácil comprovar que tal condicionamento geopolítico esteve muitas vezes presente no pensamento do regime voltado para o relacionamento interfascismos e que esse era imaginado muitas vezes como instrumento de compensação da fraqueza militar e econômica italiana.

Difícilmente, porém, seria factível separar, na estrutura de um regime fortemente fundado em princípios ideológicos, os interesses diretamente geopolíticos e aqueles ideológicos. De fato, é possível identificar uma tendência na política externa fascista que esteve presente desde os anos 1920, mas que adquiriu força e visibilidade nos anos 1930: a fusão dos objetivos nacionais do Estado italiano com aqueles de divulgação e expansão da ideologia fascista.

No bojo dessa tendência, os interesses nacionais e a ideologia fascista fundiam-se em um todo muitas vezes

contraditório e ambíguo, mas que passou a condicionar cada vez mais a política externa italiana a partir de então: os interesses do Estado italiano podiam ser atingidos através da carta ideológica (ou seja, através de um respeito e dependência de outros povos e nações à ideologia fascista, os quais se converteriam em aumento de prestígio e poder político da Itália), enquanto a própria expansão da ideologia fascista se daria, por sua vez, pelos mecanismos e instituições do Estado italiano.

Nesse contexto, falar em *Realpolitik* ou em “política baseada na ideologia” como polos totalmente opostos seria equivocado. O mesmo poderia ser dito da Alemanha nazista e seu esforço para tornar o Estado nacional alemão senhor da Europa e, ao mesmo tempo, reorganizar racialmente o mundo, segundo as linhas ideológicas do Partido nacional-socialista.

Concluindo, o que parece evidente é que há uma fratura temporal bem clara e explícita quando se pensa na questão da ideologia na política externa fascista. Os problemas oriundos da ideologia fascista que, antes de 1936/37, eram subordinados às necessidades geopolíticas e de expansionismo mais clássicas da Itália, passaram, a partir daquele momento, a ter um papel crescente na formação da política externa da Itália.

O caso italiano indica as dificuldades em separar com perfeição quais ações externas de um país se originam dos seus “interesses naturais” e quais se formam a partir da ideologia do grupo no comando do Estado. Tal regra serve para todos os Estados, mas adquire especial relevância no caso da Itália, da Alemanha e da URSS, nos quais uma perspectiva ideológica particular estava presente.

De qualquer modo, ao mesmo tempo em que ideologia e *Realpolitik* acabam por se confundir, há diferenças entre elas. Resta definir o papel de cada uma delas na formatação das Alianças da Segunda Guerra Mundial.

Aliados e Eixo: alianças automáticas?

As diferenças entre uma política externa baseada nos interesses geopolíticos, econômicos e militares mais diretos e uma centrada em uma ideologia particular se refletem na historiografia relacionada ao caráter da Segunda Guerra Mundial. Forma-se, assim, uma linha de fratura entre perspectivas diferentes, em especial a que surgiu entre os historiadores das relações internacionais e os ligados à história social e política.

Os historiadores das relações internacionais (ou, ao menos, uma boa parte deles) tendem a enfatizar a continuidade entre os dois conflitos mundiais dentro de um quadro maior de disputa interestatal que iria acontecer de qualquer forma, dando menos importância aos pressupostos ideológicos de cada potência.

Henry Kissinger (1999), por exemplo, tende a identificar as duas guerras mundiais como algo único e determinado, em essência, pela disputa pelo poder mundial. Na sua interpretação, totalmente coerente com a sua postura realista das relações internacionais, a questão central era a ambição alemã de ocupar um maior espaço no sistema econômico e estratégico internacional. Ele reconhece, evidentemente, as diferenças entre uma Alemanha imperial e uma nazista, mas, ao final, indica que o diferencial ideológico era menos importante do que a ambição do Estado alemão em modificar as regras do jogo mundial, o que obrigou à intervenção das potências anglo-saxãs e da Rússia.

O historiador Paul Kennedy (1989), famoso pela sua visão de longo prazo a respeito da ascensão e da queda das grandes potências, também tende a diminuir as diferenças entre 1914-1918 e 1939-1945. Na verdade, o que teria acontecido seria uma “longa guerra” de trinta anos para redefinir o equilíbrio internacional e de forças entre as grandes potências, a qual terminou com a anulação do principal desafiante – a

Alemanha – e a ascensão das potências extraeuropeias, ou seja, Estados Unidos e União Soviética.

Ainda nessa perspectiva, ainda que não de forma exatamente igual, os historiadores do sistema mundo e os marxistas clássicos tendem a ver as duas guerras mundiais como manifestações de um sistema capitalista que produz inevitavelmente competição e conflito dentro e entre os Estados-Nação. Nesse contexto, a ideologia de cada Estado-Nação seria fator menor em um sistema internacional inevitavelmente conflitivo.

Os historiadores sociais e políticos tendem, até pelo seu cuidado com os acontecimentos no interior das sociedades envolvidas, a uma postura um pouco diferente. Eles dão uma importância superior às ideologias e identificam, na presença das mesmas, um fator crucial para separar a Primeira da Segunda Guerra Mundial. Eric Hobsbawn (1997), assim, pensou a Segunda Guerra Mundial como uma luta entre os herdeiros (o capitalismo liberal e o socialismo) e os inimigos (o fascismo) do iluminismo. Já Félix Guattari (1986) a identificou como o conflito entre duas ideologias (o capitalismo e o comunismo) inimigas, mas estáveis, que tiveram que se reunir para destruir outra que havia ficado fora de controle (o fascismo e, especialmente, o nazismo) que ameaçava a todos.

Para esses e outros autores, as perspectivas ideológicas diversas teriam dividido não apenas os vários Estados, como também cada Estado internamente, num viés ideológico. A ferocidade da guerra na frente oriental, o surgimento de verdadeiras guerras civis em países como a Itália, a França ou a Bélgica e o colaboracionismo/resistência seriam elementos chave para comprovar isso.

Esses são argumentos de peso. A Primeira Guerra Mundial foi, num certo sentido, uma guerra simples, explicada por um elemento de fundo comum, ou seja, a mudança do contexto político, econômico e cultural a partir da metade do século XIX.

Antes, tínhamos nações mais ou menos satisfeitas com o seu papel no mundo e elites mais preocupadas em manter a ordem interna contra possíveis ameaças revolucionárias do que com aventuras no exterior. Já nos primeiros anos do século XX, os ideais nacionalistas, militaristas e de defesa da guerra estavam em ascensão, o que levou a maior parte das nações europeias a ambicionar mais territórios e poder, a acumular armamentos, etc.

Claro que esse contexto geral englobava variações consideráveis em termos da ideologia de cada um dos grandes Estados envolvidos. A Alemanha, por exemplo, apesar de ter uma cultura particularmente agressiva e expansionista naquele momento, ambicionava, em essência, o mesmo que as liberais França e Inglaterra ou a autocrática Rússia queriam, ou seja, colônias, territórios e hegemonia na Europa.

Em outras palavras, as potências liberais (França, Inglaterra, Estados Unidos e, em menor escala, a Itália) não formaram uma aliança para a difusão do liberalismo, mas para conter um rival nacional de peso, a Alemanha. Do mesmo modo, o caráter semiautocrático da Alemanha, da Áustria-Hungria e do Império turco-otomano facilitou, provavelmente, o diálogo entre esses países e foi aproveitado pela propaganda de guerra aliada. Não obstante, o cerne dessa aliança não era a derrota do sistema liberal, mas a conquista de elementos de poder material num contexto de disputa imperialista e de poder.

Em resumo, apesar da ideologia, enquanto conjunto de ideias e representações de mundo, estar presente na formatação da Primeira Guerra Mundial, seu papel foi secundário e os diversos Estados seguiram, em essência, o papel esperado dentro da lógica competitiva da época. Já na Segunda Guerra Mundial, a mesma essência competitiva esteve presente, numa renovada disputa pelo poder e pelos recursos mundiais, mas as ideologias acabaram por formar uma rede de relacionamentos de uma importância muito superior.

Assim, a Segunda Guerra teve a particularidade de ter sido uma guerra também grandemente ideológica. De fato, os anos entre 1918 e 1939 (e, especialmente, os entre 1929 e 1939) foram de intensa crise do sistema capitalista e agitação política e social. Os países democráticos, a URSS comunista e os regimes fascistas pensavam o mundo de forma diversa e essa oposição de ideias e políticas também ajudou a conduzir o mundo para a guerra em 1939. A Guerra Civil Espanhola entre 1936 e 1939 é um exemplo claro dessa influência das ideologias políticas na política internacional, na paz e na guerra naquele momento.

Assumir a importância da luta ideológica não significa afirmar, contudo, que as alianças já estavam previamente definidas pelo ideológico. O fascismo comum (apesar de algumas discordâncias chave) facilitou a aproximação entre Roma e Berlim, mas a perspectiva expansionista e de revisão da ordem internacional foram também fundamentais para a formatação do Eixo. Do mesmo modo, o sistema democrático compartilhado tornou mais simples o diálogo entre Londres, Washington e Paris, mas a defesa do status quo por todas essas potências também foi crucial para a sua aliança.

Em alguns momentos, além disso, perspectivas ideológicas transversais podiam indicar outros padrões de alianças. A União Soviética e a Alemanha nazista poderiam, por exemplo, ter reforçado a sua aliança a partir da perspectiva totalitária comum e vários livros de ficção trabalham nessa seara. Pensando nos termos de Norberto Bobbio (1995), o eixo da "igualdade/desigualdade" provavelmente aproximava as potências ocidentais da URSS, mas o eixo "liberdade/autoridade" poderia permitir, sem problemas exagerados, uma aliança contra a democracia que reuniria Tóquio, Roma e, especialmente, Berlim e Moscou.

No breve período de aliança russo-soviética, entre 1939 e 1941, foi justamente esse o discurso utilizado para justificar a aliança, ou seja, os povos revolucionários e que haviam

superado o liberalismo em oposição às decadentes democracias. Vários teóricos nazistas e soviéticos defendiam, inclusive, essa perspectiva, que poderia ter frutificado. Afinal, nesse momento, não apenas nazistas e comunistas haviam dividido a Europa oriental entre eles, como negociações de alto nível foram estabelecidas para negociar a entrada da URSS no Eixo. A ideologia não definia previamente as alianças, apesar de limitar seus contornos e possibilidades.

Tal ponto merece ser destacado. O Império britânico, por exemplo, caso resolvesse atacar outro Estado democrático para atender as suas ambições geopolíticas teria, provavelmente, dificuldades frente a sua opinião pública e a identidade ideológica era, pois, um inibidor. Essa inibição só existia, contudo, em um contexto delimitado. Em 1898, por exemplo, dois Estados liberal-democráticos (a França e a Inglaterra) quase entraram em guerra quando do incidente de Fachoda, na África, enquanto Estados Unidos e Reino Unido se enfrentaram na guerra de 1812.

São esses apenas dois exemplos de como a *“democratic peace theory”* (ou seja, a ideia de que Estados democrático-liberais hesitam em usar a força uns com os outros) não se sustenta historicamente como regra absoluta, ainda que seja razoável afirmar que o regime democrático é menos propenso a utilizar a força contra outras democracias do que outros regimes. (LAYNE, 1994; BROWN, 1996; GOERNNER, 2004)

No contexto da década de 1920 e 1930, no qual os principais Estados democráticos estavam na defensiva na arena internacional e no qual a ideia do liberalismo estava em pleno ataque, a defesa do liberalismo colaborava para o alinhamento delas no mesmo lado. Uma guerra entre fascistas e nazistas também teria suscitado perplexidades na Itália e na Alemanha, pois a impressão seria de uma guerra civil. Mesmo assim, o Estado-Maior italiano preparou planos nesse sentido por um longo período de tempo.

Em resumo, dentro de alguns limites, as ideologias podiam ser moldadas ou relativizadas para dar conta de interesses outros. Ao mesmo tempo, quando um Estado fundava a sua legitimidade em um conjunto específico de ideias, ele tendia a se aproximar de outros próximos, especialmente quando os seus interesses de poder também caminhavam na direção da mesma aliança.

A Segunda Guerra Mundial foi, portanto, mais complexa do que a anterior, com a disputa entre os Estados se associando com uma forte ideologização da política externa dos principais envolvidos e dividindo os vários Estados internamente. Se tivéssemos um laboratório no qual pudéssemos fazer experimentos com a História, seria possível obter a proporção de “interesses” e “ideologias” que levaram à guerra e explicam seus desdobramentos. Tal experimentação é, claro, impossível, mas podemos concluir que a Segunda Guerra Mundial apresentou continuidades e diferenças com relação à Primeira Guerra Mundial e que a questão da ideologia foi uma das principais diferenças.

Houve, contudo, diferenças entre os vários momentos e teatros da guerra. Nesse sentido, poderíamos entender que, na Segunda Guerra Mundial, três guerras simultâneas e paralelas estiveram presentes.

Três guerras em uma

Podemos perceber como, dentro daquilo que chamamos de “Segunda Guerra Mundial”, houve várias guerras interconectadas entre si. Antes de tudo, por questões operacionais e táticas. A Guerra do Pacífico, por exemplo, foi basicamente um confronto aéreo e naval entre japoneses e americanos, com os britânicos tendo um papel subsidiário e os soviéticos se mantendo a parte. Já a luta na frente oriental foi centrada quase

que exclusivamente na guerra de tanques, aviões e artilharia e travada entre soviéticos e alemães, com os americanos e ingleses se limitando a enviar algum apoio material (jipes, tanques, alimentos, aviões, aço) ao Exército Vermelho, especialmente nos anos críticos de 1941 e 1942. Na Europa Ocidental, igualmente, os alemães e italianos combateram basicamente os anglo saxões.

Tanto os Aliados como o Eixo também mantiveram relativamente pouca coordenação interna. Os alemães apoiaram o Japão, por exemplo, em seus esforços e vice versa, mas, na realidade, tanto Tóquio como Berlim foram independentes para implantarem as políticas que consideravam adequadas e os alemães não conseguiram sequer desviar o expansionismo do Japão em direção à União Soviética, aliviando sua frente oriental. A coordenação entre alemães e italianos entre 1940 e 1943 foi um pouco maior nas guerras na África, mas não foi perfeita.

Os aliados ocidentais tiveram uma coordenação muito mais significativa, com ingleses e americanos discutindo e debatendo continuamente como aplicar seus recursos durante o conflito. Isso não impediu, contudo, vários atritos entre eles e os ingleses habitualmente não influenciavam muito nas decisões referentes ao Pacífico, onde suas forças militares eram desprezíveis. Já entre os aliados ocidentais e os soviéticos, existiram alguns acordos e coordenação de ataques para acelerar a derrota alemã, mas não realmente algum tipo de comando conjunto. Cada uma das principais potências lutava a sua guerra particular, com suas especificidades e interesses específicos.

Isso também é evidente quando analisamos os interesses que levaram cada país ao conflito e o tipo de guerra que eles lutaram. O Império britânico entrou em conflito com a Itália e a Alemanha essencialmente por motivos de ordem estratégica, ou seja, preservar o Império, sua independência e

prosperidade. A questão central era impedir que um Estado como a Alemanha controlasse a Europa e, a partir dessa base de poder, formasse uma esquadra capaz de contestar o domínio britânico dos mares. Londres se opôs a Berlim por esse motivo em 1914 e, novamente, em 1939. A preocupação dos Estados Unidos com uma possível vitória alemã nesses dois conflitos também seguia esse padrão de preocupações.

A partir de pontos de vista diferentes, é evidente que Winston Churchill e Franklin Roosevelt desprezavam profundamente o nazismo, sua política plebeia e os riscos que ele representava para o sistema democrático. Se o regime nazista tivesse se desenvolvido, contudo, num país menos poderoso, é difícil acreditar que eles se preocupassem em demasia com ele.

Outro elemento nesse sentido é a questão da Itália fascista. O fato de a Itália ser uma ditadura não impediu o Reino Unido de se aproximar de Mussolini na década de 1920 e no início da de 1930. O próprio Churchill não via grandes defeitos no fascismo italiano e Franklin Roosevelt, no mínimo, o tolerava mais do que o nazismo.

A questão era que a Itália não tinha os elementos de poder para questionar a ordem anglo-saxã e, portanto, a sua ideologia pouco importava. Quando a Itália se colocou numa postura antialemana, como durante a Frente de Stresa, em 1935, França e Inglaterra não tiveram problemas em se aproximar de Roma e até em permitir a sua agressão a outro país, a Etiópia.

Dessa forma, quando a Itália se movia contra a Alemanha, os Aliados ocidentais viam suas afinidades ideológicas com o nazismo como de menor importância e o próprio governo italiano (e o alemão) ressaltavam essas diferenças no seu discurso.

O fascismo italiano só se tornou um inimigo quando a Itália começou a se aproximar da órbita alemã, na segunda metade da década de 1930 e a representar uma ameaça adicional ao status quo. A partir daí, o discurso geral passou a ser a

“inevitabilidade” da aliança teuto-italiana, uma aliança que a perspectiva ideológica comum tornava muito provável, mas não necessariamente definida desde o primeiro momento.

Na Europa ocidental, portanto, a guerra foi, essencialmente, uma de duas potências oceânicas (o Império britânico e os Estados Unidos) procurando anular um bloco alemão que poderia ser uma ameaça futura. A ideologia de cada Estado foi questão menor, a não ser na propaganda.

O mesmo poderia ser dito da guerra na Ásia. O desprezo racial entre americanos e japoneses e a visão de que seu modo de vida era superior ao do adversário tiveram, certamente, peso na deflagração das hostilidades entre eles e ajudam a explicar a dureza das batalhas nas ilhas do Pacífico. O ponto chave, contudo, era a disputa pelo espaço do Pacífico e pelo controle dos seus recursos, o que terminou com a vitória dos Estados Unidos.

Já a aliança entre o Japão, a Itália e a Alemanha foi, com certeza, facilitada pela perspectiva ideológica semelhante. O regime militar japonês não era, em termos conceituais, fascista, mas a proximidade em vários conceitos chave (como o racismo, o anticomunismo e o imperialismo) permitia que o Eixo existisse sem maiores problemas. O fato de as três potências serem revisionistas e em oposição à França, ao Império Britânico e aos Estados Unidos e de seus expansionismos se dirigirem a regiões diversas também facilitou em muito a formação desse grupo.

A frente oriental representou um padrão muito diferente. Como visto acima, a guerra entre a URSS e a Alemanha não estava pré-determinada pela História. Algum tipo de acontecimento conjuntural poderia, a princípio, ter levado as duas potências e ideologias a manterem o status quo de 1939-1941 ou mesmo a aprofundar essa aliança com base no ódio ao liberalismo.

Uma maciça intervenção franco-inglesa na guerra da Finlândia, em 1940, por exemplo, poderia ter sido esse

catalizador. Soldados franceses e ingleses atirando nos soviéticos poderia ter tido esse potencial de romper tendências e isso quase aconteceu, pois uma expedição de apoio aos finlandeses estava em planejamento em Londres e Paris naquele momento. O fato de isso não ter acontecido e a decisão alemã de invadir a URSS em 1941 mudou o quadro e indica a importância dos fatos, da conjuntura.

Novamente, a probabilidade maior era de conflito e não de cooperação entre os dois Estados e isso por uma combinação de elementos de Realpolitik, de disputa por poder e espaço, e pela competição ideológica.

Para o antigo Império alemão de antes da Primeira Guerra Mundial, a Europa Oriental e a Rússia eram territórios que deveriam fazer parte de um futuro espaço, dominado pela Alemanha, que criaria naquele espaço um novo Império. A mesma ambição ressurgiu com Adolf Hitler e os nazistas valorizavam ainda mais o domínio desse território, pois, segundo as suas crenças, seria ali que o povo alemão encontraria o "*Lebensraum*" (espaço vital) para sobreviver.

Para completar, os nazistas consideravam os comunistas, ao lado dos judeus, como seus inimigos mais perigosos e era justamente naquela região que se localizava o único Estado comunista do mundo, a União Soviética. Destruir a União Soviética era, pois, algo fundamental não só para dominar o local onde deveria surgir o Império nazista, como para esmagar a grande ideologia inimiga. Não é um acaso, portanto, que a Alemanha nazista tenha sido sempre tão obcecada com a União Soviética e invadido o país assim que teve oportunidade.

Foi também a oposição entre comunistas e nazistas, entre a direita e a esquerda que marcou a divisão ideológica dos principais países da Europa durante a guerra. Num conflito mais simples, nacionalista, os franceses ou os italianos se oporiam à ocupação alemã, salvo os oportunistas eventuais. Já durante a Segunda Guerra Mundial, a decisão de aceitar ou combater

a presença do Exército alemão era influenciada, também, pela ideologia, especialmente a que opôs a esquerda e a direita.

Dessa forma, políticos e grupos fascistas apoiaram abertamente a ocupação alemã de seus países, enquanto os conservadores e liberais viram nela um mal menor ou a consideravam uma oportunidade para iniciar um processo de renovação nacional. O caso da França de Vichy é, nesse sentido, exemplar. Já a esquerda, em linhas gerais, pegou em armas contra o invasor alemão e a ideologia nazista, com os comunistas na liderança.

Essa divisão com base na ideologia não levava a alinhamentos automáticos, contudo, novamente temperados por interesses e disputas pelo poder. O Reich alemão, por exemplo, preferiu, na maior parte dos casos, dar preferência ao colaboracionismo dos conservadores ou da antiga elite política e burocrática dos Estados ocupados, em detrimento dos partidos fascistas. Esses, em geral, tinham pouca legitimidade e popularidade e levá-los ao poder poderia ser contraproducente em termos da estabilidade e controle. Dessa forma, os fascistas, regra geral, foram aproveitados como força auxiliar da ocupação, mas não formaram a sua base, com a exceção de alguns casos, como a República de Saló e a Romênia ou a Hungria, mas apenas quando a alternativa conservadora não existia mais.

Em resumo, as ideologias forneciam um contorno preciso no qual os interesses geopolíticos e as disputas de poder se davam. Do mesmo modo, as ideologias alteravam a percepção desses interesses e dessas disputas. Em cada um dos teatros da guerra, e em seus vários momentos, essa combinação se deu de forma diferenciada.

Conclusões

Uma história escrita a partir do estrutural tem a vantagem de nos fazer separar com clareza o que realmente importa do

que é acessório. Pensando de forma estrutural, nós podemos identificar questões de longo prazo que, de outra forma, não seríamos capazes de captar e que, às vezes, os próprios agentes do período não identificavam.

Ao mesmo tempo, as pessoas, os homens e mulheres que fazem a História vivem no conjuntural, na camada mais próxima de fatos (anos ou décadas) que elas são capazes de identificar e com a qual tem que se relacionar. Por fim, os fatos imediatos, do dia a dia, são aqueles para os quais se demandam respostas e no qual o acaso, os acontecimentos, tem um peso mais relevante do que parece.

O entendimento do que foi a Segunda Guerra Mundial passa, provavelmente, pelo reconhecimento dessa situação. Havia uma questão estrutural, de fundo, que era a competição interimperialista. Desde o século XIX, havia potências interessadas em conseguir mais espaço, recursos e poder e outras que não queriam a sua posição. Nesse contexto, as duas guerras mundiais foram capítulos de uma mesma história, com especial destaque para o problema de como inserir a Alemanha dentro do sistema.

Em termos conjunturais, as tensões dessa competição foram amplificadas e modificadas pela ideologização da política externa depois da Primeira Guerra Mundial e o surgimento de ideologias como o fascismo, o nazismo e o comunismo. Ao problema da disputa imperial, surgiram sistemas de valores e ideias que contestavam ainda mais a ordem vigente. As ideologias não se substituíram a disputa tradicional, mas deram a ela um caráter diferente e delimitaram ainda mais as alianças e alinhamentos.

Por fim, os fatos continuam de importância e a Segunda Guerra Mundial poderia ter assumido uma nova configuração se os fatos, as decisões das pessoas fossem diferentes. Uma ação franco-britânica decisiva contra a URSS na Finlândia, a substituição de Churchill por uma liderança que aceitasse

melhor um acordo com Hitler, a Alemanha desistindo de atacar a URSS ou o Japão se abstendo de atacar Pearl Harbour seriam acontecimentos com grande potencial de romper tendências estruturais e conjunturais e levar a novas alianças.

Mesmo assim, o poder dos fatos não pode ser superestimado. A Alemanha queria o seu espaço de poder na Europa Oriental e o ódio ao comunismo por parte dos nazistas era tamanho que dificilmente uma aliança entre Berlim e Moscou se manteria, mesmo com Hitler suspendendo a operação Barbarossa. Os Estados Unidos não poderiam ficar indiferentes, até por uma questão de segurança nacional, a uma Alemanha dominando a Europa e um Japão que controlasse o Oriente, com ou sem Pearl Harbour.

Na verdade, olhando retrospectivamente, tudo caminhou para a formatação das duas grandes alianças. Estruturalmente, se opuseram os defensores e os opositores da ordem internacional e imperialista existente. Conjunturalmente, fascismo e democracia ficaram em lados opostos, com o comunismo se aliando aos primeiros tanto porque a sobrevivência nacional o exigia como porque a fratura entre esquerda e direita se revelou muito mais importante do que a existente entre democracia e autoritarismo.

Por fim, as decisões de Hitler, Churchill, Mussolini, Stalin e outros também foram nessa direção, indicando tanto a importância das decisões dos líderes, diplomatas e militares, como os limites que a conjuntura e a estrutura davam a eles. Todos os homens fazem a História tentando influenciar e modificar as tendências e as estruturas que herdaram do passado. Na Segunda Guerra Mundial, não foi diferente.

Parte V
Impérios e Imperialismos no século XX

Diplomacia, de Henry Kissinger*

Henry Kissinger é, com certeza, um dos mais influentes pensadores das relações internacionais desse século. Além de sua atuação direta na formação da política exterior americana, ele tem produzido uma infinidade de textos analisando e opinando sobre o papel da América no mundo atual. Seu último trabalho, *Diplomacia*, não foge deste padrão, mas é também um monumental trabalho de historiador, analisando a história das relações internacionais dos últimos 350 anos em mais de mil páginas de texto. Apresentar e avaliar esse último trabalho de Kissinger é o objetivo dessa resenha.

O livro se inicia com a formação do moderno sistema de Estados no século XVII e com Richelieu, visto como aquele que ajudou a superar o antigo sistema de valores medievais e a criar a política internacional como baseada na razão de Estado. Ele também analisa o equilíbrio de poder que fundamentou a política europeia nesse século e nos seguintes até chegar ao Congresso de Viena de 1815. Para Kissinger, a combinação de um consenso entre as elites europeias (priorizando a defesa da estabilidade e das Monarquias em detrimento das revoluções e da contestação social) com a construção, neste Congresso, de um cuidadoso equilíbrio de poder entre as grandes potências teria sido a chave da paz e da prosperidade europeias por quase um século a partir do fim das guerras napoleônicas.

* Resenha de KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Segunda Edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999. Publicado originalmente em *Via Mundi – Boletim de Análise do Estado da arte em relações internacionais*, Brasília, n.6: 13-15. Out/dez 2001.

Posto isso, ele procura demonstrar como esse sistema começou a entrar em colapso graças à ação de homens como Napoleão III e Bismarck. Estes teriam sido incapazes de perceber as sutilezas do sistema de Metternich e no lugar de seu sistema de relacionamento entre Estados baseado na fórmula “consenso + poder” teria surgido um outro onde apenas o poder bruto e a competição sem limites importavam. Uma derivação desse novo método de ver as relações internacionais teria sido a formação de alianças fixas, as quais seriam a prova final da morte da ideia do equilíbrio de poder e de sua flexibilidade. Dada essa situação e, com os contínuos erros cometidos pelos dirigentes ingleses, russos e, especialmente, alemães, a Primeira Guerra Mundial teria sido uma consequência lógica. Para Kissinger, assim, o abandono da política do equilíbrio de poder em favor da competição total teria sido a causa central dos massacres da Primeira Guerra Mundial.

Nos capítulos seguintes, ele estuda o sistema que procurou se criar no tratado de Versalhes em 1919 e explica, de forma bastante lúcida, o porquê de sua incapacidade de manter a paz na Europa. Para Kissinger, o sistema de Versalhes não poderia funcionar porque não se buscava a real conciliação com a Alemanha, não existiam valores comuns que realmente servissem de base para um consenso entre as potências e nem disposição para usar a força, se necessário, para manter o equilíbrio de poder entre os Estados envolvidos. Nesse contexto, a sua manutenção era improvável, quase impossível e Hitler teria sido apenas o responsável pelo fato do seu colapso ter se dado da pior maneira possível.

Depois, por várias centenas de páginas, o autor se dedica, com extrema meticulosidade, ao estudo das relações internacionais no período da Guerra Fria. Os pontos altos nessa parte do livro são suas análises da política de contenção americana durante frente à União Soviética e da Guerra do Vietnã, apesar do evidente parcialismo de quem esteve diretamente

envolvido nessas questões. O texto é finalizado com uma análise sobre o papel da América na nova ordem internacional, ao qual faremos referência a seguir.

É muito difícil não ficar impressionado com a magnitude do trabalho desenvolvido por Henry Kissinger. Ele consegue navegar sem dificuldade por temas que vão desde a política europeia do século XVII até as minúcias da competição anglo-alemã no XIX ou as realidades geopolíticas da Ásia oriental contemporânea. Com seu estilo fluente e claro (agora adequadamente traduzido nessa segunda edição), ler o seu trabalho é não apenas um prazer, como se constitui em tarefa fundamental para qualquer estudioso da história das relações internacionais.

Ainda assim, algumas observações e críticas podem e devem ser feitas. A primeira delas se refere ao próprio enfoque dado pelo autor. Como o próprio título sugere, o que realmente está em foco não é a história dos povos envolvidos na disputa internacional, mas o ponto de vista dos estadistas, dos diplomatas. A narrativa é sobre os sucessos e fracassos, planos e realizações deles e não é à toa que nomes como Bismarck, Pitt, Streseman, Churchill ou Gorbachev apareçam com tamanha frequência no livro.

A princípio, tal enfoque não seria um problema e seguramente não elimina os méritos do livro. No entanto, não só ele acabou tornando o texto excessivamente longo para atender a necessidade de delimitar, em cada época e contexto, o papel dos estadistas, seus projetos e perspectivas, como simplifica demais alguns problemas e situações que estavam muito além da ação pessoal de cada diplomata ou Ministro do Exterior envolvido.

É evidente que recuperar a importância dos homens que efetivamente conduziam a política externa e as máquinas dos Estados é importante inclusive para podermos ter uma história das relações internacionais que não se limite a abordar as

grandes tendências e estruturas, esquecendo que são homens de carne e osso que conduzem a política exterior, homens estes cujas perspectivas e pensamentos foram importantes para que os acontecimentos tomarem os rumos que tomaram e que, portanto, devem ser estudados com mais cuidado. Nesse sentido, é realmente difícil não concordar com a avaliação de Kissinger sobre como, por exemplo, as figuras de Adolf Hitler e de Franklin Roosevelt são fundamentais para entender a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, o autor poderia ter tomado mais cuidado em delimitar o contexto político, econômico e mental onde esses homens e diplomatas agiam e estabelecer com mais cuidado as possibilidades de pensamento e ação que cada época fornecia aos homens de Estado. Dizer que Kissinger não faz isso seria uma injustiça e suas análises da realidade de cada época são, em essência, corretas. No entanto, seu próprio enfoque mais personalista implica em concentração em indivíduos e na elite diplomática e da máquina estatal, o que pode levar, a nosso ver, a distorções da realidade.

Vejamos sua análise do período pré-Primeira Guerra Mundial. Ele tem razão em colocar como, à medida que as elites europeias iam se sentindo mais confiantes no seu domínio sobre suas sociedades a partir da segunda metade do século XIX, um freio potencial à guerra foi sendo suprimido (p. 168). No entanto, outros autores, como Arno Mayer (1990), também tem trabalhado com essas elites e constatado como ao menos uma fração delas também pensava, em vários momentos, na guerra como uma possível solução para consolidar ainda mais seu poder em suas sociedades. Ou seja, o que podemos verificar aqui é que havia várias transformações culturais ocorrendo naquele momento e que levavam à defesa do militarismo, do nacionalismo exacerbado e do imperialismo como forma de vida. Essas transformações vividas pelas elites europeias (especialmente a nobreza, mas também a burguesia) foram

compartilhadas por todos os diplomatas e homens de Estado e forneciam um contorno para as reflexões deles sobre a ordem internacional. Abstrair as grandes realidades e concentrar-se em homens e indivíduos, assim, pode ter seu lado positivo, mas requer enormes cuidados para evitar a impressão de que só os diplomatas fazem as relações internacionais.

Do mesmo modo, um dos elementos fundamentais para se entender a história as relações internacionais entre a metade do século XIX e a metade do século XX foi o diferencial de crescimento econômico, industrial e militar e a competição desenfreada por mercados e poder em escala mundial entre as principais potências do mundo nesse período. Kissinger está plenamente consciente da importância disto para explicar as guerras e transformações nesse século, mas é estranho que as referências ao colonialismo ou ao explosivo crescimento econômico e industrial da Alemanha e dos Estados Unidos, por exemplo, estejam tão fragmentadas em meio às análises sobre o pensamento de Wilson ou Bismarck, por exemplo. Se o livro do grande estudioso dessa questão, Paul Kennedy (1989), talvez tenha pecado pela ênfase excessiva em grandes estruturas e transformações econômicas (restando pouco espaço para os homens de carne e osso que viviam e refletiam sobre isto, tomando as decisões e fazendo as opções possíveis), o de Kissinger parece ter enveredado pelo caminho oposto. Pura questão de ênfase compreensível dentro das perspectivas de cada autor, mas que deve ser recordada para que possamos absorver o melhor de cada um deles.

Na verdade, o livro não objetiva simplesmente a análise histórica, mas tem um sentido de política presente bem definido. Todo o trabalho de Kissinger baseia-se, de fato, no pressuposto de que a América é uma nação idealista e que acredita que seus valores morais devem conduzir as relações internacionais. Isso seria positivo, mas potencialmente perigoso, pois levaria a América a perder de vista as realidades do

poder e suas próprias possibilidades e necessidades de ação dentro do cenário internacional. A missão de Kissinger, nesse contexto, seria recolocar o juízo na cabeça dos idealistas americanos e insistir que uma política de equilíbrio de poder era e é a melhor maneira de garantir a paz mundial, de garantir a sobrevivência e os interesses dos EUA e de difundir os próprios ideais que fariam da América uma nação tão especial. As muitas páginas que ele dedica ao estudo das políticas externas de Wilson e Theodore Roosevelt (com preferência pelo segundo, um autêntico cultor do equilíbrio do poder), sua evidente satisfação com a política realista que ele e Nixon implementaram na Casa Branca e a sua admiração por Stalin pelo mesmo motivo (mesmo sendo o autor um ferrenho anticomunista) demonstram isso. Sua defesa de Ronald Reagan como a perfeita soma do realismo com o idealismo americano não convence tanto, mas também se encaixa nesse esforço.

Para Kissinger, assim, o realismo seria a única maneira de manter o poder e os valores americanos num mundo onde a América irá inevitavelmente deixar de ser predominante como é hoje, no que se aproxima de outros realistas como Brezinski.

Tais reflexões de Kissinger precisam ser vistas com reservas. Em primeiro lugar, parece difícil acreditar que os “valores americanos” estejam tão entranhados na política exterior americana como quer Kissinger. Às vezes, a defesa dos valores americanos não passava (e passa) de cobertura para interesses políticos e econômicos dos mais clássicos e Kissinger tem enorme resistência em identificar isto.

Dizer isto não significa negar as particularidades da política exterior e da história dos Estados Unidos, as quais levaram, por exemplo, a uma resistência ao colonialismo direto no século XIX e à política de poder como vivenciada na Europa. Em muitos momentos de sua história, de fato, os Estados Unidos tiveram forte influência dos ideais democráticos e

liberais que construíram o país na constituição de sua política exterior (e que Kissinger é muito hábil em recuperar), gerando contradições e problemas que pareciam incompreensíveis para observadores acostumados à política de poder europeia. O próprio debate “realismo X idealismo”, típico da diplomacia e da Academia americanas, é um sinal claro das especificidades americanas.

No entanto, na maior parte da sua história, os Estados Unidos nunca foram tão idealistas na construção de sua política exterior como o autor procura demonstrar e sua ardorosa defesa da maior dose de realismo possível para essa política parece ser desnecessária. Na realidade, talvez a própria defesa de uma política cem por cento realista para superar os traços idealistas e a incoerência da política externa americana seja irrealista ao ignorar as tradições e as disputas políticas no interior da sociedade e do establishment governamental americano.

Posto isso, resta, apesar das intensas objeções de Kissinger e dos outros realistas a respeito, uma avaliação moral sobre essa política. Com certeza, uma política externa baseada completamente em ideais e sem cuidadosas avaliações geopolíticas, de interesses e dos equilíbrios de poder seria irreal e talvez perigosa. Não resta dúvida também que a política realista de Kissinger e Nixon foi bem sucedida, ajudando a isolar a URSS e a solapar o bloco comunista. No entanto, as vítimas do golpe de Pinochet em 1973 ou dos bombardeios no Vietnã e no Camboja poderiam se questionar se o realismo precisa chegar aos limites da barbárie. Uma questão que Metternich talvez não hesitasse em responder, mas da qual Kissinger parece querer manter distância.

Hobsbawm e a globalização*

No pensamento de Eric Hobsbawm, a globalização é um processo histórico cujas origens podem ser localizadas, cronologicamente, nas grandes navegações e na formação dos Impérios coloniais europeus do século XIX e que, em termos analíticos, se conecta à criação e desenvolvimento do capitalismo.

Não obstante, mesmo levando em conta as suas origens históricas, Hobsbawm concorda que o processo se acelerou nos últimos anos, sendo a sua característica mais óbvia e evidente a criação de uma economia global. Ela só pôde ocorrer devido aos avanços técnicos que permitiram a abolição da distância e do tempo via modernos sistemas de transportes e comunicações. Eles permitiram organizar a produção, e não apenas o comércio, em escala global. Assim, a produção econômica, hoje, pode ocorrer independentemente de fronteiras nacionais e continentais. Essa, aliás, é a grande diferença da globalização atual frente à economia global de antes de 1914, quando havia um movimento global de capital, mercadorias e mão de obra, mas no qual a produção ainda era localizada.

A globalização, enquanto processo, estaria ainda em andamento, não sendo ainda visível no horizonte o seu final. Assim, para Hobsbawm, podemos afirmar que vivemos em uma economia mais globalizada hoje do que a trinta anos, mas que o mundo estará mais globalizado ainda em 2050 e muito mais em 2100.

* Publicado originalmente, como verbete, em KOCHER, Bernardo. *Globalização. Atores, ideias e instituições*. Rio de Janeiro: Mauad/Contracapa, 2011, p. 164-165.

Ainda assim, os limites desse processo estariam claros. Seria difícil, senão impossível, chegar a um nível tal de mundialização da economia na qual todos os habitantes do planeta tivessem, em qualquer lugar, acesso aos mesmos bens e serviços. Tal impossibilidade derivaria tanto pelo simples fato de que, na sociedade capitalista, as pessoas não dispõem dos mesmos recursos financeiros e poder, como porque, para certos produtos e serviços, a disponibilidade absoluta é impossível pela sua própria natureza.

Assim, a globalização, num processo contínuo, tende a implicar num acesso mais amplo e homogêneo aos frutos da produção econômica e num elevado grau de padronização e homogeneização. Mas dificilmente chegar-se-á a uma situação de homogeneização completa dos mercados e de acesso a produtos, dada a própria estrutura da sociedade capitalista e a diversidade cultural do mundo. Em termos culturais, o mesmo poderia ser dito, com a criação de uma cultura de massas global (padronizada em certos aspectos, mas sincrética em outros) extremamente poderosa, mas que provavelmente não conseguirá, pela própria diversidade das culturas humanas, homogeneizar todo o mundo.

Além de indicar os limites do processo, Hobsbawm ressalta como ele não afeta de maneira equitativa todos os campos da atividade humana. Assim, embora se possa dizer que há uma tendência histórica natural para uma globalização cada vez mais acelerada nas áreas de tecnologia, comunicações e economia, isso não seria verdadeiro, por exemplo, para a política e a livre circulação de pessoas. Essa última, aliás, seria uma grande diferença da atual globalização frente à economia global pré-1914, quando a liberdade de movimento da mão de obra era quase total.

No seu ponto de vista, aliás, as restrições impostas pelos Estados à imigração no mundo atual, totalmente contrárias ao ideário da globalização, indicam como o poder dos Estados

Nacionais e da política foi afetado pela globalização, mas nem de longe eliminado, e que o jogo político é a grande arma para disciplinar e regulamentar a globalização.

Fica evidente, assim, como, na maneira pela qual Hobsbawm vê a questão, a globalização, como processo histórico, é irreversível e até mesmo inevitável. O mesmo não se daria com a ideologia baseada na globalização, ou seja, a neoliberal de livre mercado. Haveria, assim, dois conceitos bem distintos, mas que o discurso político e social tenderiam a confundir. Várias maneiras de criar uma sociedade global estariam disponíveis, não sendo uma regra divina que ela tenha que se restringir à liberalização dos mercados e à otimização dos lucros empresariais.

Nessa linha de raciocínio, seria quase impossível a um Estado e a uma sociedade resistirem ao processo de globalização a não ser pelo total isolamento. Mas seria sim possível combater a ideologia do livre mercado, impedindo as consequências sociais e políticas desastrosas do mesmo.

A visão de Hobsbawm, assim, é a de um marxista preocupado em compreender os acontecimentos dentro de uma análise processual de longo prazo e dando especial ênfase aos aspectos econômicos que o conduzem. Mas é também a visão de um marxista que não se esquece da ação humana nesse processo e os seus limites, a serem estabelecidos, em boa medida, aliás, justamente por essa ação.

Bibliografia citada

- ALLMAYER-BECK, Johann Christoph e LESSING, Erich. *Die K. (u.) K.-Armee, 1848-1914*. Munique: Gutersloh; Viena: Bertelsmann, 1974.
- ALVES, Vagner Camilo. “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Paradigma de inserção em conflito total e global para países periféricos e estrategicamente importantes”. *Contexto Internacional*, 21, 1: 49-82, 1999.
- BECKETT, Ian. *La Prima Guerra Mondiale*. Dodici punti di svolta. Turim: Einaudi, 2013.
- BERTONHA, João Fábio. “Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943”. *Revista de História Regional*, 5, 2: 83-110, 2000a.
- _____. “Observando o littorio do outro lado do Atlântico: a opinião pública brasileira e o fascismo italiano, 1922-1943”. *Tempo*, 9: 155-177. junho/2000b.
- _____. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001a.
- _____. “Entre Continuidade e ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema Histórico e político”. *Contexto Internacional*, 23, 2: 399-434, 2001b.
- _____. *A Segunda Guerra Mundial*, São Paulo: Saraiva, 2001c.
- _____. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.
- _____. *A Primeira Guerra Mundial – O conflito que mudou o mundo*. Maringá: Eduem, 2011.
- BETHELL, Leslie. *The Paraguayan War (1864-1870)*. Londres: University of London, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- BOSWORTH, Richard. *Italy, the least of the Great Powers: Italian foreign policy before the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

- BROWN, Michael et alii. *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- CAPPELLANO, Filippo. *L'Imperial Regio Esercito austro-ungarico sul fronte italiano (1915-1918): dai documenti del Servizio Informazioni dell'Esercito italiano*. Rovereto: Museo Storico Italiano della guerra, 2002.
- CERVO, Amado e RAPOPORT, Mário. *História do Cone Sul*. Brasília: Editora da UnB; Rio de Janeiro: REVAN, 1998.
- CHIAVENATO, Júlio J. *A guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe went to war in 1914*. Londres: Allen Lane, 2012.
- CORNWALL, Mark. *Morale and Patriotism in the Austro-Hungarian Army, 1914-1918*. In: HORNE, John (ed.) *State, Society and Mobilization in Europe during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 173-191.
- _____. *The undermining of Austria-Hungary: the battle for hearts and minds*. Londres e Nova York: Palgrave Macmillan, 2000.
- _____. The Habsburg monarchy: “National Trinity” and the elasticity of national allegiance. In: BAYCROFT, Timothy e HEWITSON, Mark (eds.) *What is a Nation? Europe 1789-1914*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 171-191.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: O Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- DÉAK, István. *Gli Ufficiali della Monarchia Asburgica*. Oltre il nazionalismo 1848-1918. Gorizia: Editrice Goriziana, 1994
- DE FELICE, Renzo de. *Entrevista sobre o fascismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DORNIK, Wolfram. *Des Kaisers Falke. Wirken und Nach-Wirken von Franz Conrad von Hötzendorf*. Innsbruck: Studienverlag, 2013.
- FEITJO, François. *Réquiem pour un empire défunt. Histoire de la destruction de l'Autriche-Hongrie*. Paris: Le Seuil, 1992.
- FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano – A explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

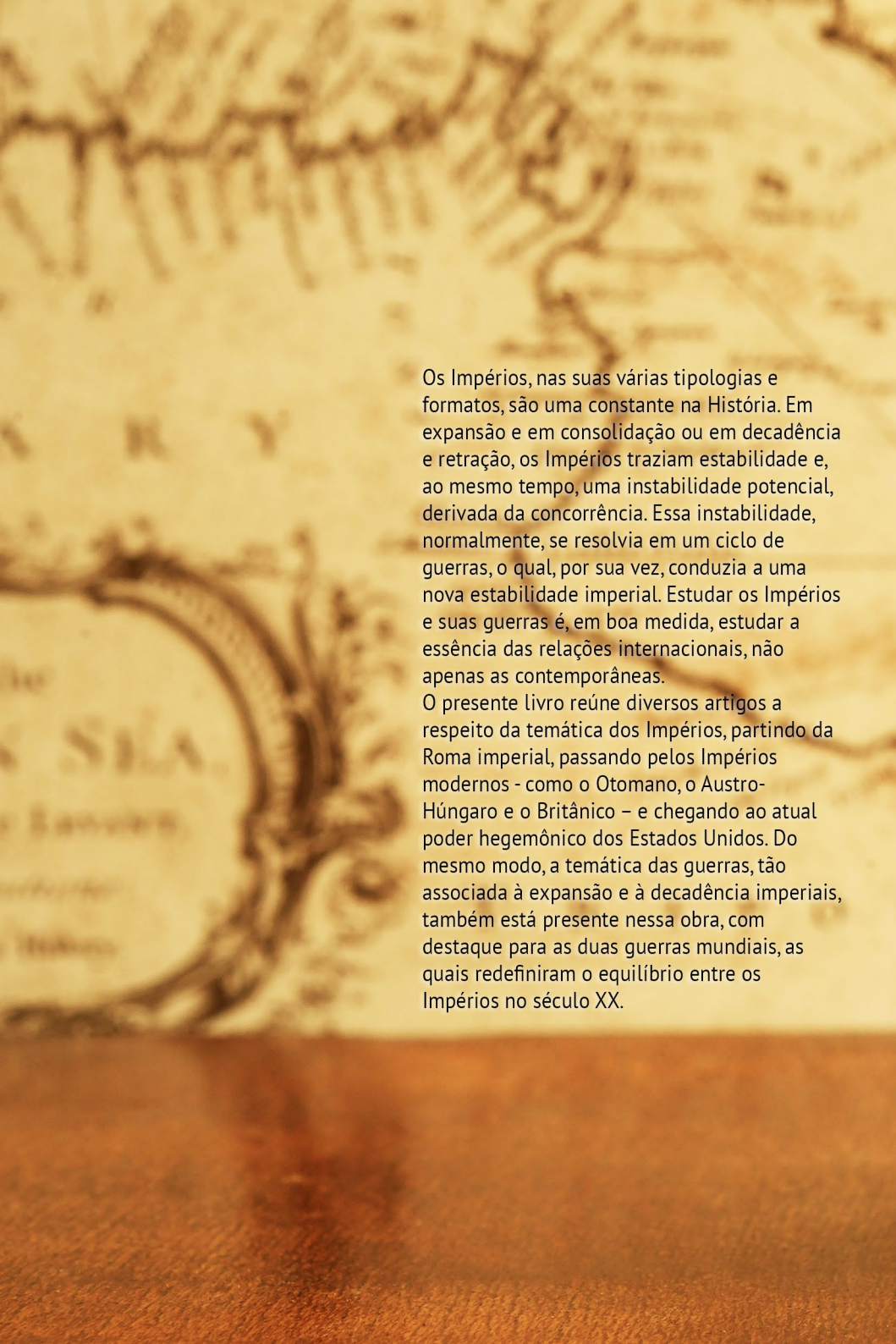
- FISCHER, Robert-Tarek. *Österreich-Ungarns Kampf um das Heilige Land. Kaiserliche Palästinalpolitik im Ersten Weltkrieg*. Berna e Frankfurt: Peter Lang, 2014.
- FRIED, Marvin. The cornerstone of Balkan power projection: Austro-Hungarian war aims and the problem of Albanian neutrality, 1914–1918. *Diplomacy & Statecraft*, 23, 3: 425-445, 2012.
- _____. *Austro-Hungarian war aims in the Balkans during World War I*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.
- GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. Influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GLAISE-HORSTENAU, Edmund. *Österreich-Ungarns letzter Krieg 1914–1918*. Viena: Verlag der Militärwissenschaftlichen Mitteilungen, 1930–39.
- GOENNER, Cullen F. “Uncertainty of the Liberal Peace”. *Journal of Peace Research*, 41, 5: 589–605, 2004.
- GOOD, David. *The economic rise of the Habsburg Empire, 1750-1914*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1984.
- GRUEN, E.S. “The Imperial Policy of Augustus” In: *Between Republica and Empire: Interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley e Los Angeles: University Of California Press, 1990, p. 395-416.
- GUATTARI, Félix. “Micropolítica do fascismo” In: *Revolução Molecular. Pulsões Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 173-190.
- GUMZ, Jonathan E. *The resurrection and collapse of Empire in Habsburg Serbia, 1914–1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HACKETT, J. *Warfare in the Ancient World*. Nova York: Checkmark Books. 1990.
- HEALY, Maureen. *Vienna and the fall of the Habsburg Empire: total war and everyday life in World War I*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *O Novo Século – Entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- _____. *Tempos fraturados*. Cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ISAAC, B. *The Limits of Empire*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- KANN, Robert (ed.). *The Habsburg Empire in World War I: essays on the intellectual, military, political, and economic aspects of the Habsburg war effort*. Boulder: East European Monographs, 1977.
- _____. *A History of the Habsburg Empire, 1526-1918*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1980.
- KENNAN, George Frost. *O declínio da ordem europeia de Bismarck*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KENT, George. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- KOS, Franz-Josef. *Die politischen und wirtschaftlichen Interessen Österreich-Ungarns und Deutschlands in Südosteuropa 1912 – 1913: die Adria, die Saloniki und die Kavallafraage*. Viena e Weimar: Bohlau Verlag, 1996a.
- _____. *Die Politik Österreich-Ungarns während der Orientkrise 1874/75-1879: Zum Verhältnis von politischer und militärischer Führung*. Colônia: Bohlau Verlag, 1996b.
- LACKEY, Scott W. *The rebirth of the Habsburg Army: Friedrich Beck and the rise of the General Staff*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1995.
- LAPARRA, Jean-Claude. *Le prix de l'alliance: Les Austro-Hongrois sur le front Ouest*. Louviers: Ysec Editions, 2002.
- LAYNE, Christopher. "Kant or Cant: The Myth of the Democratic Peace". *International Security*, 19, 2: 5-49, 1994.
- LEE, Stephen. *The European Dictatorships, 1918-1945*. Londres e Nova York: Routledge, 1987.
- LLOYD, Alan. *Battle in Antiquity*. Londres: Classical Press of Wales, 1996.

- MANN, J. "Power, force and the frontiers of the Empire". *Journal of Roman Studies*, 69: 175-183, 1979.
- MARTINS, Estevão de Rezende. "Império Austro-Húngaro: finis Austriae ou o ocaso da Monarquia do Danúbio." In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da. *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Campus, 2009, p. 205-214.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: A persistência do Antigo regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da UFMT, 1998.
- MOURA, Gérson. *Tio Sam chega ao Brasil – A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ORTNER, Christian. *Die k. u. k. Armee und ihr letzter Krieg*. Viena: Carl Gerold's Sohn, 2013.
- PALMER, Alan. *Francesco Giuseppe: Il lungo crepuscolo degli Asburgo*. Milão: Mondadori, 1995.
- PETER, Ernest. *Die k. u. k. Luftschiffer und Fliegertruppe Österreich-Ungarns: 1794-1919*. Stuttgart: Motorbuch-Verlag, 1981.
- POMER, León. *La Guerra Del Paraguay, ¡Gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.
- POTTER, D. "Empty Areas and Roman frontier Policy". *American Journal of Philology*, 113: 269-274, 1992.
- PRADO, Maria Lígia. "Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra". *Revista USP*, 26: 52-61, 1995.
- RAUCHENSTEINER, Manfred. *Der Erste Weltkrieg und das Ende der Habsburgermonarchie 1914-1918*. Viena: Böhlau Verlag, 2013.
- ROTHENBERG, Gunther. O Exército do Império Austro-Húngaro no período de 1868 a 1918: o estudo de um caso de força multiétnica In: WEIGLEY, Russell. *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, v. 2, p. 273-288.
- SCHEER, Tamara. *Zwischen Front und Heimat: Österreich-Ungarns Militärverwaltungen im Ersten Weltkrieg*. Frankfurt: Peter Lang, 2009.

- SCHORSKE, Karl. *Viena fin de Siècle*. Política e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCIARRONE, Roberto. Gli imperi centrali e i Balcani. La penetrazione economica dell’Austria-Ungheria nella penisola balcanica e nell’Asia Minore. In: MOTTA, Giuseppe. *Le guerre balcaniche e la fine del “secolo lungo”*. Atti del Convegno di Târgu Mures. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2013, p. 71-78.
- SEITENFUS, Ricardo. “Ideology and diplomacy: Italian fascism and Brazil (1935-1938)” in *Hispanic American Historical Review*. 64/3: 503-534, 1984.
- _____. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1985.
- SHANAFELT, Gary. *The secret enemy: Austria-Hungary and the German alliance, 1914-1918*. Nova York: Columbia University Press, 1985.
- SKED, Alan. The European Empires: a case of fall without decline? In: BRIX, Emil; KOCH, Klaus e VYSLONZIL, Elisabeth. *The decline of Empires*. Viena: Verlag für Geschichte und Politik; Munique: Oldenbourg, 2001, p. 149-173.
- SONDHAUS, Lawrence. *The Habsburg Empire and the sea: Austrian naval policy, 1797-1866*. West Lafayette, Ind.: Purdue University Press, 1989.
- _____. *In the Service of the Emperor: Italians in the Austrian Armed Forces, 1814-1918*. Boulder: East European Monographs, 1990.
- _____. *The naval policy of Austria-Hungary, 1867-1918: navalism, industrial development, and the politics of dualism*. West Lafayette, Ind.: Purdue University Press; 1994.
- _____. *Franz Conrad von Hötzendorf. Architect of the apocalypse*. Boston: Verlag Humanity Press, 2000.
- TAYLOR, A.J.P. *La Monarchia Asburgica*. Milão: Mondadori, 1985.
- TOTA, Antônio Pedro. *A Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Atual, 1987.
- TUCHMAN, Barbara. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- VALIANI, Leo. *La dissoluzione dell’Austria-Ungheria*. Milão: Il Saggiatore, 1996.

- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.
- WARGELIN, Clifford. A high price for bread: The first treaty of Brest-Litovsk and the break-up of Austria-Hungary, 1917-1918. *The International History Review*, 19, 4: 757-788, 1997.
- _____. The economic collapse of Austro-Hungarian dualism, 1914-1918. *East European Quarterly*, 34, 3: 261-288, 2000.
- WARRY, J.G. *Warfare in the Classical World*. Oklahoma City: Oklahoma University Press, 1995.
- WATSON, Alexander. *Ring of steel: Germany and Austria-Hungary at war, 1914-1918*. Londres: Penguin Books, 2014.
- WEBSTER, G. *The Roman Imperial Army of the First and Second Centuries AD*. Londres: A & C Black Ltd, 1979.
- WHEELER, E. "Methodological limits and the mirage of Roman strategy: Part II". *Journal of Military History*, 57: 215-240, 1993.
- WHITAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire: a Social and Economic Study*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.
- WILLIAMSON, Samuel R. Jr. The origins of World War I. *The Journal of Interdisciplinary History*, 18, 4, p. 795-818, 1988.
- _____. *Austria-Hungary and the origins of the First World War*. Nova York: St. Martin's Press, 1991.
- WINDER, Simon. *Danubia – A personal history of Habsburg Europe*. Nova York: Ferrar, Straus & Giroux, 2014.

The background is a sepia-toned, aged map. A prominent circular inset on the left side shows a detailed coastline, possibly of a bay or a large river mouth, with the word "SEA" visible within the circle. The rest of the map is faded and shows various geographical features and lines.

Os Impérios, nas suas várias tipologias e formatos, são uma constante na História. Em expansão e em consolidação ou em decadência e retração, os Impérios traziam estabilidade e, ao mesmo tempo, uma instabilidade potencial, derivada da concorrência. Essa instabilidade, normalmente, se resolvia em um ciclo de guerras, o qual, por sua vez, conduzia a uma nova estabilidade imperial. Estudar os Impérios e suas guerras é, em boa medida, estudar a essência das relações internacionais, não apenas as contemporâneas.

O presente livro reúne diversos artigos a respeito da temática dos Impérios, partindo da Roma imperial, passando pelos Impérios modernos - como o Otomano, o Austro-Húngaro e o Britânico - e chegando ao atual poder hegemônico dos Estados Unidos. Do mesmo modo, a temática das guerras, tão associada à expansão e à decadência imperiais, também está presente nessa obra, com destaque para as duas guerras mundiais, as quais redefiniram o equilíbrio entre os Impérios no século XX.